



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS/UnB)

ANDRÉ DE OLIVEIRA MENDES

Ao resgate da Brigada 2506:

a mediação secreta do governo João Goulart (1962) em favor dos prisioneiros da baía dos Porcos em Cuba no contexto das relações Brasil-Estados Unidos

Brasília,

2023

ANDRÉ DE OLIVEIRA MENDES

Ao resgate da Brigada 2506:

a mediação secreta do governo João Goulart (1962) em favor dos prisioneiros da baía dos Porcos em Cuba no contexto das relações Brasil-Estados Unidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UnB) como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

LP: Política, Instituições e Relações de Poder

Brasília,

2023

ANDRÉ DE OLIVEIRA MENDES

Ao resgate da Brigada 2506:

a mediação secreta do governo João Goulart (1962) em favor dos prisioneiros da baía dos Porcos em Cuba no contexto das relações Brasil-Estados Unidos

Dissertação defendida e examinada em 24 de novembro de 2023

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (PPGHIS/UnB)

Orientador

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (PPGHIS/UnB)

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (PPH/UEM)

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão (PPGRI/UnB)

Suplente

*Ao meu eterno amigo, Geraldo da Costa Xavier
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação foi, sem dúvidas, um dos processos mais desafiadores em toda minha – ainda breve – trajetória acadêmica. A própria dinâmica da pesquisa, incluindo o tempo investido em disciplinas, eventos, leituras e na produção do presente trabalho, por vezes, acabou demandando um certo insulamento. Como se a solidude fosse condição *sine qua non* à execução desta etapa. Talvez a crise humanitária decorrente da pandemia de COVID-19 tenha contribuído para esta percepção. Chegar ao fim deste percurso após a longa noite em que o amanhã parecera escapar a todos nós é algo que me preenche de gratidão – sobretudo no que diz respeito às vidas de todas as pessoas imprescindíveis ao êxito desta caminhada. Embora escrita a duas mãos, esta dissertação manifesta a existência de uma comunidade.

Portanto, não poderia deixar de agradecer primeiramente à minha mãe, Maria de Fátima, por me permitir sonhar e construir novas realidades em um mundo que nem sempre nos pareceu possível. Seu exemplo de fé e perseverança me inspira todos os dias. Da mesma forma, agradeço aos meus irmãos, Isaque e Gabriela, pela certeza da companhia cotidiana mesmo nos momentos mais incertos. Juntos, nós conferimos à ideia de família um sentido único.

Gostaria de agradecer também à Fernanda, a namorada, amiga e companheira com quem divido os meus dias há quase cinco anos. Seu entusiasmo após o meu ingresso no programa, as repetidas vezes em que cantarolava a música da loja do Mestre André, e, especialmente, o apoio oferecido durante os episódios de baixa são cenas que vou levar para sempre como a lembrança da sorte de ter encontrado em você a certeza de dias mais bonitos.

Agradeço também a todos os amigos que fizeram com que esta caminhada fosse possível a despeito das ausências impostas pela rotina. Aos amigos de infância, de colégio, de graduação e, ainda, aos amigos que a vida – felizmente – me concedeu ao longo dos últimos anos, só posso agradecer pela parceria, pelas trocas e pela confiança em todo este processo. Cada um de vocês representa uma parcela indispensável ao sustento desta comunidade.

Por fim, estendo um agradecimento especial ao meu orientador, Virgílio Caixeta Arraes. Desde o meu primeiro projeto de iniciação científica, em 2018, até o presente momento, as suas contribuições ultrapassaram em muito as fronteiras acadêmicas. Ter trabalhado com alguém tão humano, sem dúvidas, foi essencial para que esta dissertação pudesse ser concluída. Pelo apoio, paciência, compreensão e confiança, meu mais sincero obrigado.

*“De tanto querer ser boa/misturei o céu com a
terra/e por uma coisa à-toa (sic)/leveí meus
anjos à guerra”*

‘Confissão’, de Cecília Meireles

RESUMO

Referência: MENDES, A. de O. **Ao resgate da Brigada 2506: a mediação secreta do governo João Goulart (1962) em favor dos prisioneiros da baía dos Porcos em Cuba no contexto das relações Brasil-Estados Unidos.** 2023. 118f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a atuação do governo brasileiro enquanto emissário informal dos Estados Unidos em suas relações conflituosas com Cuba nos limites da Revolução Cubana e da Guerra Fria. Neste particular, destaca os bons ofícios prestados pela administração de João Goulart, entre os meses de março e abril de 1962, a pedido do mandatário estadunidense John Kennedy, em favor da não execução dos membros da Brigada 2506 – um grupo de exilados cubanos detidos pelo governo revolucionário após a malograda invasão à Baía dos Porcos, ainda no ano anterior. Na ocasião, diante de iminentes repercussões negativas tanto em âmbito interno quanto externo, sendo, a exacerbação da opinião pública norte-americana em prol de iniciativas mais agressivas de Washington contra Havana e o conseqüente recrudescimento dos confrontos com Moscou em outras regiões da arena mundial, a Casa Branca mobilizara esforços para evitar o fuzilamento daquele contingente. Para tal, apelara ao Brasil, mantenedor de relações corretas, por assim dizer, com Cuba em razão da Política Externa Independente em curso e dos princípios que esta preconizava para a posição internacional do país. Neste sentido, esta dissertação propõe uma análise do episódio em questão, relacionando-o às proposições diplomáticas do Brasil para a Guerra Fria, para o conjunto de suas relações interestatais e, sobretudo, para o alcance de seus objetivos nacionais. Outrossim, também sugere o exame acerca dos efeitos de tal mediação para o estado das relações bilaterais com o governo dos Estados Unidos no contexto das divergências fomentadas pela política externa brasileira, em especial no tocante ao posicionamento diante da assim intitulada questão cubana.

Palavras-chave: Guerra Fria; Revolução Cubana; Brasil; Estados Unidos; Política Externa Independente

ABSTRACT

The objective of this work is to assess the Brazilian government role while acting as an informal emissary of the United States of America in its conflictious relations with Cuba in the timeframe of the Cuban Revolution and the Cold War. It highlights the good offices provided by João Goulart's administration, between March and April of 1962, as a request from the U.S. president John Kennedy, on behalf of the non-execution of Brigade 2506 members - a group of Cuban exiles detained by the revolutionary government, the year prior, after the failed invasion of the Bay of Pigs. At the time, faced with imminent negative repercussions, both internally and externally, namely, the North American public opinion exasperation in favor of more aggressive initiatives by Washington against Havana, and, the consequent reinvigoration of conflicts with Moscow in other regions globally, the White House would mobilize efforts in order to avoid the contingent's execution. Brazil was appealed as an effort once the country maintained a correct relationship with Cuba, as one may say, due to the ongoing Independent Foreign Policy and the principles that came with it and helped in the advocacy for the country's international position. In this regard, this dissertation proposes an analysis of the episode, associating it with the Brazilian diplomatic propositions to the Cold War, in conjunction to its foreign affairs and, especially, aiming national goals. Moreover, also suggests the examination when it comes to the effects of said mediation to the status of bilateral relations with the United States government with the context of divergences fostered by Brazilian foreign policy, in particular to the regards the position on the alleged Cuban issue.

Keywords: Cold War; Cuban Revolution; Brazil; United States of America; Foreign Independent Policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ORIGENS E NATUREZA DA GUERRA FRIA	13
1.1. <i>Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial</i>	13
1.2. <i>Consolidação e dinâmica do conflito</i>	23
2. A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA	33
2.1. <i>Rearmamento, intervencionismo e os novos campos de batalha no Terceiro Mundo</i>	34
2.2. <i>Democracia, antiamericanismo e revolução na América Latina</i>	44
3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART	58
3.1. <i>Fundamentos e evolução da Política Externa Independente</i>	59
3.2. <i>Discursos e execução da diplomacia brasileira diante da Revolução Cubana</i>	69
4. O BRASIL COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-CUBA.....	82
4.1. <i>Invasão à Baía dos Porcos e os primeiros contatos secretos entre Washington e Havana</i>	83
4.2. <i>Gestões secretas do governo brasileiro pela não execução dos membros da Brigada 2506</i>	93
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

INTRODUÇÃO

No dia 8 de junho de 1986, desembarcara na Base Aérea de Homestead, em Miami, um dos últimos exilados cubanos envolvidos com a malograda invasão à baía dos Porcos, em Cuba, ainda em abril de 1961, após cumprir parte da pena imposta pelo governo revolucionário cubano em função de sua participação no levante patrocinado pela administração norte-americana. Para reencontrar seus familiares residentes nos Estados Unidos, Ricardo Montero Duque, de 60 anos, contara com o suporte político e logístico do então senador democrata Edward Kennedy¹, irmão do presidente estadunidense à época da invasão, John Fitzgerald Kennedy.

Poucos meses mais tarde, em 19 de outubro daquele ano, Ramon Conte Hernandez, com 56 anos de idade, fora o último dos quase mil e duzentos capturados pelo regime de Fidel Castro após a incursão à baía dos Porcos a deixar a ilha em direção aos Estados Unidos, sendo recebido no Aeroporto Internacional de Miami por uma comitiva formada por Nancy Soderberg, enviada pelo senador Kennedy, e outros veteranos da Brigada 2506 – como fora intitulado o contingente de exilados cubanos treinados pela *Central Intelligence Agency* (CIA) para a insurreição contra o governo revolucionário de Havana –, incluindo o próprio Ricardo Montero.² Com a libertação de Conte, todos os detidos – com exceção de um que morreria ainda na prisão em Cuba – haviam logrado regressar, cerca de vinte e cinco anos após os desembarques realizados em *Playa Girón*, à comunidade de exilados estabelecida em solo norte-americano à esteira da Revolução Cubana de 1959 e suas primeiras iniciativas para a transformação do país.

Entretanto, em meados de 1962, a realidade parecera menos auspiciosa para os membros da Brigada aprisionados em Cuba. Após baldadas negociações em prol da troca dos prisioneiros por tratores de origem norte-americana, avaliados em cerca de US\$20 milhões, o regime cubano anunciara a realização de um júri popular destinado de antemão a sentenciar os insurgentes pelo crime de traição à pátria. Tal condenação possivelmente concorreria à aplicação de penalidades capitais, o que, se estimava, faria efervescer a opinião pública estadunidense, ávida por medidas mais enérgicas da Casa Branca contra os revolucionários liderados por Fidel Castro.

Consoante a este cenário, temia-se, ainda, o recrudescimento das tensões internacionais com a União Soviética nos limites da Guerra Fria, haja vista a possibilidade de reação moscovita em outras áreas do globo em caso de nova investida norte-americana contra Havana. Outrossim, Washington também receava as repercussões negativas que um eventual ataque contra o regime cubano suscitaria para o governo de aparência reformista encabeçado por John Kennedy. Sendo assim, a administração norte-americana mobilizaria esforços com vistas à não execução – assim como a futura libertação – dos membros da Brigada 2506 detidos em Cuba, almejando abrandar

¹ THE LAWRENCE Daily Journal World. Kansas, 9 de jun. 1986, n. 160, p. 18.

² WILLIAMSON Daily News. West Virgínia. 20 de out. 1986, n. 249, p. 12.

a escalada dos embates internacionais. Para tal, lançaria mão dos mais diversos expedientes em função do estabelecimento de negociações com o regime revolucionário.

Presumindo a reação interna negativa diante de tais conversações, no entanto, o governo dos Estados Unidos optara por estimular contatos secretos com Havana, ora recorrendo a figuras proeminentes da comunidade de exilados cubanos, bem como de personalidades políticas norte-americanas, ora valendo-se das boas relações de determinados Estados com Cuba àquela altura. O Brasil, cuja Política Externa Independente (PEI) havia suscitado divergências *vis-à-vis* a Casa Branca, contudo, despontara como elemento de destaque nesta equação. Isso porque a oposição ao ímpeto belicoso de Washington diante do regime revolucionário cubano, instado pela defesa dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, possibilitara a manutenção de relações ditas “corretas” entre Brasília e Havana³ – o que credenciaria a administração brasileira a atuar enquanto mediadora do conflito Estados Unidos-Cuba.

Documentos desclassificados em 2021 pelo *National Security Archives*, sob a liderança do historiador norte-americano James Hershberg, tornaram pública a participação do presidente João Goulart enquanto mediador das negociações secretas entre Washington e Havana pela não execução dos prisioneiros da Brigada 2506. A pedido de Kennedy, Goulart fora instado a valer-se do aparato diplomático brasileiro para transmitir a Fidel Castro e demais lideranças do regime revolucionário apelos norte-americanos – ainda que realizados em seu próprio nome – em favor da vida dos exilados cubanos implicados com a invasão à Baía dos Porcos.

Neste particular, o presente trabalho tem por objetivo considerar as razões para a atuação do Brasil como mediador das relações conflituosas entre os Estados Unidos e Cuba no contexto da Guerra Fria, bem como ponderar as implicações de tal iniciativa para a posição internacional do país – sobretudo no que diz respeito às relações bilaterais com Washington. Destarte, propõe-se uma análise da política externa levada a cabo pelos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), considerando seus princípios e objetivos junto à conjuntura global de então. Ademais, ainda preconiza o exame dos efeitos de tal linha diplomática para as relações político-econômicas com os Estados Unidos, em especial durante as respectivas administrações de João Goulart e John Kennedy no curso do ano de 1962.

Assim, tendo este trabalho o fito de analisar os interesses do Brasil em sua atuação como ente mediador dos conflitos entre Washington e Havana – e, em linhas gerais, também enquanto agente promotor dos esforços pela paz no sistema internacional – recorrer-se-á aqui ao realismo renunciado por Hans Morgenthau (2003), haja vista a sua análise sobre o conceito de interesse definido em termos de poder, que indica a aspiração de nações soberanas por ascendência como

³ BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores (MRE). 1961, p. 9.

força motriz do sistema internacional, *i.e.*, como elemento mobilizador das movimentações dos Estados na arena mundial em busca de seus próprios interesses. Outrossim, também o chamado realismo neoclássico servirá de aporte teórico a esta pesquisa, tendo em vista suas contribuições a respeito da influência exercida pelo ambiente interno de cada Estado na concepção e execução de sua política externa. E aqui, destacam-se as concepções de Randall L. Schweller (2006), que apresenta os processos políticos internos enquanto correias de transmissão à resposta dos países aos desafios impostos pelo cenário internacional.

Tais estímulos externos, por sua vez, serão abordados neste trabalho em consonância às formulações de Jean-Baptiste Duroselle (2000) e Pierre Renouvin (1990) acerca das ditas forças profundas, as quais compreendem uma amálgama de elementos qualitativos – tais como fatores sociais, econômicos, geográficos – com atuação sobre as relações interestatais, sobre os homens de Estado e suas respectivas decisões junto ao cenário mundial. Pretende-se aqui examinar estas forças em uma perspectiva de longo prazo, intentando propiciar o desenvolvimento de hipóteses assertivas *vis-à-vis* o objeto de estudo, tornando-o historicamente inteligível. Trata-se, portanto, do recurso àquilo que Ivan Jablonka (2016) alcunhou como ficções de método, *i.e.*, construções imaginárias que permitem o afastamento dos acontecimentos que se intenciona investigar, a fim de questioná-los em função de um problema a ser compreendido.

Assim, interessa a este trabalho analisar as forças que atuaram sobre as práticas do Brasil enquanto promotor da paz e da segurança internacional no contexto da Guerra Fria e nos marcos das relações entre os Estados Unidos e Cuba – sobretudo no que diz respeito ao período em que João Goulart respondera pelo Executivo brasileiro. Para tal, mobilizará a concepção de interesse nacional estruturada por José Honório Rodrigues (1966), com o objetivo de articular elementos particulares à realidade brasileira com sua atuação diplomática – tomando como eixo de análise as agendas socioeconômica e política do país no período em questão.

Todo este aparato teórico servirá de fundamento à construção de determinadas questões junto ao *corpus* documental delimitado nesta pesquisa. Destarte, valendo-se dos termos de Marc Trachtenberg (2006), os conceitos apresentados acima servirão de impulsor à análise das fontes. Estas, por sua vez, serão divididas em dois núcleos: um primário, constituído especialmente por correspondências diplomáticas e discursos oficiais proferidos pelos principais atores da Política Externa Independente brasileira; e um subsidiário, formado por recortes de periódicos nacionais e internacionais que tenham realizado a cobertura *in loco* dos acontecimentos aqui examinados, assim como o registro do depoimento de alguns dos atores políticos envolvidos.

Quanto a este primeiro, cabe a ressalva feita por José Antônio de Macedo Soares (1992) acerca da dificuldade de extrair informações a partir da consulta de documentos que não contam com uma formatação universal passível de interpretação sem o emprego de recursos particulares

a diplomatas e historiadores. Isso porque a mera transcrição do conteúdo detectado nestas fontes tende a reduzir a investigação a uma simples reconstituição dos discursos ali presentes, sem que estes correspondam a totalidade daquilo que se espera analisar. Assim, este trabalho não tomará as fontes selecionadas como uma representação objetiva dos acontecimentos em questão, e sim como vestígios sujeitos à inquirição histórica.

No que diz respeito às fontes de imprensa, apontadas como auxiliares aos objetivos desta pesquisa, vale elaborar também algumas considerações acerca de seu potencial como ilustração factual, por assim dizer. Considerando a crise no financiamento da imprensa brasileira apontada por Werneck Sodré (1999), na qual a capacidade de cobertura – e, no limite, a própria liberdade do exercício jornalístico – dos periódicos atrelara-se ao nível de dependência *vis-à-vis* agências de publicidade internacionais, os veículos utilizados foram selecionados em função de critérios materiais. Neste sentido, aqueles jornais cujos recursos financeiros e pessoais permitiam o envio e manutenção de correspondentes nos cenários pertinentes a este trabalho foram priorizados em detrimento daqueles que – por restrições econômicas ou linha editorial – se limitavam a replicar conteúdo fornecido por agências de notícias dirigidas pelo capital estrangeiro.

Por fim, para alcançar os objetivos enunciados anteriormente, este trabalho fora dividido em quatro capítulos. O primeiro destes apresenta uma síntese tanto das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética no período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual ambos emergiram como superpotências globais, quanto da confrontação que sucedera a vitória dos Aliados contra as forças do Eixo, num arranjo que antagonizara Washington e Moscou em face da disputa pela supremacia internacional. No mais, este capítulo também compreende uma breve análise acerca do processo de consolidação da Guerra Fria, perpassando a própria dinâmica do conflito, *i.e.*, o fundamento em torno do qual esta passou a operar junto ao sistema mundial.

O segundo capítulo discorre sobre as implicações da Guerra Fria para os demais cenários da arena internacional que não àqueles situados na Europa ou Japão. Assim, apresenta os efeitos da disputa entre a Casa Branca e o Kremlin nos perímetros do assim designado Terceiro Mundo, pensando-os enquanto novos teatros de operações para os conflitos entre as superpotências. Em razão do recorte espaço-temporal proposto neste trabalho, tal capítulo também procura exprimir com maior destaque as repercussões para a América Latina, sobretudo em suas relações com os Estados Unidos, e os desdobramentos para a realidade político-econômica do continente, dentre os quais se insere a emergência da Revolução Cubana de 1959.

No terceiro capítulo, são analisados os fundamentos para a formação da Política Externa Independente, um conjunto de premissas diplomáticas que orientara a posição internacional do Brasil durante a Guerra Fria, ao longo dos mandatos de Jânio Quadros e João Goulart. Portanto, discorre sobre as condicionantes endógenas e exógenas que inspiraram a mudança de paradigma

na política exterior brasileira. Ainda, este capítulo também versa sobre a execução de tal política no tocante ao posicionamento do país diante das questões suscitadas pela Revolução Cubana e, especialmente, em face do governo estadunidense, principal opositor do regime revolucionário capitaneado por Fidel Castro. Neste particular, propõe uma análise a respeito das reverberações de tal postura para as relações entre Washington e Brasília.

O quarto e último capítulo apresenta as gestões diplomáticas realizadas pelo governo de João Goulart no que diz respeito a não execução dos exilados cubanos detidos após a malograda invasão à baía dos Porcos. De início, narra alguns dos acontecimentos pertinentes à formulação e execução da investida contrarrevolucionária patrocinada pela administração norte-americana, assim como as repercussões negativas de seu fracasso e o início das operações do governo John Kennedy para estabelecer contatos secretos com Havana, a fim de dissuadir o ímpeto do regime em fuzilar os membros da Brigada 2506. Portanto, este capítulo examina o papel desempenhado pelo Brasil neste esforço, relacionando-o ao conjunto das aspirações nacionais durante a Guerra Fria e ao estado do relacionamento entre os governos de Goulart e Kennedy.

1. ORIGENS E NATUREZA DA GUERRA FRIA

O término da Segunda Guerra Mundial marcou, para além da vitória contra as forças do Eixo, a ascensão de Estados Unidos e de União Soviética ao posto de superpotências mundiais, tendo os aliados de ocasião emergido do conflito com diferentes aspirações e apreensões acerca da ordenação do sistema internacional outrora desalinhado pelo nazifascismo. Dada a natureza diametralmente oposta destes dois Estados em termos socioeconômicos e ideológicos, não seria estranho supor que a aliança entre norte-americanos e soviéticos – que incluía também ingleses e franceses – não sobreviveria ao cessar fogo nos campos de batalha, dando origem a uma nova correlação de forças no cenário mundial e abrindo espaço para potenciais conflitos envolvendo Washington e Moscou. No entanto, foram os interesses antagônicos emanados tanto do Kremlin quanto da Casa Branca, mais do que certo determinismo histórico, que configuraram a realidade internacional do imediato pós-guerra e fomentaram as bases para a eclosão da Guerra Fria – um conflito de alcance global cuja dinâmica impulsional a necessidade de novos comportamentos por parte dos mais diversos atores internacionais ao longo de aproximadamente quatro décadas. Aqui, vale atentar para as origens e as singularidades deste conflito.

1.1. Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial

Em primeiro lugar, é importante ressaltar a longínqua origem das desconfianças mútuas existentes entre os Estados Unidos e a Rússia, provenientes de um período anterior à Revolução Bolchevique de 1917. Já nas décadas finais do século XIX estes dois países encontravam-se em lados opostos e irreconciliáveis perante a questão do acesso aos mercados localizados na região

da Manchúria, na China. Enquanto os norte-americanos consideravam tais mercados essenciais para o êxito de seus interesses econômicos, defendendo sua abertura a investidores estrangeiros, os russos defendiam uma estratégia protecionista naquela província, haja vista sua incapacidade de competição econômica àquela altura (LaFEBER, 1991, p. 2-3).

Daí em diante as relações entre Washington e Moscou apenas recrudesceram, sobretudo após a conquista do poder por Lênin – tendo os Estados Unidos chegado ao ponto de enviar dez mil soldados norte-americanos para lutar contra os contingentes bolcheviques durante a Guerra Civil russa, fato que parecia constatar a visão soviética sobre a existência de um cerco capitalista contra o regime comunista recém estabelecido em solo russo (Idem, p. 3). A situação mantivera-se quase que inalterável – não obstante o reconhecimento de relações diplomáticas formais entre os dois países, em 1933, e eventuais relações comerciais – até a invasão da União Soviética por tropas nazistas, em junho de 1941, no curso da Segunda Guerra Mundial, com a deflagração da Operação Barbarossa.

Em face da ameaça representada por um eventual triunfo de Adolf Hitler, o governo dos Estados Unidos aquiesceu diante das repetidas requisições soviéticas por apoio militar, logístico e econômico no contexto da guerra, compondo uma aliança junto à Inglaterra e a França a partir da invasão nazista. No entanto, este acordo não fora firmado sem um quê de relutância por parte dos norte-americanos, conforme sintetizado pelo então senador e futuro presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, no que diz respeito à disputa entre russos e alemães. Segundo o político democrata, caso Washington intuísse uma iminente vitória alemã, deveria oferecer suporte aos soviéticos; porém, se os russos estivessem vencendo o duelo, então o apoio deveria ser ofertado ao exército hitlerista, fazendo com que os dois países se destruíssem tanto quanto fosse possível (ANDERSON, 2015, p. 33; LaFEBER, 1991, p. 6).

Tal posicionamento traduzira a hesitação estadunidense em prestar socorro a um Estado cujos objetivos de longo prazo se opunham diametralmente àqueles tramados pela Casa Branca, numa avaliação decorrente tanto da rememoração de antigos conflitos quanto de uma antevisão, por assim dizer, acerca do cenário internacional vindouro. E a esta postura vacilante dos Estados Unidos em relação à União Soviética somava-se um comportamento análogo dos demais países Aliados durante a guerra, sendo a postergação conjunta de norte-americanos e britânicos quanto aos pedidos de Stalin pela abertura imediata de uma segunda frente de batalha capaz de dissipar as forças de ocupação nazistas localizadas em solo soviético o principal exemplo. As constantes promessas não cumpridas apenas realçavam a suspeição do Kremlin acerca da existência de um conluio ocidental arquitetado contra Moscou.

Entretanto, é no que diz respeito aos acordos prévios para o período posterior à iminente vitória contra o Eixo que o desgaste mútuo entre soviéticos e as demais potências aliadas atingiu

uma temperatura suficientemente alta para incinerar a coalizão de guerra – sobretudo no tocante ao antagonismo entre interesses norte-americanos e soviéticos para o reordenamento do sistema internacional. As divergências começaram a surgir logo durante a realização da Conferência de Yalta, iniciada já em fevereiro de 1945, na qual os líderes de Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética deram início às discussões acerca dos limites de suas respectivas esferas de influência, *i.e.*, encetaram a demarcação das fronteiras estratégicas para os interesses políticos, econômicos e militares de cada um dos Aliados no imediato pós-guerra.

Dada a superioridade militar soviética em boa parte da Europa Central e Oriental – cuja presença do Exército Vermelho excedia em cerca de três vezes a soma dos demais contingentes Aliados (MUNHOZ, 2020, p. 77) – um primeiro arranjo entre Churchill e Stalin tornou possível o assentamento do leste europeu como zona de influência moscovita sem que os Estados Unidos pudessem oferecer maiores resistências. Contudo, a fixação de um bloco geoeconômico voltado aos interesses do Kremlin em nada correspondia aos objetivos norte-americanos para o mundo pós-guerra. Isso porque o governo dos Estados Unidos, receoso quanto a eventualidade de uma nova depressão econômica como a ocorrida na década de 1930, reiterava a sua busca por novos mercados e pelo acesso irrestrito às mais diversas fontes de matérias-primas ao redor do mundo, tanto para si próprio quanto para seus aliados ocidentais – considerados indispensáveis ao bom funcionamento do sistema capitalista agora encabeçado por Washington.

E aqui, vale mencionar que um mercado livre de quaisquer protecionismos beneficiaria sobremaneira um país que emergira do conflito com aproximadamente 90% de crescimento em sua produção industrial, enquanto via outras nações terem suas indústrias dizimadas pela guerra (LaFEBER, 1991, p. 10). Assim, para os desígnios norte-americanos, seria de suma importância dismantelar a formação de quaisquer blocos ou entraves econômicos que comprometessem sua *Open Door policy*.⁴ Feita esta ressalva, se faz importante retomar a contribuição das discussões realizadas em Yalta para a evolução dos acontecimentos que marcariam o término da esporádica aliança entre norte-americanos e soviéticos.

Neste sentido – ainda que a Conferência tenha ocorrido sob o signo de certa cordialidade entre os três países envolvidos – uma primeira questão exposta pelas forças ocidentais assentara as bases para a posterior suspeição acerca do domínio soviético no leste europeu: a composição do governo polonês após sua libertação do jugo nazista. Ao ser ocupada pelo Exército Vermelho

⁴ Esta política representou o eixo da estratégia estadunidense para a ordenação do sistema internacional no imediato pós-guerra, tendo como objetivo a derrubada de eventuais blocos econômicos e a consequente expansão do alcance de Washington junto aos mercados globais e as fontes de matérias-primas mundo afora. Nesta lógica, nem mesmo aliados como Inglaterra e França escaparam do poderio econômico norte-americano, tendo seus mercados abertos quase que à força por empréstimos vindos da Casa Branca nos anos que se seguiram ao término da guerra. Acerca deste tópico, consultar: CARDWELL, 2011, p. 30-5; LaFEBER, 1991, p. 11-2; WILLIAMS, 1972, p. 205-8.

a Polônia passara a contar com um governo provisório majoritariamente comandado por líderes comunistas locais – tendo este governo sido reconhecido pela União Soviética antes do encontro em Yalta –, algo que Roosevelt e Churchill tentaram remediar ao sugerir a inclusão de políticos democráticos, *i.e.*, pró-Ocidentais, na administração polonesa. Em termos quase que ordinários, Stalin assentiu sobre a necessidade de reorganização do governo polonês em bases democráticas amplas, embora tenha negado a incorporação de mais do que três poloneses aliados ao Ocidente em um parlamento constituído por algo em torno de dezoito membros (LaFEBER, 1991, p. 14-5; MUNHOZ, 2020, p. 80-1).

Sobretudo para os norte-americanos, a postura irreduzível de Moscou quanto ao controle sobre a Polônia parecia oferecer indícios acerca das intenções soviéticas para a Europa oriental, quiçá para todo o mundo ao alcance do Exército Vermelho. Contudo, é importante destacar que a intransigência soviética acerca de sua influência junto à Polônia – e aos demais países do leste europeu – guardava mais relação com questões de ordem interna do que uma eventual estratégia de expansão político-ideológica. Neste sentido, vale observar as duas maiores preocupações do Kremlin ao término da guerra, sendo: a reconstrução do país após a devastação promovida pelas ocupações nazifascistas; e a busca pela segurança no período subsequente ao encerramento das hostilidades a nível internacional.

Somadas, estas questões representaram o núcleo da estratégia soviética no imediato pós-guerra. E levando em conta as condições nas quais o país saíra do conflito, é possível depreender as razões para tal. Isso porque, apesar do prestígio obtido com a atuação do Exército Vermelho, o saldo da guerra para a União Soviética fora nefasto: com cerca de 20 milhões de mortos, entre soldados e civis, em sua grande maioria homens; cidades e vilarejos completamente destruídos; com milhões condenados à fome e à falta de moradia; e a destruição quase que completa de sua infraestrutura e indústrias, os soviéticos emergiram da Segunda Guerra empilhando mais danos materiais do que qualquer um dos envolvidos no conflito, o que incluía até mesmo as derrotadas Alemanha e Japão (CARDWELL, 2011, p. 39; LaFEBER, 1991, p. 18; PECHATNOV, 2010, p. 90). Tamanha destruição expusera as fraquezas soviéticas quanto à defesa de seu território e acentuara as ansiedades de Moscou em relação à sua própria segurança.

As invasões sofridas ainda durante o império russo, em meados do século XIX, e as que sucederam a vitória dos bolcheviques em 1917 – das quais a derradeira, efetuada pelos alemães, provocara perdas incomparáveis – pareciam justificar as apreensões que emanavam do Kremlin àquela altura⁵. E foi por meio deste sentimento de permanente ameaça que Stalin passou a traçar

⁵ A Rússia czarista, ao longo de sua história, fora vítima de uma série de invasões, como as ocorridas em 1812 por tropas francesas; em 1854, por ingleses e franceses durante a Guerra da Crimeia; e pelo exército alemão às vésperas da Revolução de 1917. Já a União Soviética sofrera com invasões desde a sua instituição, sendo atacada por vários países, como Inglaterra, Estados Unidos e Japão, durante a Guerra Civil, entre os anos de 1918 e 1921; bem como

a estratégia para o período pós-guerra, adotando como emblema a ideia de uma União Soviética sitiada por um mundo hostil, ao qual seria imprescindível interpor uma fortaleza intransponível. De acordo com o líder soviético, tal esforço apenas alcançaria êxito mediante controle territorial de suas fronteiras (PECHATNOV, 2010, p. 91-2).

Contudo, fosse por razões estritamente práticas ou mesmo por convicções ideológicas⁶, a busca moscovita por segurança não pressupunha o antagonismo frente aos Estados Unidos ou a qualquer outra nação ocidental – pelo contrário, prescrevia uma postura mais pragmática, que visasse a cooperação e organização de um *modus vivendi* mesmo entre os Estados politicamente antagônicos que compuseram a aliança dos tempos de guerra. Para os interesses do Kremlin no imediato pós-guerra, a manutenção destas relações seria indispensável tanto para o recebimento de assistência financeira – vital para seu processo de reconstrução interna – quanto para impedir a reabilitação de potências rivais como Alemanha e Japão – tidas como ameaças persistentes à própria sobrevivência soviética.

No mais, esta cooperação retardaria a eclosão de uma eventual guerra contra os Estados Unidos e a Inglaterra – com a qual Moscou não poderia arcar naquelas condições. Neste sentido, Stalin passara a sinalizar o seu interesse na continuidade da coalizão de guerra a partir de alguns gestos de boa vontade direcionados aos seus homólogos ocidentais, a exemplo da concessão de certa liberdade econômica para alguns países do leste europeu, algo contrário à ideia de que tal bloco serviria apenas aos interesses soviéticos; e o desestímulo – ou neutralidade – em face dos conflitos deflagrados naqueles países nos quais o partido comunista local poderia tomar o poder por meios revolucionários, exemplos de Grécia, China, Itália e França em ocasiões nas quais as orientações de Moscou versavam sobre uma acomodação em relação à burguesia local – com o incentivo à uma postura conciliadora (CARDWELL, 2011, p. 43-5; McGWIRE, 1994, p. 64-6; PECHATNOV, 2010, p. 94-5).

Outra questão abordada durante as discussões em Yalta dizia respeito ao que fazer sobre a Alemanha no pós-guerra, sendo a União Soviética a parte mais interessada em uma resolução que fizesse justiça aos sacrifícios empreendidos pelo Exército Vermelho para conter a máquina

pelas forças nazistas que ocuparam o país após a deflagração da Operação Barbarossa, em 1941. Assim, é razoável conjecturar que lideranças soviéticas emergissem da guerra ainda mais preocupadas com a segurança territorial do país. Acerca dos receios soviéticos em função de invasões anteriores e seus efeitos para a estratégia delineada para o imediato pós-guerra, conferir: McGWIRE, 1994, p. 56-8.

⁶ Um componente central da ideologia bolchevique, cuja origem pode ser encontrada na teoria do imperialismo de Lênin, diz respeito à crença no colapso inevitável do capitalismo a partir das contradições que, uma hora ou outra, levariam Estados Unidos e Inglaterra (as potências capitalistas de então) à destruição mútua, tornando dispensável qualquer iniciativa soviética com o intuito de aniquilar seus adversários – ainda que tal entendimento não excluísse a necessidade de fortalecimento por parte do Kremlin no pós-guerra, haja vista o longínquo horizonte no qual seria possível enxergar uma sociedade livre de classes a exemplo daquela prevista por Marx e a fé em um determinismo histórico que previa a deflagração de um conflito entre capitalistas e comunistas. Avaliar a influência destas ideias na estratégia soviética no imediato pós-guerra ainda figura como questão a ser melhor desenvolvida e discutida. A este respeito, ver: ANDERSON, 2015, p. 34-5; GADDIS, 2006, p. 12-3; PECHATNOV, 2010, p. 93.

de guerra nazista. Conforme dito anteriormente, a Alemanha era tida pela União Soviética como uma ameaça recorrente, haja vista todas as invasões promovidas por tropas germânicas em solo russo ao longo dos anos, cujas potencialidades deveriam ser prontamente suprimidas. Quaisquer possibilidades, por menores que fossem àquela altura, acerca do ressurgimento do *Reich* alemão deveriam assombrar a população soviética, assim como certamente assombrara os seus líderes. Daí a estratégia adotada pelo Kremlin quanto a pavimentação de uma via de mão dupla baseada tanto na reconstrução econômica e militar do país ao término da guerra quanto no retardamento da restauração germânica.

No centro dos planos soviéticos figurava a obtenção de indenizações a serem pagas pela Alemanha em razão dos danos causados durante a guerra (McGWIRE, 1994, p. 67-8). Portanto, o Kremlin pretendia garantir a segurança e impulsionar a reabilitação econômica nacional, uma vez que as enormes quantias solicitadas concorreriam para o duplo objetivo de reter a Alemanha prostrada por tempo suficiente e sanear diversos problemas econômicos em âmbito doméstico.⁷ No entanto, ainda que a questão alemã tenha sido virtualmente discutida em Yalta – assim como a fora durante a realização da Conferência de Teerã, ainda em 1943 – os seus principais detalhes e discordâncias, a exemplo das requisições soviéticas por reparações alemãs, foram postergadas sob pretexto de não alimentar discordâncias desnecessárias e prejudiciais aos esforços de guerra ainda em curso àquela altura.

O posicionamento adotado pelas lideranças norte-americanas e britânicas em discussões posteriores, contudo, assinalara a resistência destes países às reivindicações feitas pelo Kremlin. Durante a Conferência de Potsdam, ocorrida nas imediações de uma Berlim rendida, já em julho de 1945, e convocada para discutir a administração sobre o território alemão, foram elaborados acordos voltados à mitigação dos dividendos político-econômicos soviéticos no que diz respeito às indenizações de guerra. Na oportunidade, fora oferecido a Stalin um arranjo que preservaria o desmembramento do território alemão e sua ocupação pelos países vitoriosos, tal qual previsto anteriormente, mas também restringiria a remessa das reparações soviéticas à área ocupada pelo Exército Vermelho, uma zona fundamentalmente agrícola, em oposição àquelas áreas ocupadas por Estados Unidos, Inglaterra e França, nas quais localizava-se o núcleo da indústria germânica (LaFEBER, 1989, p. 418-9, 1991, p. 24-5).

Dadas as condições materiais da União Soviética àquela altura e sua urgente necessidade por reconstrução – bem como a obtenção de parte do território alemão para a Polônia, tida como

⁷ Os valores solicitados pelos soviéticos giravam em torno de US\$20 bilhões, entre maquinário industrial e demais produtos manufaturados, dos quais pelo menos a metade deveria ser destinada à própria União Soviética – como reconhecimento pelos sacrifícios materiais e humanos decorrentes da guerra –, e o restante compartilhado entre os demais países atingidos pela destruição nazista. No mais, o complexo industrial alemão deveria ficar sob o controle dos quatro Aliados, sendo conferido a cada um destes Estados a possibilidade de extrair reparações de suas próprias zonas de ocupação. Conferir: LaFEBER, 1989, p. 418-9; McGWIRE, 1994, p. 68.

essencial para a segurança nacional –, Stalin aquiesceu frente ao que fora proposto em Potsdam. E ainda que lideranças em Moscou tenham considerado o saldo final da conferência satisfatório para os objetivos e capacidade de negociação soviéticas (PECHATNOV, 2010, p. 96) é possível encarar o comportamento dos demais países Aliados, sobretudo no que diz respeito aos Estados Unidos, como o resultado de um verdadeiro *turning point* na relação entre os vitoriosos. Agora, com a Alemanha enfim derrotada, cada país seguiria a sua própria agenda para o mundo porvir, manobrando os espólios de guerra de forma a possibilitar a realização de objetivos particulares às suas próprias realidades e ambições.

É neste sentido que a questão referente às reparações solicitadas por Moscou apresentasse como eminente conflito de interesses entre o Kremlin e a Casa Branca, haja vista os diferentes projetos de cada um destes Estados para o território alemão e a sua respectiva inserção em uma ampla estratégia internacional (McGWIRE, 1994, p. 69). Tais projetos antagônicos acentuariam o ressurgimento de antigas rivalidades e a total erosão da aliança construída durante a Segunda Guerra Mundial. Em Washington, tal virada manifestara-se de forma cristalina a partir da morte do presidente Franklin Roosevelt, entusiasta de uma acomodação com Moscou – ainda que não prescindisse do ímpeto pela preponderância norte-americana –, e da ascensão de seu vice, Harry Truman, à cadeira presidencial.

Enquanto o primeiro pleiteara a cooperação com seu aliado antagônico para preservar a paz no período pós-guerra, o segundo assumira o governo alegando a necessidade de “parar os russos”, haja vista seu entendimento acerca da benevolência dispensada pelo seu antecessor aos soviéticos (MUNHOZ, 2020, p. 95; WILLIAMS, 1972, p. 223-4). Assim, Truman passara a interpretar os objetivos e a estratégia norte-americana com maior fervor e intransigência àquela altura. Alguns acontecimentos o auxiliaram a perseguir tais interesses com tamanho ímpeto. No entanto, antes de mencioná-los, vale discorrer acerca dos objetivos da Casa Branca no imediato pós-guerra, bem como suas implicações para a manutenção das relações com a União Soviética naquele período e a emergência de novas tensões internacionais.

Ao contrário do cenário devastador no qual a União Soviética encontrava-se ao término da Segunda Guerra, o horizonte que se desenhava aos Estados Unidos àquela altura não poderia ter sido mais auspicioso: a máquina de guerra norte-americana – cuja produção militar superara, entre 1942-3, a fabricação de armamentos de todos os países do Eixo combinados e ultrapassara em três vezes o arsenal produzido por Moscou – guiara o país rumo a uma inédita prosperidade; o produto interno bruto fora duplicado durante a guerra e, em 1945, já superava índices ingleses e soviéticos; ainda, Washington detinha, ao término da guerra, $\frac{2}{3}$ das reservas de ouro mundiais, $\frac{3}{4}$ de todo o capital internacional investido, e dispunha de quase metade da capacidade produtiva existente àquela altura (GADDIS, 2006, p. 8; LEFFLER, 2010, p. 67).

Entretanto, nem mesmo estes indicadores foram suficientes para mitigar as inseguranças norte-americanas após a vitória contra o nazifascismo. Conforme mencionado anteriormente, o governo dos Estados Unidos receava a possibilidade de uma recaída à depressão econômica dos anos 1930 e ambicionava instituir uma política comercial orientada pelo livre acesso a mercados e matérias-primas mundo afora como antídoto a uma nova recessão. E ainda que o seu território tenha findado incólume ao término da guerra – exceção feita ao ataque promovido por japoneses contra a base naval de Pearl Harbor, em dezembro de 1941 – a apreensão estadunidense parecia estender-se a todo o globo tanto em aspectos econômicos quanto militares.

Daí a adoção de uma estratégia voltada à constituição de um amplo sistema de bases no exterior, com especial foco aos continentes europeu e asiático, por meio dos quais seria possível manter o país a salvo da agressão de potências rivais e projetar seu poder de forma efetiva contra potenciais adversários (LEFFLER, 1994, p. 18-9). Ademais, o poder sobre os oceanos Atlântico e Pacífico que daí decorreria ainda permitiria aos norte-americanos acessar incontáveis recursos materiais estratégicos – com a prerrogativa acessória de negá-los a Estados que representassem ameaça à segurança dos Estados Unidos.

Vale dizer que tal estratégia, contudo, não resultava de uma presumida rivalidade contra a União Soviética, mas sim de determinados preceitos acumulados ao longo da participação em duas guerras mundiais e os imperativos econômicos e ideológicos de Washington, sendo alguns destes: a preocupação com o fortalecimento de potências hostis a partir da aquisição de recursos decorrentes do controle territorial sobre a Europa e partes da Ásia; e a exigência destes recursos para a execução da política de livre comércio (LEFFLER, 1994, p. 23; 2010, p. 68). Pelas razões previamente expostas, coube aos soviéticos a ocupação de parcelas desta zona considerada vital para os objetivos norte-americanos – e ao novo presidente estadunidense a incumbência de lidar com o manifesto conflito de interesses existente entre as duas superpotências.

Para Harry Truman, posto à margem das principais discussões internacionais realizadas durante o mandato de Roosevelt, a realização de tal tarefa mostrara-se mais complexa do que o previsto. E ainda que este conservasse as convicções antissoviéticas que o levaram a barganhar publicamente o apoio ofertado a Moscou durante a invasão nazista no curso da Segunda Guerra, Truman procurou obter informações junto a diversos atores políticos norte-americanos para que pudesse enfim delinear a estratégia a ser adotada em relação ao Kremlin.

Fosse por uma hipotética sensação de insegurança que o acompanhara até a presidência, ou por uma firme crença acerca da ameaça representada pela União Soviética aos interesses dos Estados Unidos, o mandatário norte-americano empregara as orientações receitadas por aqueles conselheiros dispostos a endurecer as relações com a União Soviética, em detrimento daqueles que prescreviam uma postura mais tolerante e compreensiva acerca das razões pelas quais Stalin

buscara defender seu país a partir do controle territorial sobre o leste europeu (LEFFLER, 2010, p. 69-70). O desenvolvimento bem sucedido da bomba atômica apenas aprofundara a convicção de Truman acerca da oportunidade e da necessidade de executar uma política de força *vis-à-vis* Moscou naquelas circunstâncias.

Apesar desta ala mais intransigente priorizada por Truman também reconhecer, tal como a maioria das lideranças norte-americanas, que a União Soviética não estaria disposta a se lançar em uma guerra contra os Estados Unidos – haja vista as condições em que emergira da Segunda Guerra – ou empreender quaisquer movimentos contra o mundo ocidental capitalista, alguns de seus principais representantes insistiam em apontar uma visão antagônica e irreconciliável entre os valores e interesses oriundos do Kremlin e aqueles definidos pelo Ocidente, os quais estariam sob ameaça caso os soviéticos obtivessem êxito em seus objetivos (WILLIAMS, 1972, p. 230). Tal retórica constituía parte do esforço norte-americano voltado a uma construção maniqueísta que contrastava uma maligna e ambiciosa União Soviética aos Estados Unidos como exportador de valores virtuosos como liberdade e democracia.

E aqui, estes valores adquirem uma conotação altamente econômica quando examinados à luz da contestação norte-americana às demandas territoriais moscovitas no leste europeu e no continente asiático. Isso porque a negação do acesso soviético a estas áreas tornara-se uma peça essencial à promoção de uma política de livre mercado capitaneada por Washington – cujo êxito dependeria visceralmente do controle sobre os recursos materiais ali existentes e da propagação de princípios capitalistas liberais capazes de integrar a economia da região aos interesses norte-americanos. Tal possibilidade apresentava-se como algo diametralmente oposto às expectativas de Moscou para os territórios que a circundavam (LEFFLER, 1994, p. 24-5).

Sendo assim, preocupado com o volume de suas exportações diretas e a correlação entre diversas corporações norte-americanas e suas respectivas transações no exterior, o governo dos Estados Unidos empenhou-se em conservar antigos mercados e abrir novos pontos de comércio, a fim de escoar sua produção e manter os índices econômicos animadores do período pós-guerra (WILLIAMS, 1972, p. 232-3). Em suma, os norte-americanos adotaram uma postura quase que predatória em busca de novos mercados, forçando a expansão das fronteiras econômicas do país em vista do crescimento da iniciativa privada local. Esta atitude atendia tanto aos propósitos de lideranças econômicas nacionais quanto ao já mencionado receio estadunidense acerca de uma eventual repetição da crise vivida durante os anos 1930. Neste sentido, servia à dupla finalidade de resguardar o país contra novas depressões e conferir objetividade a um projeto de supremacia mundial em termos políticos, ideológicos, militares e econômicos.

O presidente Harry Truman, como intérprete desta noção de preponderância, acreditara que as realidades desiguais nas quais Estados Unidos e União Soviética encontravam-se após a

guerra daria aos primeiros a oportunidade de compelir os últimos quanto à corroboração de suas propostas para o desenho internacional sem que fosse necessário recorrer a um embate entre os dois países (Idem, p. 239). No entanto, desdobramentos posteriores indicariam o desacerto entre as expectativas do presidente norte-americano e o cenário mundial que se avizinhava. Tão logo Stalin percebera a adoção de uma postura hostil proveniente da Casa Branca, sobretudo após as vitórias sobre a Alemanha e a rendição do Japão – com o abrupto encerramento dos acordos de *lend-lease* firmados entre Washington e Moscou durante a guerra, tido pelo líder soviético como tentativa de pressão econômica exercida pelos Estados Unidos, e a percepção sobre a utilização da bomba atômica sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki como instrumento tático para evitar que o Exército Vermelho invadisse o país e se apoderasse dos territórios prometidos por Roosevelt a Stalin durante a Conferência de Yalta⁸ – os ânimos entre as duas superpotências se acirraram, ainda que ambas rejeitassem a ideia de um confronto direto (LaFEBER, 1991, p. 25-6; LEFFLER, 2010, p. 70; WILLIAMS, 1972, p. 240-2). As divergências daí provenientes contribuiriam sobremaneira para a configuração da Guerra Fria.

Um momento exemplar deste recrudescimento das relações entre Washington e Moscou nascera do conflito entre as diferentes ambições que ambos os países mantinham em relação ao controle sobre a Alemanha. Enquanto a União Soviética alegava a necessidade de inviabilização de quaisquer projetos voltados à reorganização política, econômica ou militar de sua adversária, os Estados Unidos passaram a esboçar planos para uma recuperação alemã baseada na completa reabilitação industrial do país, o que incluía até mesmo sua capacidade de produção militar, *i.e.*, possibilitava a remilitarização germânica, visando sua assimilação ao sistema de livre comércio empunhado por Washington. Diante deste impasse, é razoável supor que o Kremlin não poderia oferecer maiores concessões, haja vista a importância conferida a Alemanha no que diz respeito a estratégia de segurança soviética no pós-guerra.

Assim, a questão alemã marcaria o núcleo das divergências entre as duas superpotências e evidenciaria o antagonismo inerente aos seus respectivos projetos. Se de um lado os soviéticos desejavam segurança e a obtenção dos recursos necessários à sua reconstrução, do outro, norte-americanos almejavam uma expansão econômica que obstasse uma nova crise e mantivesse os padrões de produção e consumo alcançados durante a guerra. Em síntese, utilizando a expressão de LaFeber (1991), o cenário internacional que marcou o término da Segunda Guerra Mundial

⁸ Durante o encontro em Yalta, Roosevelt arquitetara junto a Stalin os termos para a cooperação soviética referente aos embates contra o Japão, a partir dos quais o líder moscovita se comprometera, três meses antes da vitória sobre a Alemanha, a lutar em solo asiático. Em troca, o presidente norte-americano lhe oferecera a oportunidade de obter a reconquista de antigos territórios perdidos durante a Guerra Russo-Japonesa e a utilização de espaços estratégicos nos territórios da Manchúria, na China. Conferir: LaFEBER, 1989, p. 420.

e as origens da Guerra Fria fora circunscrito pelo confronto entre uma política de portas abertas promovida por Washington e o fechamento de cortinas de ferro a mando de Moscou.⁹

Em outras palavras, a conjuntura na qual Estados Unidos e União Soviética despontaram como superpotências globais após a vitória sobre o Eixo foi reordenada em torno das diferentes perspectivas, objetivos e necessidades destes Estados, viabilizando a emergência de um conflito com características até então singulares – cujas particularidades compreenderiam todo o sistema internacional. Neste sentido, a correlação de forças manifestar-se-ia a partir da adoção por uma nação de medidas necessariamente contrárias aos interesses de seu antagonista, haja vista suas incompatibilidades intrínsecas – ainda que não se aceite aqui a tese de um conflito irremediável, orientado por certo determinismo histórico ou coisa que o valha. Dadas as disparidades em que tais medidas poderiam ser adotadas pelo Kremlin ou pela Casa Branca – estando esta última em posição de manifesta superioridade àquela altura – convém analisar algumas das políticas norte-americanas e seus impactos para a deflagração e o desenvolvimento da Guerra Fria.

1.2. *Consolidação e dinâmica do conflito*

Ao contrário de quaisquer hipóteses eventualmente assumidas pelo governo dos Estados Unidos quanto à sua capacidade de persuasão internacional no imediato pós-guerra, a mudança de atitude norte-americana *vis-à-vis* Moscou àquela altura em nada concorreu para a capitulação soviética frente aos interesses de Washington. Na verdade, as divergências acerca da Alemanha, as incessantes objeções à composição de governos patrocinados pela União Soviética nos países pertencentes à sua esfera de influência, exemplos de Polônia, Bulgária e Romênia, e a utilização intimidativa da bomba atômica no Japão estimularam um novo olhar do Kremlin para seu antigo aliado de guerra: ao contrariar interesses vitais soviéticos, o governo dos Estados Unidos passou a figurar entre as potenciais ameaças à sobrevivência do país.

Diante de tais intimidações, Stalin respondera estimulando um sentimento antiocidental entre a população soviética e impulsionando sua inquietação acerca da existência de um complô capitalista e de tendências reacionárias ansiosas pela aniquilação da experiência comunista em curso. Este imaginário serviria aos objetivos de Moscou quanto a mobilização de recursos então dispostos quase que integralmente à reconstrução econômica do Estado para o desenvolvimento de suas capacidades militares (PECHATNOV, 2010, p. 98; VIZENTINI, 2017, p. 78). Superar

⁹ Em março de 1946, como protesto contra o entrincheiramento soviético no leste europeu, Winston Churchill dera seu famoso discurso sobre a existência de uma cortina de ferro imposta por Moscou aos seus países vizinhos, com os quais Stalin buscava consolidar sua segurança nos anos posteriores à guerra. A expressão não fora uma invenção do ex-Primeiro Ministro inglês, tendo sido usada anteriormente pelo Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, para fazer menção a uma área controlada pelos soviéticos. No entanto, pela voz de Churchill, tal expressão simbolizaria uma das primeiras declarações de guerra fria envolvendo Moscou e os poderes do Ocidente. Acerca deste tópico, consultar: LaFEBER, 1991, p. 38-9; MUNHOZ, 2020, p. 169-71.

o monopólio atômico norte-americano e opor-se militarmente à altura de Washington tornaram-se, então, objetivos imprescindíveis para a estratégia de segurança soviética.

Neste sentido, a rispidez norte-americana dirigida a Moscou apenas contribuiu para uma remilitarização da União Soviética e para a abertura de uma corrida armamentista protagonizada pelas duas superpotências. Simultaneamente, expandia-se a importância atribuída pelo Kremlin ao estabelecimento de uma zona composta por Estados vizinhos associados ao modelo soviético tanto em termos ideológicos quanto econômicos. Assim, crescera também o domínio moscovita sobre os países do leste europeu, tendo estes sido relativamente alienados de seus contatos com o Ocidente, ao passo que viam suas economias e instituições políticas serem dirigidas conforme os desígnios da União Soviética (VIZENTINI, 2017, p. 80). Tal processo fora qualificado como um exercício de sovietação da Europa oriental, haja vista a orientação hegemônica empregada por Moscou em relação aos países que orbitavam sua esfera de influência.

No entanto, a percepção em Washington acerca das medidas executadas por Stalin como resposta ao endurecimento norte-americano não seguira a lógica pautada pelo princípio de ação e reação. Pelo contrário, guiara-se por uma concepção relativa a uma suposta impermeabilidade soviética a influências externas, *i.e.*, a ideia de que o comportamento internacional do Kremlin, com seus interesses imediatos e objetivos de longo prazo, não fora modificado por nenhum dos expedientes traçados pela Casa Branca desde o fim da Segunda Guerra (GADDIS, 2005, p. 18). Neste sentido, seria necessário elaborar novos artifícios para compreender a natureza do regime soviético, bem como suas projeções para o cenário internacional, e delimitar os métodos a serem aplicados para restringir sua influência mundo afora.

Coube ao diplomata norte-americano lotado em Moscou, George Frost Kennan, oferecer um primeiro diagnóstico acerca destas questões com aquele que ficara conhecido como o Longo Telegrama: um documento de aproximadamente 5.500 palavras cujas orientações eram voltadas à redefinição da política externa empreendida por Washington em relação ao Kremlin.¹⁰ Partindo de uma leitura acerca das estratégias adotadas pela Casa Branca durante e após a guerra no trato com a União Soviética, bem como de uma avaliação da atuação internacional moscovita a partir de sua ideologia e particularidades domésticas, o telegrama escrito por Kennan consubstanciava a tese de uma superpotência alheia a quaisquer estímulos externos e

¹⁰ Ainda que uma parte considerável da literatura existente sobre o tema aponte a existência de oito mil palavras no documento escrito por George Frost Kennan, novos trabalhos, a exemplo da mais recente publicação do historiador Sidnei Munhoz (2020), indicam uma quantidade próxima às 5.540 palavras – na tradução para a língua portuguesa. Não que tal discrepância comprometa a natureza do documento ou seu conteúdo. No entanto, convém enfatizar tal diferença a fim de evitar estranhamentos ao leitor mais habituado às discussões aqui apresentadas.

denunciava a existência de impedimentos estruturais para o estabelecimento de boas relações entre os dois países.¹¹

No mais, apresentava as suspeições soviéticas acerca de um sistema internacional hostil à sua existência como simples expediente em busca de legitimidade interna, o que inviabilizaria qualquer iniciativa de cooperação ocidental com o intuito de atenuar as ansiedades do Kremlin, haja vista a alegada necessidade soviética por uma constante mobilização de ameaças externas (GADDIS, 2005, p. 19-20; MUNHOZ, 2020, p. 149). Assim, a diplomacia norte-americana, de acordo com Kennan, deveria adequar-se a esta suposta irracionalidade moscovita e a partir dali esboçar as diretrizes para o seu comportamento internacional.

A reverberação destas ideias junto aos círculos políticos mais influentes em Washington imprimira ao seu autor o status de um notório especialista em assuntos soviéticos, promovendo-o a uma posição entre os principais estrategistas norte-americanos para a Guerra Fria – atraindo, inclusive, a atenção de oficiais do primeiro escalão da Casa Branca, que o indicariam a diversos cargos e funções táticas. A partir daí, George Kennan pôde aprofundar suas interpretações acerca da política externa do Kremlin e oferecer instruções para a ação estadunidense no embate contra o Kremlin. Uma síntese destas iniciativas pode ser localizada em um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, sob o pseudônimo de Mr. X, intitulada *The Sources of Soviet Conduct*, no qual discorria sobre a percepção de mundo soviética, influenciada sobremaneira pelo marxismo, que orientara a estratégia diplomática do Kremlin a partir da convicção de uma vitória do socialismo sobre o capitalismo no longo prazo.

Como antídoto, Kennan prescrevera em seu artigo o emprego de uma postura – também orientada por um processo de longa duração – vigilante contra possíveis ímpetus expansionistas vindos do Kremlin, incorporando pela primeira vez o termo “contenção” ao léxico internacional estadunidense (GADDIS, 2005, p. 24-5; MUNHOZ, 2020, p. 154). Contudo, ainda que o oficial norte-americano realçasse a impossibilidade de coexistência entre os Estados Unidos e a União Soviética, também destacava a importância de se evitar um confronto direto entre os dois países. Isso porque, para Kennan, a principal fonte de ameaça soviética àquela altura era a sua ideologia comunista e não o componente militar de seu regime, haja vista a projeção e a confiança obtidas com a atuação do Exército Vermelho durante a guerra, assim como a capacidade de organização dos partidos comunistas localizados em todo o globo (MUNHOZ, 2020, p. 155).

¹¹ Dada a ampla circulação do documento e iniciativas do serviço de inteligência soviético, que interceptara o Longo Telegrama de Kennan, o próprio Stalin tivera acesso às teses formuladas pelo diplomata norte-americano, as quais, através de um telegrama escrito pelo embaixador soviético em Washington, Nikolai Novikov, respondera alegando o caráter eminentemente expansionista e militarizado da política externa dos Estados Unidos, ao passo que também reafirmara sua crença em uma futura implosão das alianças ocidentais em curso, dadas as contradições próprias ao sistema capitalista que as orientara. Ver: GADDIS, 2006, p. 28-9.

Portanto, o governo dos Estados Unidos deveria fazer frente ao regime político soviético apresentando-se como uma espécie de farol ocidental e transportando valores como democracia e qualidade de vida pelos quatro cantos da Terra, *i.e.*, exportando instituições e práticas políticas semelhantes àquelas empregadas em Washington e o anseio por um padrão de consumo análogo àquele experimentado por cidadãos norte-americanos – com a difusão do célebre *american way of life*. Em resumo, tratava-se de produzir os estímulos necessários à emergência de uma ordem internacional favorável aos interesses estadunidenses (GADDIS, 2005, p. 35). Proteger algumas das áreas consideradas estratégicas para os objetivos de Washington contra eventuais iniciativas soviéticas tornara-se, então, prioridade naquele momento.

Neste sentido, as condições sociais, políticas e econômicas em que o continente europeu, sobretudo os perímetros ocupados da Alemanha, e o Japão encontravam-se ao término da guerra constituíam o primeiro desafio a ser superado pela Casa Branca em sua empreitada de contenção frente aos hipotéticos arroubos expansionistas do Kremlin. Na avaliação dos norte-americanos, o cenário de destruição vivenciado por estas regiões fatalmente as conduziria a uma situação de instabilidade política e social, com a irrupção de movimentos populares suscetíveis à infiltração das já organizadas forças comunistas presentes em cada um dos países – o que poderia favorecer uma investida soviética em direção à Europa ocidental e partes da Ásia.

Sendo assim, o fechamento de fábricas como consequência da escassez de carvão, assim como as taxas de desemprego dali derivadas, e uma onda de desabastecimento capaz de reduzir a alimentação de cidadãos alemães a somente 1.200 calorias por dia – quantidade muito inferior às 2.500 calorias prescritas para o bom funcionamento de um organismo adulto – representavam elementos de capitalização política comunista, fosse com a participação em eleições legislativas ou estimulando campanhas subversivas (LEFFLER, 2010, p. 74-5). Seria necessário confrontar estes desafios em ambas as frentes, reabilitando áreas consideradas estratégicas a fim de limitar eventuais dividendos soviéticos, ao mesmo tempo em que produzia contrapontos favoráveis aos objetivos estadunidenses, e fornecendo instrumentos necessários para que os Estados da Europa e Ásia resistissem a alegada expansão da União Soviética contra seus territórios.

Um dos primeiros movimentos nesta direção ocorreu em março de 1947, com o discurso proferido pelo presidente Harry Truman, no qual fora solicitado ao Congresso norte-americano um aporte de US\$400 milhões em cifras da época para apoiar Grécia e Turquia em seus esforços contra movimentos subversivos internos. Em exposição reconhecida como o marco zero do que viria a ser denominada Doutrina Truman, o mandatário estadunidense, em linguagem quase que apocalíptica, alarmara o país ao prognosticar que, caso nada fosse feito para obstar a vitória dos

comunistas naqueles países¹², todo o mundo cairia sujeito à dominação soviética, a começar por países europeus como Itália e França, nos quais os partidos comunistas locais haviam alcançado consideráveis índices de crescimento em anos anteriores (Idem, p. 76).

Neste mesmo discurso, Truman segmentara o mundo em dois polos, sendo um composto por povos e instituições livres, em alusão ao bloco capitalista, enquanto o outro seria constituído por governos fundados no terror e na opressão de seus cidadãos, em menção à União Soviética e seus satélites no leste europeu; na oportunidade, ainda aproveitou para firmar o compromisso dos Estados Unidos com o combate à ameaça de expansão soviética onde quer que ela se fizesse – ou se imaginasse – presente. No entanto, também seria preciso oferecer auxílio àqueles países nos quais um processo revolucionário ou coisa que o valha figurava como possibilidade apenas entre as mentes mais especulativas em Washington.

Em relação a estes Estados, o governo norte-americano deveria disponibilizar o suporte necessário aos seus respectivos processos de reabilitação política, social e econômica, ocupando o espaço deixado pela Alemanha e impedindo uma eventual apropriação soviética dos recursos materiais ali existentes. Em suma, a política de contenção nestes países deveria ser empreendida pela via econômica, adotando o poderio financeiro estadunidense como estímulo à reconstrução após a guerra – algo que seguramente interessaria a Casa Branca mais do que as suas pretensas ansiedades a respeito do comportamento internacional do Kremlin. Isso porque tal intuito vinha sendo perseguido por Washington desde o imediato pós-guerra, no qual se tentara reconstruir a Europa a partir da disponibilização de empréstimos bilaterais e políticas de estabilização fiscal lideradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contudo, foi justamente o fracasso destas iniciativas, somado aos receios acerca de uma possível investida soviética sobre as ruínas europeias e asiáticas, que levaram diversos oficiais estadunidenses a reavaliarem a estratégia internacional do país no que dizia respeito a proteção de territórios tidos como indispensáveis aos objetivos e interesses nacionais. À época, o governo dos Estados Unidos chegara a desembolsar cerca de US\$9 bilhões com diversos programas de auxílio financeiro oferecidos no continente europeu, sem que essas cifras conduzissem os países

¹² Apesar dos termos acalorados empregados pelo presidente Truman a respeito dos desafios enfrentados por Grécia e Turquia, vale ressaltar o caráter essencialmente propagandístico de seu discurso. Ainda que os gregos estivessem frente a uma guerra civil protagonizada por rebeldes comunistas e monarquistas até então apoiados pela Inglaterra, na realidade, a situação guardava pouca ou nenhuma relação com quaisquer iniciativas soviéticas na região, já que Stalin havia abdicado do apoio aos movimentos revolucionários naquele país em função de acordos firmados ainda em 1944 com Winston Churchill, em concertações anteriores à Conferência de Yalta. Quanto à Turquia, vale dizer que esta se encontrava relativamente estável do ponto de vista político àquela altura, sofrendo pressões soviéticas apenas no que dizia respeito ao acesso aos estreitos de Dardanelos – em demanda que precedia a própria existência da União Soviética. Assim, o teor do discurso de Truman pode ser entendido como recurso retórico para galvanizar a opinião pública norte-americana e convencer o Congresso a conceder-lhe as cifras solicitadas, viabilizando assim o cumprimento de sua agenda internacional. Ver: CARDWELL, 2011, p. 81-3.

da região de volta aos padrões de produção industrial e agrícola de anos anteriores à eclosão da Segunda Guerra (HOGAN, 1995, p. 30). Tal insucesso era tido como resultado de uma política econômica que objetivava superar as disfunções do continente de forma isolada, priorizando a revitalização de economias nacionais em detrimento de esforços regionais.

Portanto, de acordo com a avaliação feita por oficiais do Departamento de Estado norte-americano – dentre os quais incluía-se George Kennan –, seria necessário optar por uma política que incorporasse todo o continente em um esforço do qual emergiriam uma economia integrada e uma conjuntura política estável (Idem, p. 36). Somente a partir desta integração seria possível reerguer o sistema de produção europeu e escudar o continente das instabilidades sociopolíticas que supostamente fariam prosperar as expectativas de dominação soviéticas.

Não obstante as alegadas preocupações norte-americanas quanto a um possível domínio soviético sobre o continente europeu e partes da Ásia, uma outra questão – inerente às ambições de Washington para o sistema internacional do pós-guerra – ameaçava os esforços de integração econômica estimulados pela Casa Branca: a insuficiência de recursos mundo afora para atender a alta demanda por exportações dos Estados Unidos. Muito em função do contraste entre o saldo positivo, em aspectos políticos e econômicos, para os norte-americanos ao término da Segunda Guerra e o colapso vivenciado em praticamente todas as áreas do globo, países que sustentavam consideráveis quotas de importação junto aos Estados Unidos se viram incapazes de adquirir dólares em quantidade suficiente para a manutenção destas relações comerciais (CARDWELL, 2011, p. 61-4) – criando uma situação preocupante o suficiente com ou sem a existência de uma superpotência adversária no sistema internacional.

Esta condição, denominada *dollar gap*, representava um sério risco aos interesses norte-americanos à medida que poderia ameaçar o país economicamente tanto em termos domésticos, tendo em vista a associação entre as taxas de exportação e o padrão de consumo e qualidade de vida alcançados pela população estadunidense no período pós-guerra, quanto externos, uma vez que a impossibilidade de comercializar com os Estados Unidos em razão da escassez de dólares poderia levar estes países a apostarem em outras políticas que não o livre-comércio – incluindo o modelo socialista – em busca de autossuficiência econômica (Idem, p. 65-6). Tal possibilidade alarmaria Washington sobremaneira, demandando de seus principais atores políticos o emprego de medidas capazes de alterar o curso da economia global, evitando a um só tempo a estagnação financeira norte-americana e uma possível fragmentação político-econômica do bloco ocidental capitalista liderado pelos Estados Unidos.¹³

¹³ O assim denominado *dollar gap* constituía uma ameaça aos objetivos norte-americanos no pós-guerra em frentes distintas, das quais sobressaía a questão econômica devido ao seu efeito cascata, por assim dizer, sobre os aspectos políticos do sistema internacional ambicionado por Washington. Isso porque a manutenção das taxas de exportação estadunidense apresentara-se como condição *sine qua non* para a preponderância econômica dos Estados Unidos,

Para idealizar e empreender uma política norte-americana que contornasse tais gargalos, fora estabelecido, após solicitação do Secretário de Estado George Marshall, o *Policy Planning Staff* – uma equipe criada e coordenada por Kennan para, entre outras coisas, elaborar um plano de recuperação para o continente europeu. Influenciados pelo ímpeto de construir um novo ideal de unidade europeia, que transcendesse as barreiras do nacionalismo e introduzisse a integração econômica como paradigma de produção e consumo na região, Kennan e seus assessores tinham como divisa de suas elaborações a ampliação do auxílio econômico dispensado por Washington aos países do continente, não mais exclusivamente em termos bilaterais, mas preferencialmente pelo estímulo à instituição de uma federação econômica que abarcasse mesmo os países do leste europeu – desde que estes abandonassem as ligações quase que exclusivas entre suas economias e o Kremlin (HOGAN, 1995, p. 41-3; MUNHOZ, 2020, p. 156).

Foram estas as considerações que alicerçaram o discurso proferido por George Marshall quando da apresentação do *European Recovery Program* ao público norte-americano, em junho de 1947, na Universidade de Harvard. De acordo com Marshall, tal programa – que futuramente receberia a alcunha de seu emissor – representaria a exortação de Washington à participação de todos os países da Europa no processo de reconstrução continental.

Neste sentido, o Plano Marshall, implementado no ano seguinte, supostamente facultava a participação da própria União Soviética nos esforços de reabilitação continental, admitindo-a como possível beneficiária dos recursos estadunidenses – ainda que os principais oficiais norte-americanos vissem no programa uma ferramenta para o fortalecimento e coesão da parcela dita ocidental da região, a qual deveria constituir um contrapeso ao bloco soviético. Contudo, sendo o Plano uma resposta às suspeições acerca do crescimento de movimentos e partidos comunistas no continente, e a conseqüente instrumentalização destas forças pelo Kremlin, há de se imaginar que a eventual cooperação entre Washington e Moscou ficaria circunscrita ao discurso proferido pelo Secretário de Estado norte-americano.

E os interesses antagônicos das duas superpotências não tardariam a entrar em rota de colisão. Outra vez, tais contradições vieram à tona a partir de perspectivas divergentes adotadas em relação à Alemanha, tendo os Estados Unidos orientado os esforços do Plano Marshall para a recuperação e a integração da parcela ocidental do território germânico – tida como o eixo em torno do qual a revitalização de todo o continente deveria orbitar (HITCHCOCK, 2010, p. 166;

e, em consequência, para seu poder e influência junto às demais nações do mundo. Portanto, uma queda nos índices de transações comerciais limitaria a capacidade norte-americana de liderar o sistema internacional – possibilitando a evasão de aliados que não mais responderiam à agenda político-econômica estabelecida por Washington –, assim como induziria o país a encarar suas ansiedades quanto ao retorno de uma depressão econômica semelhante àquela vivenciada durante a década de 1930. Resumindo, este *gap* poderia comprometer os interesses dos Estados Unidos no plano internacional ao ameaçar seu *status* de superpotência mundial. Neste particular, consultar: CARDWELL, 2011, p. 70-1.

HOGAN, 1995, p. 45) –, ao passo que a União Soviética mantinha-se obstinadamente avessa a qualquer iniciativa de reorganização alemã.

Contudo, para os formuladores do plano norte-americano, as inquietações soviéticas não poderiam tornar-se um obstáculo ao cumprimento da agenda idealizada pela Casa Branca, ainda que o núcleo de sua estratégia representasse, de acordo com o Kremlin, uma ameaça à segurança moscovita. Assim, o governo dos Estados Unidos articulou a fusão das áreas de ocupação alemã que se encontravam submetidas ao controle conjunto de estadunidenses e ingleses com a porção assenhoreada pela França, bem como promoveu a instituição de uma constituinte para a parcela germânica recém unificada, alicerçando o nascimento de uma Alemanha ocidental parcialmente soberana e estreitamente vinculada ao planejamento norte-americano para o continente europeu (HITCHCOCK, 2010, p. 167).

Ao ter suas preocupações relegadas por Washington, a União Soviética – através de seu Ministro das Relações Exteriores, Viatcheslav M. Molotov – respondera denunciando o Plano Marshall como uma operação de intromissão norte-americana nos assuntos internos dos países beneficiários, devido a premissa de abertura das economias locais a investimentos estrangeiros, e proibindo a participação dos países do leste europeu no recebimento de recursos do programa. Nestes, inclusive, os partidos comunistas locais foram orientados pelo Kremlin a promoverem greves e intensificarem os esforços de propaganda contra a eventual intromissão estadunidense. Também estes eventos levaram a um recrudescimento do já citado processo de sovietação do leste europeu, por meio do qual Moscou passara a combater com força qualquer desvio político-ideológico (HOGAN, 1995, p. 51; PECHATNOV, 2010, p. 105) – em um processo que buscava reverter determinadas ações ocidentais àquela altura.

Assim, o endurecimento soviético, incluindo sua recusa ao Plano Marshall, mobilizaria uma nova onda de oposição aos regimes no leste europeu que renunciassem ao credo moscovita, dos quais a Checoslováquia ameaçara constituir exemplo. Diante de uma crise política gestada por partidos conservadores locais que buscavam expulsar os comunistas do governo, ainda que estes tivessem vencido as últimas eleições, o Kremlin, junto ao Partido Comunista local, reagiu mobilizando setores políticos e populares e forçando a retirada dos conservadores. No que ficara conhecido como o Golpe de Praga, então, Moscou dera cabo ao último governo multipartidário da Europa oriental (PECHATNOV, 2010, p. 106; VIZENTINI, 2017, p. 80). Seria este o recado de Stalin à sua esfera de influência diante da aventada tentativa de cooptação ocidental: estreitar ainda mais a dependência dos países da região à União Soviética, estabelecendo um bloco coeso em termos políticos, ideológicos e econômicos.

Em outra frente, também respondera à iniciativa de reunificação das zonas de ocupação alemã que intentavam a reabilitação industrial e a criação de uma Alemanha ocidental. Diante

do que examinara como uma ameaça à segurança nacional, o líder soviético ordenara o bloqueio terrestre da parcela ocidental de Berlim, a fim de dissuadir o projeto integracionista em curso – então realizado à revelia do Kremlin. Contudo, ato contínuo ao Bloqueio de Berlim, como ficara conhecido o episódio, fora estabelecida uma ponte aérea por forças ocidentais para abastecer a cidade, haja vista a oportunidade de capitalização oferecida pela desastrosa iniciativa soviética. Isso porque, em especial para os norte-americanos, o bloqueio e a instantânea resposta ocidental transformaram a percepção alemã acerca de seus ocupantes, agora tidos como protetores contra as hostilidades provenientes da União Soviética (HITCHCOCK, 2010, p. 168).

Neste sentido, a precipitação soviética concorrera para o desenvolvimento de estratégias voltadas à segurança do bloco ocidental – das quais sobressaía-se a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Idealizada primeiro pelo Ministro das Relações Exteriores britânico Ernest Bevin, a concepção de uma aliança militar transatlântica ganhara tração a partir do Golpe de Praga – respondido por Inglaterra, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda com a assinatura de um acordo de defesa mútua, denominado Pacto de Bruxelas, em março de 1948 – e materialidade com o Bloqueio de Berlim, que praticamente impusera um compromisso formal com a segurança europeia à agenda política norte-americana (Idem, p. 168–9). Inaugurada ainda em abril de 1949, a OTAN, originalmente composta por doze países membros¹⁴, emergira como resposta, mais política do que propriamente militar, ao que fora identificado àquela altura como uma campanha de expansão soviética supostamente movida contra a Europa.

Somada ao fechamento político promovido por Moscou em suas zonas de influência, tal caracterização contribuiria sobremaneira para uma divisão da Europa – e do mundo – à maneira do discurso enunciado por Truman, no qual dois polos distintos ameaçar-se-iam mutuamente. Sendo um destes polos marcado pelas insígnias do terror e da repressão, conforme o mandatário norte-americano, caberia ao seu rival, reconhecido por suas instituições e povos livres, evitar o espraio deste primeiro mundo afora. Ademais, o Plano Marshall aprofundara esta divisão, colocando o continente diante dos modelos político-econômicos antagônicos de Estados Unidos e União Soviética, dentre os quais prevalecera a escolha pelo arquétipo norte-americano. Tendo Washington como referência, a Europa passara por todo um processo de americanização¹⁵ dos seus hábitos políticos, sociais e econômicos, confluindo para o estabelecimento daquilo que se

¹⁴ A lista dos doze primeiros países signatários da OTAN era formada por Bélgica, Inglaterra, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal e os Estados Unidos.

¹⁵ Além das transformações realizadas por diversos governos da Europa em suas práticas econômicas e comerciais, parte do continente também passou a empregar o modelo de negócios norte-americano, apostando na expansão de empresas multinacionais e em políticas de privatização. No mais, a população europeia também passara a consumir produtos particulares à realidade norte-americana, a exemplo da Coca-Cola, das calças jeans e os filmes produzidos em Hollywood. Conferir: HITCHCOCK, 2010, p. 172-3.

convencionou a denominar durante a Guerra Fria de Ocidente – uma comunidade transatlântica artificialmente estimulada pela Casa Branca.

À vista deste desenvolvimento, o Plano Marshall também atendera ao que fora proposto por George Kennan quando de suas prescrições ao governo norte-americano acerca da iminente confrontação entre os Estados Unidos e a União Soviética. O programa estadunidense, ao alocar aproximadamente US\$12 bilhões para auxiliar o continente europeu a reabilitar-se após a guerra entre os anos de 1948 e 1951, promovendo uma profunda convergência entre os governos locais e a administração norte-americana – expressa pela assimilação de determinadas práticas sociais, políticas e econômicas pela população europeia –, parecia atender aos axiomas de uma liderança pelo exemplo, por meio da qual valores caros ao governo norte-americano seriam incorporados por países aliados e formariam um grupo de oposição à União Soviética e seus satélites no leste europeu e, posteriormente, em partes da Ásia.

No mais, ao representar uma divisão entre dois polos, o Plano Marshall, como parte dos esforços norte-americanos de contenção frente às alegadas iniciativas de agressão soviéticas no período pós-guerra, caracterizara-se também como o elemento de uma estratégia de aniquilação do regime moscovita, buscando a todo o tempo identifica-lo com as divisas do atraso econômico e político, com a repressão e o autoritarismo, e com a imagem de uma perturbadora ameaça aos valores de um mundo que Washington almejava moldar à sua imagem e semelhança. As reações precipitadas de Stalin às iniciativas norte-americanas apenas ajudariam a pavimentar o caminho para uma política que, embora alegadamente defensiva, conservara desde o início o ímpeto pela preponderância no sistema internacional.

Neste sentido, a Doutrina de Contenção apresentada por Kennan fora incorporada como um ponto de partida formal para a Guerra Fria – ainda que as divergências entre Estados Unidos e União Soviética remontassem aos anos iniciais da experiência bolchevique – e, também, como estratégia não de defesa, mas de prevalência norte-americana sobre seu correlato soviético, *i.e.*, atuara em prol de uma expansão dos valores idealizados por Washington à custa da aniquilação do sistema comunista encabeçado por Moscou. Em resumo, tal estratégia não objetivava conter o adversário moscovita, mas sim eliminá-lo, tendo como eixo não a segurança, mas a vitória no conflito deflagrado entre as duas superpotências mundiais (ANDERSON, 2015, p. 36). Para tal, a estratégia de contenção proposta por Washington figuraria como pré-condição à destruição do mundo socialista, a ser atingida, concomitantemente, pela força do exemplo norte-americano e pelo ocaso da ideologia soviética.

Infere-se daí a essência eminentemente expansionista da doutrina idealizada por George Kennan e adotada pela administração norte-americana, que, ao estabelecer a segurança nacional como centro de sua ideologia imperial, engendrara o alargamento de suas fronteiras políticas e

econômicas como antídoto contra uma imaginada ameaça soviética (ANDERSON, 2015, p. 39-41; HALLIDAY, 2007, p. 193). Esta correlação de forças marcaria uma das particularidades do confronto entre Estados Unidos e União Soviética nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra, no qual o conflito desenvolver-se-ia sob os termos de uma competição intersistêmica – onde a primazia sobre o adversário deveria figurar como principal objetivo.

Sendo assim, em certo sentido, tanto a confiança soviética no colapso a longo prazo das forças capitalistas, decorrente da convicção quanto a existência de contradições inerentes a este sistema, quanto os esforços empreendidos pelos norte-americanos para minar a opinião pública, sobretudo em sua porção ocidental, até então favorável à União Soviética devido à participação expressiva do Exército Vermelho na dispersão do nazifascismo, podem ser tomadas como parte desta dinâmica intersistêmica. E, utilizando a descrição proposta por Fred Halliday (2007) sobre este gênero específico de conflito, definido por uma total divergência de normas sociopolíticas, na qual a competição de valores adquire uma importância central, pode-se encarar a Guerra Fria como expressão desta busca por hegemonia no sistema internacional – primeiramente tentada por Washington devido à sua posição de superioridade *vis-à-vis* Moscou.

Dentro destes padrões também é possível identificar tendências universalistas em ambos os sistemas – capitalista ou comunista –, a despeito das diferentes iniciativas de cada um destes Estados para minar ou mesmo aniquilar seu adversário, fazendo com que tanto Estados Unidos quanto União Soviética estendessem sua atuação internacional para além da segurança de seus respectivos perímetros ou do simples acúmulo de poder – mirando a capitulação final do regime opositor (HALLIDAY, 2007, p. 198-9). Portanto, a impossibilidade quanto ao estabelecimento de uma perene coexistência entre os dois sistemas determinaria o sentido de toda a Guerra Fria, dividindo o mundo entre dois blocos antagônicos e engessando todo o sistema internacional por meio desta dinâmica de constante confrontação. Este estado de coisas não tardaria a conduzir o mundo em direção ao recrudescimento das relações interestatais – com repercussões em pontos cardeais da arena internacional até então alijados do embate entre as superpotências. Assim, o período posterior ao término da Segunda Guerra, em poucos anos, fora sucedido por uma nova conflagração mundial. De natureza distinta, a Guerra Fria amplificaria as ameaças de destruição outrora concebidas pela humanidade – sobretudo no emergente Terceiro Mundo.

2. A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA

Com o desenrolar da Guerra Fria, novos teatros de operações foram sendo incorporados à dinâmica do conflito, conferindo-lhe um aspecto globalizante, no qual Ásia, África e América Latina passaram a coabitar a agenda internacional das duas superpotências ao lado da Europa e do Japão – ainda que estes últimos conservassem certo protagonismo. Estados recém instituídos

e países apartados das concertações do período pós-guerra, portanto, converter-se-iam em peças do xadrez geopolítico disputado por Estados Unidos e União Soviética, cuja lógica seria pautada na competição por recursos materiais e posições estratégicas. Neste sentido, cada um dos blocos procuraria atrair para si o maior contingente possível de Estados do assim denominado Terceiro Mundo, instrumentalizando-os em prol da rivalidade ideológica que opunha a Casa Branca e o Kremlin àquela altura. No entanto, com necessidades e objetivos divergentes daqueles político-econômicos que caracterizavam o Primeiro Mundo, capitalista, e o Segundo Mundo, comunista, estas nações – cujas diferenças encontravam um lugar comum no subdesenvolvimento e na falta de influência junto aos assuntos internacionais – traçariam estratégias para escapar à imposição programática das superpotências e atuar de acordo com os seus próprios interesses. Tal processo não se daria sem a relutância de Washington e Moscou – transformando aquelas regiões outrora relegadas em uma das principais arenas da Guerra Fria em curso.

2.1. *Rearmamento, intervencionismo e os novos campos de batalha no Terceiro Mundo*

As iniciativas empregadas pelo governo dos Estados Unidos sob os alicerces enunciados pela Doutrina de Contenção, num determinado momento, pareceram eliminar a alegada ameaça representada pela União Soviética, assim como conferiram aos norte-americanos a dianteira nos enfrentamentos da Guerra Fria. Desfrutando de certo nível de coesão interna – dado o consórcio de Democratas e Republicanos em matérias de interesse internacional àquela altura –, e externa – com a formação de um bloco ocidental alinhado aos interesses da Casa Branca – Washington poderia olhar para o panorama mundial e augurar uma vitória diante de Moscou ao alcance das mãos. A manutenção do monopólio atômico e as fissuras políticas ocorridas no interior do bloco soviético ajudariam a solidificar tal percepção.¹⁶

Entretanto, determinados acontecimentos ocorridos em meados de 1949 expressariam a precipitação norte-americana em admitir como realidade uma conquista que só se materializaria dali a cerca de quarenta anos, com a dissolução da União Soviética. Em 22 de setembro daquele ano, o presidente Harry Truman viria a público informar a explosão da primeira bomba atômica construída pelos soviéticos – contrariando especialistas em Washington que menosprezavam a capacidade científica de Moscou àquela altura (LaFEBER, 1989, p. 479, 1991, p. 84). De forma quase que simultânea, tropas comunistas lideradas por Mao Tse-Tung, após anos de guerra civil

¹⁶ Após os acontecimentos na Checoslováquia, a União Soviética não demoraria a ver sua liderança junto ao bloco socialista ser constrangida pela postura de outro Estado aliado, desta vez, a partir de atitudes não de conservadores, mas sim de um líder comunista. Tratava-se de Josip Broz Tito, então líder da Iugoslávia, que se recusara a participar integralmente dos pactos de assistência econômica propostos por Stalin, que equivaliam a direcionar as economias da região aos desígnios do Kremlin. Firmada em bases nacionalistas, a “apostasia” de Tito representara um desafio ao controle soviético no leste europeu ao apresentar a possibilidade de uma terceira via, por assim dizer, uma trilha autônoma em meio a Guerra Fria. Ver: LaFEBER, 1991, p. 76.

contra o governo nacionalista de Chiang Kai-Shek, tomavam o poder, proclamando a República Popular da China, em 1 de outubro de 1949. Estes episódios, somados ao Pacto Sino-Soviético assinado entre Mao e Stalin, ainda em 1950, confeririam novo fôlego aos soviéticos e atestariam o dinamismo e a vivacidade das disputas entre o Kremlin e a Casa Branca.

No mais, tais acontecimentos também suscitaram interpretações diversas junto às cúpulas políticas em ambos os campos do conflito. Se, por um lado, foram percebidos por Moscou como indícios de um fortalecimento soviético – que lhes permitiria competir de forma equânime com os Estados Unidos – e, também, como prenúncio de um iminente declínio do sistema capitalista (LaFEBER, 1991, p. 89-90); por outro, a fragmentação do monopólio atômico norte-americano e a Revolução Chinesa acentuaram divisões existentes no cerne da vida política em Washington. Conforme os acontecimentos no cenário internacional iam se desenrolando, a coesão doméstica alcançada pelos Estados Unidos em anos anteriores ia sendo dissolvida através de debates sobre a responsabilidade do governo norte-americano na “perda” da China ou acerca de uma eventual infiltração comunista no interior do Departamento de Estado.¹⁷

Contudo, o principal debate responsável pelo esgarçamento da unidade norte-americana ocorreu na arena econômica. Mais especificamente, a partir das discussões acerca do orçamento arquitetado para o ano fiscal de 1950¹⁸. Isso porque, apesar dos desdobramentos da Guerra Fria mencionados acima, determinadas figuras políticas estadunidenses – entre as quais incluía-se o presidente Truman – prescreviam um desembarque orçamentário, por assim dizer, das despesas provenientes do estado de prontidão militar, *i.e.*, defendiam a redução dos gastos com segurança em prol da promoção de uma política de reequilíbrio fiscal. Em suma, entendia-se que a ameaça de confrontação direta com a União Soviética, antes aventada como iminente – e até inevitável – tornara-se inverossímil àquela altura, o que possibilitaria a desmobilização de um permanente esforço de guerra financiado por Washington.

É verdade que tal possibilidade não equivalia a um total desmantelamento militar norte-americano. Ao contrário, o que Truman e demais adeptos desta ala mais propensa a uma política de equilíbrio fiscal almejavam dizia respeito à utilização racional dos recursos empenhados para a defesa nacional. Assim, o presidente estadunidense passara a sugerir uma conversão de gastos,

¹⁷ Apoiadores do governo de Chiang Kai-Shek nos Estados Unidos, integrantes do assim denominado *China lobby*, apontavam a insuficiência de suporte norte-americano como uma das causas para a derrota do exército nacionalista. A Casa Branca respondera a estas acusações com um documento intitulado *White Paper*, com o qual tentara isentar o governo de qualquer responsabilidade quanto aos resultados da Guerra Civil chinesa. Não obstante, estas críticas foram acompanhadas por acusações do senador republicano Joseph McCarthy sobre a existência de comunistas no Departamento de Estado norte-americano, inaugurando um período de histeria e perseguição política, cuja alcunha, Macartismo, eternizaria o seu idealizador e principal intérprete. Consultar: CARDWELL, 2011, p. 166; LaFEBER, 1989, p. 484-6, 1991, p. 87-8; 95.

¹⁸ O ano fiscal – diferente do ano civil ou comercial – é o período em que ocorre a execução do orçamento federal. Nos Estados Unidos, esse intervalo transcorre entre os dias 1 de outubro e 30 de setembro do ano seguinte, devendo o orçamento ser submetido pelo presidente ao Congresso ao longo do exercício anterior.

com ênfase na construção e desenvolvimento de novas armas atômicas como forma de dissuadir quaisquer investidas militares soviéticas e em uma mobilização potencial, a ser utilizada apenas em casos emergenciais. Também, defendia o emprego de auxílio econômico e militar aos países aliados com o intuito de emancipá-los da subvenção norte-americana posteriormente (HOGAN, 1998, p. 265) – vislumbrando, assim, uma futura desoneração do orçamento ianque.

Entretanto, as forças armadas norte-americanas não compartilhavam de tais percepções e defendiam a manutenção e a expansão de um estado de prontidão que fosse capaz de assegurar o país contra possíveis ameaças externas. Estes setores interpretavam a Guerra Fria como uma demanda por esforços permanentes e de alcance globais, em vista da segurança nacional, o que certamente acarretaria alguns sacrifícios. Neste sentido, os recursos dedicados ao Departamento de Defesa deveriam alcançar certo protagonismo durante a composição do orçamento nacional, ainda que para isso o equilíbrio fiscal almejado por Truman e as despesas de caráter dito sociais tivessem de ser imoladas no altar do rearmamento e da constante mobilização militar (Idem, p. 265-6). Apresentava-se, então, a ideologia do estado de Segurança Nacional que permearia toda a dinâmica da política externa norte-americana dali em diante.

Antes que esta ideologia atingisse um status quase que preponderante junto ao discurso político em Washington, no entanto, diversas disputas domésticas, além de algumas ocorrências no cenário internacional, pavimentaram seu caminho institucional. Em janeiro de 1949, quando da remessa do orçamento para o ano fiscal de 1950 ao Congresso norte-americano, o presidente Truman estabeleceu um limite de aproximadamente US\$13 bilhões para despesas militares, de maneira a impedir déficits orçamentários e tornar possível a alocação de recursos em função de programas sociais domésticos e do pagamento de despesas fixas – a exemplo da dívida nacional e de benefícios concedidos a veteranos de guerra (Idem, p. 267-8). Este dispositivo definido por Truman, embora encaminhasse uma diminuição das atividades militares estadunidenses – assim como um freio aos avanços tecnológicos voltados à modernização militar – pretendia equilibrar um orçamento pensado para tempos de paz com uma demanda de recursos para um contingente que se julgava permanentemente sob ameaça externa.

A esta proposição, o Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos respondera chamando atenção para o entendimento de que, a despeito de quaisquer acontecimentos na arena mundial, a União Soviética não teria promovido grandes alterações em seus objetivos básicos ou em suas capacidades militares, *i.e.*, não teria sido demovida da alegada empreitada de dominação mundo afora. Neste sentido, qualquer diminuição da mobilização militar norte-americana poderia vir a comprometer não apenas a segurança nacional, mas também afetar o estado de coisas no cenário internacional. Em contrapartida, defensores do limite proposto por Truman argumentavam que, dada a natureza da ameaça soviética, mais política e econômica do que mesmo militar, o relativo

sucesso do Plano Marshall e o fortalecimento dos países aliados na Europa tornariam sem efeito maiores despesas dedicadas à defesa do país (Idem, p. 270). Num primeiro momento, o segundo grupo fizera triunfar seu ponto de vista. Entretanto, novas personagens e acontecimentos fariam a balança pender para o outro lado da discussão.

Talvez a mais notória destas personagens tenha sido o novo Secretário de Estado norte-americano Dean Acheson. Entusiasta de primeira hora das alianças construídas entre os Estados Unidos e a Europa, assim como da construção de um bloco ocidental, Acheson assumira o posto de George Marshall empunhando a bandeira da ideologia de Segurança Nacional e se revelando contrário às iniciativas fiscais de Truman, as quais enxergava como obstáculos a postura militar que Washington deveria adotar para manter-se à altura de suas responsabilidades internacionais e ambições político-econômicas (HOGAN, 1998, p. 276; LaFEBER, 1991, p. 80-1). Como ente de destaque nos debates militares e econômicos de então, que se estenderam também para o ano fiscal de 1951, o novo Secretário assumira a dianteira das discussões produzindo, com o suporte do economista e diplomata Paul Nitze¹⁹, futuro diretor do *Policy Planning Staff*, um documento titulado *National Security Council Paper Number 68* (NSC-68), que materializaria um *turning point* na estratégia internacional norte-americana.

Se até então a diplomacia estadunidense havia deliberado suas iniciativas sob a égide da contenção de alegadas manobras subversivas soviéticas, a partir da implementação do NSC-68, Washington passaria a orientar-se por uma incessante mobilização militar, a fim de fazer frente aos avanços logrados por Moscou. Isso porque o documento apresentava – entre outras questões alusivas à situação internacional – um cenário no qual o conflito entre Estados Unidos e a União Soviética tornara-se endêmico, tendo em vista a consideração de que os soviéticos não poderiam ser dissuadidos de seu impulso expansionista por outros meios que não os militares (LaFEBER, 1989, p. 480, 1991, p. 96).

Contudo, a quebra do monopólio atômico norte-americano trouxera certa periculosidade para o interior desta equação. Dada a possibilidade de aniquilação que decorria de uma eventual guerra nuclear entre as duas superpotências, seria necessário, conforme estratégia prescrita pelo NSC-68, promover um massivo projeto de rearmamento, com a formação de grandes e onerosas forças convencionais capazes de frear uma possível invasão soviética sem a utilização de armas atômicas. De acordo com estimativas iniciais, tal projeto demandaria do Tesouro estadunidense cerca de US\$50 bilhões em despesas militares – quantia que ultrapassava em aproximadamente

¹⁹ Paul Henry Nitze ascendera ao cargo a convite de Acheson, sobretudo devido às discordâncias deste último *vis-à-vis* o então presidente do *staff* e idealizador da Doutrina de Contenção, George Kennan, que, a exemplo daquela ala mais ligada ao presidente Truman, não corroborava a tese de uma União Soviética militarmente apta ou disposta a realizar ataques contra os Estados Unidos ou países aliados. Tais percepções o tornariam *persona non grata* junto ao novo Secretário de Estado norte-americano, que o substituiria por Nitze, mais alinhado ao rearmamentista então em curso. Conferir: HOGAN, 1998, p. 293-4.

quatro vezes o limite estipulado pelo presidente Truman (LaFEBER, 1989, p. 481). Portanto, a resposta de Acheson e Nitze ao desafio apresentado pelo arsenal nuclear soviético seguiu rumo à militarização da política externa norte-americana.²⁰

Para além das supostas ameaças que emanavam do Kremlin àquela altura, no entanto, o NSC-68 e suas propostas de rearmamento também objetivavam responder a outros desafios no cenário internacional, entre os quais destacava-se o anteriormente mencionado *dollar gap* – não totalmente resolvido pelos recursos do Plano Marshall. A contínua escassez de dólares naqueles países beneficiários do programa norte-americano parecia constituir uma ameaça substancial à manutenção do sistema capitalista no bloco ocidental.

Desde o início das discussões para a elaboração do NSC-68, Acheson e Nitze mostraram estar atentos – e preocupados – a este desafio. Não à toa o Secretário de Estado norte-americano apontara para o ano de 1952, período no qual o Plano Marshall seria encerrado, como o ano em que o Ocidente poderia desmoronar caso nenhuma medida fosse tomada pela Casa Branca. Com efeito, o colapso aventado por Dean Acheson guardava mais relações com a manutenção de um elevado nível das exportações norte-americanas, alimentadas pela capacidade dos países aliados de realizar transações em dólar, do que mesmo com alguma ameaça concreta ao bloco ocidental (CARDWELL, 2011, p. 170-3). E neste contexto, o rearmamento surgiria como uma alternativa ao Plano Marshall, haja vista sua capacidade de injetar recursos mediante fornecimento de ajuda militar a Estados associados, contribuindo, assim, para a liquidez da economia estadunidense e a expansão do capitalismo internacional (ARRIGHI, 1996, p. 306-7).

A escolha pelo rearmamento também pode ser lida como uma medida para contornar as resistências do Congresso norte-americano quanto a quaisquer iniciativas de extensão do Plano Marshall. Entretanto, seria necessário mais do que um apelo a razões econômicas para que estas questões ganhassem aderência junto ao corpo político em Washington. Neste sentido, o recurso a uma retórica alarmista, calcada na importância da segurança nacional contra alegados avanços soviéticos, mostrar-se-ia uma eficaz ferramenta para a política externa arquitetada por Acheson e Nitze – não necessariamente em função do suposto recrudescimento do cenário internacional, mas como instrumento de convencimento para a consecução de determinados objetivos, fossem eles econômicos ou políticos (CARDWELL, 2011, p. 184). Faltava a este mecanismo, contudo, a materialidade que somente a realidade poderia lhe emprestar.

²⁰ O principal arquétipo deste projeto de militarização pode ser identificado a partir do desenvolvimento da “Super” – uma bomba termonuclear, de hidrogênio – como maneira de devolver aos Estados Unidos a vantagem estratégica perdida após a quebra do monopólio atômico, em 1949. Mais do que o desenvolvimento em si, somente a iniciativa de construir tal armamento já indicara uma transformação, quicá irreversível, da política externa norte-americana. Ver: CARDWELL, 2011, p. 187-9; LaFEBER, 1989, p. 482-3.

Sem que o presidente Truman, o Congresso e a opinião pública norte-americanos fossem persuadidos a despendere enormes montantes em nome da segurança nacional, o NSC-68 estaria condenado a tornar-se letra morta. E, àquela altura, com a explosão da bomba atômica soviética e a Revolução Chinesa politicamente precipitadas por Washington, apenas a eclosão de um fato novo poderia tornar possível a implementação do rearmamento proposto no documento. Em 25 de junho de 1950, com a irrupção da Guerra da Coreia, tal fato se substancializara a olhos vistos à medida que tropas norte-coreanas avançavam sobre a parcela sul da península, suportada pelos Estados Unidos, que imediatamente se dispuseram a frear a invasão.

Tal decisão comprometera o governo estadunidense com uma guerra que dizimaria algo em torno de 33 mil norte-americanos – além de aproximadamente 60 mil sul-coreanos e milhões de norte-coreanos e chineses – ao longo de três anos. Logo no início do conflito, fora concedida às forças armadas norte-americanas uma autorização para romper o limite orçamentário fixado para o ano fiscal de 1951 e, no mês seguinte, o presidente Truman solicitara ao Congresso uma ampliação de US\$11 bilhões em despesas militares (HOGAN, 1998, p. 304-5; LaFEBER, 1989, p. 486). Conforme o mandatário norte-americano, o avanço das tropas norte-coreanas lideradas pelo comunista Kim Il Sung representava também uma transformação significativa das políticas soviéticas, que, ao assentirem com a invasão, haviam deixado de buscar a cooptação de Estados mundo afora por meio da subversão política para se lançarem em iniciativas militares – as quais deveriam ser respondidas com uso da força (LaFEBER, 1989, p. 488). Desta forma, especulava-se, o panorama na Coreia constituiria apenas um ponto de partida para um sem fim de agressões internacionais patrocinadas e operacionalizadas pelo Kremlin dali em diante.

Portanto, a Guerra da Coreia se mostrara uma ótima oportunidade para a implementação das premissas apresentadas no NSC-68. Tanto é verdade que Dean Acheson, ainda no calor dos acontecimentos, dissera que a Coreia “*came along and saved us*”. Ainda, a entrada da China no conflito aguçaria a percepção acerca das ameaças representadas pelo comunismo internacional, fazendo com que o programa de rearmamento idealizado por Acheson e Nitze soasse necessário (CARDWELL, 2011, p. 204; HOGAN, 1998, p. 310-1; LaFEBER, 1991, p. 98). Outrossim, os conflitos na península coreana também pareciam confirmar a hipótese acerca da necessidade de uma permanente mobilização militar norte-americana para fazer frente às ameaças provenientes da União Soviética – e, também, da China –, ainda que para isso tivesse de realizar determinados sacrifícios na esfera econômica interna.

Juntos, o NSC-68 e a Guerra da Coreia elevaram as despesas militares norte-americanas em até quatro vezes ao longo dos conflitos e concorreram para a deterioração do ambiente fiscal doméstico, com a triplicação dos níveis inflacionários entre os anos fiscais de 1950 e 1951, bem como o aprofundamento do déficit orçamentário para o ano fiscal de 1953 – que atingira US\$6,5

bilhões àquela altura (KOLKO, 1988, p. 48). Era este o preço que o governo dos Estados Unidos estaria disposto a pagar a partir de então para liderar e moldar o sistema capitalista internacional, à sua maneira, sob o emblema do combate ao alegado ímpeto expansionista da União Soviética. Atribuía-se ao Kremlin a habilidade de influenciar governos em todos os continentes do mundo, fosse por meio de partidos comunistas locais ou mesmo por oportunismo político (Idem, p. 49). Daí a justificativa para a intromissão norte-americana nos assuntos internos de diversos Estados mundo afora ao menor sinal de qualquer movimentação contrária aos interesses de Washington, a exemplo da participação na fratricida guerra coreana.

Neste sentido, a própria relação da Casa Branca com os países ditos de Terceiro Mundo demandaria algumas revisões dali em diante. Se até então a Europa e o Japão haviam assumido certo protagonismo junto à estratégia internacional norte-americana no período pós-guerra, com a Guerra da Coreia as atenções tiveram de se voltar ao continente asiático e àquelas regiões nas quais a emergência de movimentos de libertação nacional constituía, de acordo com a avaliação em Washington, verdadeira oportunidade para a capitalização soviética. Assim, a Ásia, a África e a América Latina – em circunstâncias diversas – passariam a compor o quadro geral da Guerra Fria. E ainda que estas regiões não fossem caracterizadas por sua importância industrial, a mera possibilidade de queda frente ao domínio moscovita alarmara os Estados Unidos, tendo em vista a abundância dos recursos naturais ali existentes (ANDERSON, 2015, p. 67; KOLKO, 1988, p. 52-3). Obstruir o acesso soviético a tais fontes de matérias-primas, essenciais ao funcionamento das economias ocidentais e ao desenvolvimento de tecnologias militares, tornara-se, imperativo para a política externa norte-americana àquela altura.

Parte destes esforços passavam também por impedir que a União Soviética conquistasse dividendos políticos nestas regiões, sobretudo no que diz respeito àquelas que ainda viviam sob o domínio colonial de potências europeias como Inglaterra e França. Nestas, as iniciativas locais de emancipação poderiam constituir empecilhos aos objetivos norte-americanos, tendo em vista a oportunidade para eventuais infiltrações comunistas em meio às insurgências domésticas, *i.e.*, não interessava aos Estados Unidos manter estas regiões em um estado de efervescência política capaz de atrair ou permitir a influência de Moscou junto aos governos locais. Portanto, a solução passaria pela adoção de uma postura refratária ao colonialismo, preconizando a independência formal das antigas possessões europeias como parte da engrenagem capitalista norte-americana (ANDERSON, 2015, p. 68; KOLKO, 1988, p. 54).

Assim, o poder exercido por antigas potências europeias no Terceiro Mundo, agora tido como algo incompatível à realidade internacional que se buscava definir a partir de Washington, somente fora tolerado em ocasiões nas quais partidos comunistas apresentavam-se como a única alternativa ao governo colonial, a exemplo da Malásia – um Estado sob domínio britânico, cujas

riquezas em estanho e borracha impediriam qualquer movimento que pudesse colocar o país ao alcance do Kremlin (ANDERSON, 2015, p. 73; WESTAD, 2007, p. 113). Situação semelhante se desenrolara também na Indochina, onde forças comunistas conduziam uma luta de libertação nacional em face do domínio colonial francês na região do Vietnã.²¹ Ali, uma vitória comunista ameaçaria os interesses norte-americanos no continente asiático devido à proximidade da região com a fronteira chinesa – a qual, temia-se, poderia servir como ponto de apoio ao espraiamento de regimes socialistas pelo sudeste da Ásia.

E as iniciativas empregadas pelo governo dos Estados Unidos nestas regiões, a exemplo do suporte oferecido a Inglaterra e França em suas respectivas disputas coloniais, evidenciariam a importância estratégica atribuída pelo governo norte-americano ao Terceiro Mundo enquanto ferramenta de manutenção e amplificação do capitalismo internacional. Isso porque somente os recursos existentes nestas regiões poderiam alimentar o projeto de modernização tecnológica e militar estadunidense e a reconstrução de Estados aliados – dos quais destacava-se em urgência o Japão. Sendo assim, tornara-se imprescindível salvaguardar certa estabilidade e exclusividade no que diz respeito ao acesso a tais fontes de matérias-primas, razão pela qual o Terceiro Mundo adquirira pertinência para a estratégia internacional norte-americana à medida que avançavam os planos de integração política e econômica conduzidos por Washington no período pós-guerra e início da Guerra Fria (KOLKO, 1988, p. 55-6).

Ademais, o cenário interno norte-americano também apresentar-se-ia como mobilizador para transformações na relação entre os Estados Unidos e os países do Terceiro Mundo. Em um debate notadamente autocentrado, a “perda” da China para revolucionários comunistas encetara uma série de contestações à administração Truman, tida como incapaz de confrontar as ameaças decorrentes dos esforços anticoloniais, e passara a demandar, via opinião pública, maior firmeza no trato de situações revolucionárias mundo afora. Em suma, exigia-se maior comprometimento ideológico num contexto em que, acreditava-se, toda a Terra estaria dividida entre dois campos, assim como estimulava-se a delimitação de estratégias que bloqueassem o caminho de Moscou até o Terceiro Mundo (WESTAD, 2007, p. 118-9). Sendo assim, o sucessor de Truman na Casa Branca, Dwight David Eisenhower, eleito em 1952 como candidato pelo Partido Republicano, assumira também a responsabilidade de conduzir os Estados Unidos na condição de protetor do capitalismo internacional e baluarte dos valores ideológicos ocidentais.

As implicações desta empreitada, no entanto, demandariam do governo norte-americano ainda mais gastos militares com assistência oferecida a países estrangeiros, fosse com armas ou treinamentos, em seus esforços para conter sublevações internas. Assim, por meio da assinatura

²¹ A zona da Indochina é caracterizada por sua localização entre a Índia, a oeste, e a China, ao norte, tendo recebido esta nomenclatura do império colonial francês, que controlava as regiões do Vietnã, Camboja e Laos.

de pactos militares mundo afora, Washington visara subordinar as forças armadas destes países aos seus propósitos, atuando em prol da desnacionalização destes contingentes, o que permitiria a intromissão estadunidense nos assuntos internos dos países beneficiários (BANDEIRA, 2017, pos. 4687-94). Sob a administração de Eisenhower, tais intervenções ocorreriam principalmente a partir da atuação da *Central Intelligence Agency* (CIA) nas assim denominadas *covert actions* (Idem, pos. 4730) – operações de guerra psicológica e táticas paramilitares executadas de forma a encobrir a participação norte-americana na derrubada de governos, emergentes ou instituídos, que contrariassem os interesses político-econômicos da Casa Branca.

E a primeira destas operações ocorreu em um território que até então representara pouca ou nenhuma ameaça aos objetivos norte-americanos no sistema internacional: o Oriente Médio. Formado predominantemente por Estados formalmente independentes sob a tutela de lideranças conservadoras, a região recebera atenção limitada por parte de Washington até a nacionalização de jazidas controladas pela Inglaterra no Irã, em 1951. A medida adotada pelo governo do então Primeiro Ministro Mohammed Mossadegh, estatizando a produção de petróleo, fora assimilada pelo governo norte-americano como uma ameaça à posição estadunidense na região – haja vista o fato de o Irã ser, àquela altura, o segundo maior produtor de petróleo do mundo e localizar-se às margens da União Soviética, algo que ameaçaria principalmente os objetivos da Casa Branca para a reconstrução da Europa e do Japão, caso o Kremlin obtivesse o controle sobre os recursos naturais iranianos (ANDERSON, 2015, p. 77; WESTAD, 2007, p. 121).

Assim, o governo Mossadegh corporificara aquilo que o presidente Eisenhower definira como a erupção de um nacionalismo virulento, revolucionário e anticolonial que, caso não fosse contido, transbordaria os limites do sistema capitalista, ameaçando os propósitos definidos pela administração estadunidense (BANDEIRA, 2017, pos. 4802). E, a fim de contê-lo, Washington promovera um golpe contra Mossadegh a partir da Operação Ajax, uma *covert action* idealizada conjuntamente pela CIA e o serviço de inteligência britânico MI-6, e deflagrada em 14 de junho de 1953. O plano consistia em articular a divulgação de notícias falsas, realizar atentados contra líderes políticos e religiosos iranianos e organizar a resistência ao governo legalmente instituído de Mossadegh por meio de movimentos que reivindicavam o regresso do Xá Mohammad Reza Pahlavi, de forma a criar um pretexto para ação do general cooptado pela CIA, Fazlollah Zahedi (BANDEIRA, 2017, pos. 4814-21; WESTAD, 2007, p. 122).

A derrubada de Mossadegh fora o primeiro movimento exitoso liderado por Washington para a capitulação de um governo estrangeiro – exceção feita à América Latina – e determinara uma nova etapa para a relação dos Estados Unidos com os países do Terceiro Mundo. Portanto, a ingerência norte-americana na política interna do Irã representara tanto a consolidação de uma nova postura de Washington no tocante aos movimentos revolucionários que eclodiam um após

o outro no período pós-guerra, quanto a delimitação de uma conjuntura internacional idealizada e perseguida pela Casa Branca durante a Guerra Fria.

E se durante a administração de Truman o governo norte-americano buscara utilizar-se dos embriões anticoloniais terceiro-mundistas como forma de impedir eventuais capitalizações moscovitas em áreas estratégicas, com Eisenhower a política externa ianque fora orientada para que estes movimentos não escapassem ao controle de Washington e transbordassem em direção ao domínio soviético. Outrossim, este giro promovido pelo governo dos Estados Unidos tornara inequívoca a concepção acerca do papel designado ao Terceiro Mundo no conjunto da estratégia internacional estadunidense – haja vista a caracterização destes países como fontes de matérias-primas indispensáveis ao funcionamento da engrenagem capitalista mundial.

Assim, também o conflito entre Washington e Moscou se consolidara em algo como um polo absoluto de poder, *i.e.*, uma órbita em torno da qual todo o sistema internacional organizar-se-ia dali em diante. Conforme Edward Thompson (1985), a Guerra Fria representara um campo de força capaz de mobilizar iniciativas políticas, ideológicas, econômicas e militares, definindo relações de dependência entre as superpotências e os Estados terceiro-mundistas – para os quais exportaria armas e a sua própria lógica militarista, transformando estes países em meros “teatros de operações” para a disputa em curso. Neste sentido, o cenário mundial passaria a ditar também a agenda político-econômica de nações cujos interesses destoavam em muito daqueles firmados tanto por Estados Unidos quanto pela União Soviética no período pós-guerra – tragando-os para o interior dos embates entre a Casa Branca e o Kremlin, a despeito de suas próprias necessidades e objetivos em âmbito doméstico àquela altura.

Na contramão desta tendência, no entanto, emergira um movimento de não-alinhamento no interior de diversos Estados terceiro-mundistas ávidos por maior autonomia junto ao cenário internacional, *i.e.*, pela possibilidade de estabelecer uma política externa alheia às incumbências de Estados Unidos e União Soviética (DINKEL, 2019, p. 84). Em suma, estes países aspiravam contornar o conflito ideológico protagonizado por Washington e Moscou para impulsionar uma agenda que atendesse às suas particularidades socioeconômicas, a exemplo da problemática do subdesenvolvimento. Assim, almejavam, também, escapar à escalada da Guerra Fria, abstendo-se de emprestar seus respectivos territórios como palco para o conflito, assim como ocorrera na Coreia (Idem, p. 92) – ou no Irã, a partir da intervenção norte-americana.

Entretanto, vale dizer, tal postura não equivalia a uma tentativa de alienação da dinâmica bipolar que orientava o sistema internacional àquela altura, mas sim um movimento cujo intuito repousava, também, na superação da racionalidade mundial engendrada pela Guerra Fria – fosse pelo estímulo à participação destes novos atores políticos no debate internacional ou mesmo na investida contra o espectro de destruição oriundo da possibilidade de confrontação nuclear entre

as superpotências (DINKEL, 2019, p. 92-3; WESTAD, 2007, p. 100). Para tanto, seria essencial promover certa cooperação econômica e cultural entre estes Estados, a fim de evitar a cooptação e a dependência, estimuladas por Washington e Moscou, que os impedia de assentar sua posição no mundo segundo suas próprias necessidades e interesses. O primeiro passo neste sentido fora dado ainda em abril de 1955, com a realização da Conferência de Bandung, sediada na província de Java, na Indonésia. Patrocinada pela anfitriã Indonésia, pela Índia, Paquistão, Burma – atual Myanmar – e pelo Sri Lanka, a Conferência constituiria a primeira resposta do Terceiro Mundo ao desafio interposto pela Guerra Fria àquele contingente.

Composta por dirigentes de 29 Estados africanos e asiáticos – além de representantes de movimentos de libertação nacional naquelas regiões –, a reunião fora observada com apreensão por Estados Unidos e União Soviética ao conferir prioridade a uma agenda socioeconômica em detrimento daquela ideológica apregoada pelas superpotências. Na oportunidade, foram fixados alguns princípios como o de autodeterminação dos povos, o oferecimento de assistência mútua em termos econômicos e o não-alinhamento a nenhum dos campos contendores da Guerra Fria, estruturando uma força política de personalidade própria que passaria a movimentar-se na arena internacional em busca do desenvolvimento que erradicaria as mazelas legadas pela dominação colonial (BISSIO, 2018, p. 121; WESTAD, 2007, p. 103).

E ainda que o encontro não tenha resultado em profícuos acordos comerciais, o chamado “espírito de Bandung” influenciou diretamente a instituição do Movimento dos Não-Alinhados, encabeçado por lideranças como Gamal Abdel Nasser, do Egito; Jawaharlal Nehru, da Índia; e Josip Broz Tito, da Iugoslávia – que, inclusive, chegaram a reclamar às superpotências pelo fim da Guerra Fria (BISSIO, 2018, p. 122). Fundado durante a Conferência de Belgrado, em 1961, tal movimento congregaria Estados da Ásia, África e América Latina – esta última representada oficialmente pela participação de Cuba e informalmente por observadores enviados por Bolívia, Brasil e Equador – na busca por alternativas ao conflito entre Estados Unidos e União Soviética, assim como por instrumentos de cooperação internacional que lhes oferecesse um caminho para o desenvolvimento econômico. Porém, esta empreitada não seria levada a cabo sem a existência de contradições e resistências por parte de Washington e Moscou. No que diz respeito ao escopo deste trabalho, vale explorar com maior atenção as controvérsias decorrentes do relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina nestas condições do cenário internacional.

2.2. Democracia, antiamericanismo e revolução na América Latina

Dada a importância geoestratégica da América Latina para a posição internacional dos Estados Unidos, há de se imaginar que o comportamento norte-americano ali não seria diferente daquele empregado em outras regiões do Terceiro Mundo – ainda que sua presença conservasse

algumas particularidades junto àquele território. Longe do alcance de outras potências, os países latino-americanos, em seu conjunto, não representavam riscos à hegemonia local estadunidense ou à sua projeção de poder mundo afora. Ao contrário, alimentavam – devido às suas condições econômicas – o crescente poderio imperial norte-americano. Isso porque o governo dos Estados Unidos absorvia aproximadamente metade da produção primária regional, importando produtos agrícolas, metais e petróleo que, juntos, respondiam por 90% das exportações latino-americanas (KOLKO, 1988, p. 94; WESTAD, 2007, p. 144).

Num cenário em que a defesa das fontes de matérias-primas ao redor do mundo tornara-se um imperativo da política externa norte-americana, a América Latina adquirira, ao longo da Guerra Fria, uma importância ímpar para o governo dos Estados Unidos. No entanto, a exemplo do que ocorrera nas demais áreas do Terceiro Mundo, os primeiros anos de confrontação bipolar foram marcados por uma certa indiferença de Washington no que diz respeito à região – exceção feita aos investimentos de empresas privadas estadunidenses realizados no continente. Somente a partir da Guerra da Coreia, com todas as implicações anteriormente indicadas, e das crescentes requisições latino-americanas por cooperação e desenvolvimento econômico, assim como pelas alternativas adotadas por determinados governos locais, é que a administração norte-americana realizara, em direção à América Latina, um giro semelhante àquele executado em outras regiões periféricas do cenário internacional.

Com o término da Segunda Guerra, a América Latina – ao contrário da Europa, destruída pelo conflito – se enxergara às voltas com uma onda de expectativas democráticas provenientes de uma crescente mobilização popular na região, em especial naqueles Estados governados por oligarcas ou ditadores. Razões para alimentar tais expectativas existiam. Ao menos desde 1944-5, governos em fase de liberalização política, como a Costa Rica, Chile e Colômbia, assim como regimes oligárquicos ou socialmente repressivos, como o Equador, Cuba e Venezuela, além de governos autoritários como os da Guatemala, Bolívia e Brasil foram arrastados por este impulso democratizante (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p. 327; PETTINÀ, 2018, p. 63-5). Tendo o rótulo ideológico da democracia sido utilizado durante a guerra como instrumento de oposição ao nazifascismo, na América Latina este servira para emponderar atores políticos identificados com a transformação socioeconômica do continente.

Neste sentido, dado o atraso e a dependência econômica dos Estados latino-americanos, a democracia idealizada por estes novos atores não demoraria a se entrecruzar com os conceitos de desenvolvimento e bem-estar social, num movimento que enfatizaria a industrialização local, recusando o modelo baseado exclusivamente na exportação de produtos primários então vigente e defendendo uma maior intervenção estatal na criação de melhores condições de mercado e de infraestrutura (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p. 328). No entanto, realizar tais processos

demandaria também uma maior cooperação econômica entre os países da região e Washington, que àquela altura já desembolsava quantias significativas em prol da reestruturação da atividade industrial europeia e japonesa. Ainda assim, os governos latino-americanos passaram a solicitar dos Estados Unidos maior comprometimento com o desenvolvimento regional, fosse através de empréstimos via instituições econômicas multilaterais ou com a criação de mecanismos capazes de estabilizar o valor dos produtos de exportação locais que há muito vinham sendo deteriorados no mercado internacional (PETTINÀ, 2018, p. 66-7).

Contudo, conforme avançavam a Guerra Fria e as tensões no cenário mundial, o governo norte-americano indicava caminhar na direção contrária às demandas latino-americanas, dando preferência às cooperações no âmbito político-militar, como forma de salvaguardar o continente de eventuais ameaças soviéticas. E um exemplo concreto deste movimento se deu ainda durante a Conferência de Chapultepec, em 1945, quando o Secretário Adjunto de Comércio dos Estados Unidos, William Clayton, sinalizara a impossibilidade de Washington aplicar recursos públicos no desenvolvimento latino-americano devido ao compromisso assumido pela Casa Branca com a reconstrução europeia. Assim, a América Latina deveria recorrer à iniciativa privada a fim de obter os recursos necessários aos seus objetivos (Idem, p. 68), apostando no livre mercado como propulsor do desenvolvimento econômico regional.

Em contrapartida, as negociações para cooperações militares avançaram até a aprovação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), durante a Conferência do Rio, em 1947, que previa o estabelecimento de um mecanismo de defesa coletiva baseado na proposição que um ataque movido contra qualquer Estado do continente constituiria um ataque contra todos os demais países signatários. Com as discussões econômicas sendo constantemente escanteadas por Washington, avançaram-se também as tratativas para a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a aprovação de uma declaração conjunta anticomunista, ambas ratificadas durante a IX Conferência Interamericana, realizada em Bogotá, em 1948.

Neste mesmo encontro, o então Secretário de Estado norte-americano George Marshall aproveitara a oportunidade para reafirmar a inviabilidade da aplicação de recursos públicos para o financiamento do desenvolvimento econômico latino-americano, revelando o choque entre as expectativas de cooperação da região e o receituário liberal fixado por Washington (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p. 330; PETTINÀ, 2018, p. 69-70). Com o recrudescimento da Guerra Fria, o governo norte-americano tornar-se-ia ainda mais insistente neste sentido, argumentando em favor da liberalização comercial e da atração de investimentos estrangeiros como um padrão de desenvolvimento possível à realidade da América Latina. Para tanto, prescrevia a criação de leis favoráveis à atuação de empresas privadas e a manutenção de um ambiente político estável e livre de quaisquer ameaças subversivas. Em resumo, orientava a predileção por uma economia

baseada na ideologia de livre mercado, *i.e.*, nos padrões comerciais de exportação primária e de incentivos à iniciativa privada (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p. 331; PETTINÀ, 2018, p. 70-1).

Sendo assim, sob pretexto de fomentar condições propícias ao ingresso de investimentos estrangeiros no continente, retomara-se a perseguição e a repressão das forças populares locais. Partidos comunistas foram proscritos em quase toda a região; movimentos trabalhistas, partidos de esquerda não comunista, organizações estudantis e demais associações coletivas passaram a ser ameaçados pela atuação persecutória de forças conservadoras regionais. E se o período pós-guerra trouxera expectativas democráticas e desenvolvimentistas à América Latina, uma década depois a conjuntura apresentar-se-ia menos auspiciosa para a região: intensificavam-se regimes autoritários à medida que se obstruíam as reformas socioeconômicas.

Portanto, o combate a uma agenda desenvolvimentista e a deterioração democrática que o seguiu – ambos em função dos imperativos econômicos estabelecidos por Washington para a América Latina –, assim como a predileção norte-americana por parcerias político-militares em detrimento das persistentes requisições regionais por cooperação econômica, caracterizaram os primeiros momentos da Guerra Fria naquela porção do Terceiro Mundo, ainda que cada Estado latino-americano a tenha experienciado a partir de suas próprias especificidades. Contudo, dada a dinâmica do confronto entre Washington e Moscou e suas repercussões na arena internacional, a atuação norte-americana na região também fora pautada pela adoção de estratégias e recursos empregados em outras áreas do globo que arrastariam definitivamente a América Latina para a cartografia militarizada da Guerra Fria.

O ponto de partida para esta nova atitude estadunidense fora dado a partir da intervenção na Guatemala, em 1954, num golpe operado mediante *covert actions* contra o presidente Jacobo Árbenz. Empossado em 1951 para dar seguimento às reformas iniciadas por Juan José Arévalo, primeiro presidente guatemalteco democraticamente eleito após treze anos de regime ditatorial, Árbenz assumira a tarefa de modificar a estrutura produtiva local, modernizando uma economia dependente da exportação de insumos como café e banana e controlada quase que integralmente por empresas estrangeiras e grandes latifundiários. Somados, estes dois grupos mantinham 90% das terras cultiváveis sob seus domínios. E num país cujos camponeses sem terra representavam mais da metade da população, a transformação das estruturas rurais alcançara o cume da agenda reformista de Árbenz àquela altura (PETTINÀ, 2018, p. 83-4; WESTAD, 2007, p. 146). Assim, em 1952, seu governo aprovaria um programa de reforma agrária que o posicionaria de imediato sob o escrutínio de Washington e ditadores vizinhos na América Central.

Uma vez iniciada, a reforma agrária promovida por Árbenz, ao expropriar fazendas com mais de 300 hectares de terra não cultivadas pelo proprietário, *i.e.*, propriedades ociosas à espera

de explorações futuras, colidira com os interesses sobretudo de companhias estrangeiras no país – entre as quais se destaca a multinacional norte-americana *United Fruit Company*.²² Ainda que tal reforma não tenha sido tão radical quanto aquelas empreendidas em outros países, a exemplo de México e Japão, o manifesto conflito de interesses *vis-à-vis* os objetivos econômicos da Casa Branca naquela região não tardaria a levar o governo norte-americano a trabalhar em função da derrubada do governo Árbenz. E o receio de que o exemplo guatemalteco conduzisse os Estados latino-americanos na mesma direção arrastaria ditadores como Somoza, da Nicarágua, Trujillo, da República Dominicana, e Jiménez, da Venezuela, para a arquitetura golpista, em curso desde a administração Truman (KOLKO, 1988, p. 102-3; PETTINÀ, 2018, p. 85).

No entanto, foi somente com a chegada de Eisenhower a Casa Branca que as iniciativas conquistaram maior tração. Munido de informações acerca da crescente participação do *Partido Guatemalteco del Trabajo*, comunista, junto ao governo Árbenz, o mandatário norte-americano autorizara a deflagração da operação PBSUCCESS, que, em meados de 1954, levaria à renúncia o presidente guatemalteco e transferiria o governo para Castillo Armas – um militar selecionado a dedo pela *United Fruit Company* e o embaixador norte-americano na Guatemala para revogar a legislação reformista. A infiltração comunista fora o rótulo empregado para justificar tal ação, ainda que estes ocupassem apenas postos no segundo escalão do governo e acumulassem quatro dos 51 assentos disponíveis no parlamento (KOLKO, 1988, p. 104-5; WESTAD, 2007, p. 148). O terror que se seguiu ao golpe e a imediata anulação das reformas sociais promovidas desde o governo Arévalo, contudo, apontam para um movimento orquestrado contra o desenvolvimento nacional guatemalteco, *i.e.*, contra a apostasia econômica que se ensaiara no país.

Em resumo, o golpe efetuado na Guatemala seguira uma lógica análoga àquele realizado no Irã contra o governo de Mossadegh, no qual a CIA, através de *covert actions* e uma dissoluta associação às forças militares locais, maquinara a remoção de um governante democraticamente instituído em nome dos objetivos político-econômicos norte-americanos. Imersos na conjuntura da Guerra Fria, estes dois Estados foram apenados por Washington após esboçarem medidas de maior autonomia econômica, transbordando não os limites do sistema capitalista, mas somente aqueles aos quais foram submetidos pela estratégia internacional estadunidense. E num cenário comprimido pelo antagonismo intersistêmico entre Estados Unidos e União Soviética, qualquer país do Terceiro Mundo que escapasse ao papel designado pela Casa Branca, limitando o acesso aos seus recursos naturais, poderia receber tratamento semelhante.

²² A *United Fruit Company* possuía, na década de 1950, vastas áreas de plantações bananeiras ao longo de toda a Guatemala, que alcançavam 566 mil hectares de terra. No mais, a empresa norte-americana ainda empregava cerca de 15 mil trabalhadores àquela altura, sendo, então, a companhia com maior número de terras e de força de trabalho à disposição no país. Sua subsidiária, a *International Railways of Central America*, ainda dispunha de 690 das 719 milhas de trilhos guatemaltecos – empregando outras 5 mil pessoas e representando a segunda maior empregadora da nação centro-americana. Ver: PETTINÀ, 2018, p. 86; SCHOULTZ, 2000, p. 373.

Para tal, Washington disporia do apoio de atores políticos conservadores, sobretudo nas forças armadas locais, para conter qualquer ímpeto nacionalista que prejudicasse a sua posição internacional ou mesmo seus objetivos econômicos no cenário pós-guerra. Assim, a Guerra Fria tornar-se ia tórrida nos perímetros terceiro-mundistas devido ao manifesto conflito de interesses entre a agenda político-econômica norte-americana e o horizonte desenvolvimentista almejado por aqueles Estados recém libertos do domínio colonial ou da autoridade oligárquico-ditatorial. E a manutenção destas relações no cenário internacional produziria respostas divergentes. Fosse através de revoluções ou com tentativas de acomodação nos limites do sistema capitalista, num dado momento da Guerra Fria o Terceiro Mundo passaria a representar um eixo de contestação ao monolitismo ideológico e econômico apregoado pelos Estados Unidos.

Na América Latina, a recusa de Washington em prover o suporte econômico demandado pelos países da região, somada à afinidade norte-americana junto a ditadores locais, concorreria, ainda, para o recrudescimento do antiamericanismo – um afeto político especialmente regional, embora não restrito, cujas raízes remontavam às lutas de independência do século XIX. E ainda que tal ressentimento não tenha sido plenamente organizado e operacionalizado até a década de 1950, as expectativas do período pós-guerra e as restrições decorrentes da Guerra Fria o fizeram regressar ao vocabulário e ao exercício político latino-americanos.

Nestas circunstâncias, a primeira manifestação deste antiamericanismo ocorrera durante o périplo do então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a países da América do Sul, em 1958. A passagem discreta do republicano por Uruguai e Argentina não oferecera sinais acerca da tormenta que o aguardava em Lima, no Peru, e Caracas, na Venezuela. Nesta primeira, Nixon fora recepcionado por uma multidão de estudantes consternados com sua presença. Já na segunda, o vice norte-americano encontrara um extenso grupo cuja mobilização não se limitaria aos insultos verbais. Na saída do aeroporto a comitiva norte-americana viu seus veículos serem cercados e apedrejados por uma multidão de aproximadamente 500 pessoas, contrariando tanto os prognósticos da Casa Branca acerca da debilidade dos sentimentos antiamericanos na região, quanto a avaliação do próprio Nixon sobre a viagem, tida como presumivelmente desimportante e desinteressante (McPHERSON, 2003, p. 27-9; SCHOULTZ, 2000, p. 388-9).

Em Washington, a repercussão dos ataques ao cortejo do vice-presidente transitara entre imputações sobre a eventual atuação comunista na orquestração dos protestos contra Nixon e a apreensão acerca dos resultados decorrentes da postura negligente dos Estados Unidos em face do subdesenvolvimento latino-americano e da política estadunidense de apoio a ditadores locais (McPHERSON, 2003, p. 30; SCHOULTZ, 2000, p. 390). E ainda que a primeira hipótese fosse recorrentemente priorizada no discurso oficial norte-americano, logo fora estabelecido um certo consenso em torno da questão: o antiamericanismo expresso em Lima e Caracas apenas refletira

o ressentimento da América Latina em relação às políticas da Casa Branca para o continente no período entre o término da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria. E quaisquer participações comunistas, portanto, estariam circunscritas à lógica da exploração estrangeira de um problema próprio da relação entre os Estados Unidos e os seus vizinhos regionais (SCHOULTZ, 2000, p. 391). Assim, a viagem de Nixon e a onda de insurreições observada em diversos Estados latino-americanos – que incluíam até o assassinato de ditadores apoiados por Washington²³ – levou o governo norte-americano a reavaliar sua atitude *vis-à-vis* a América Latina.

Tais mudanças passariam pelo reconhecimento acerca das queixas latino-americanas até então negligenciadas pela Casa Branca – em especial àquelas que diziam respeito à cooperação econômica. Neste sentido, após o regresso de Nixon aos Estados Unidos, o governo Eisenhower passara a acenar com a possibilidade de negociação quanto aos acordos em prol da estabilização dos valores de produtos primários exportados pelas nações do continente; a disponibilização de empréstimos voltados ao desenvolvimento regional; e mesmo a criação de um mercado comum latino-americano (McPHERSON, 2003, p. 36; SCHOULTZ, 2000, p. 392). Não obstante, ainda que estes acenos indicassem uma transformação da atitude norte-americana, a continuidade dos acordos de assistência militar junto àqueles governantes capazes de suportar as insurreições em âmbito interno, *i.e.*, àqueles aptos e dispostos a sufocar a emergência de forças populares sob a égide do anticomunismo, apontara a relutância estadunidense em reformar suas relações com a América Latina em termos que não os de poder e submissão.

E a manutenção desta dinâmica concorreria diretamente para uma reavaliação da atitude de alguns dos Estados latino-americanos diante dos Estados Unidos. Para autores como Octávio Ianni (1976), os países da região, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, distinguir-se-iam, portanto, por três orientações distintas em função do papel desempenhado por Washington no continente, sendo a primeira destas correntes pautada pelo alinhamento às determinações da administração norte-americana; a segunda pelo fomento a uma autonomia decisória dos Estados locais – ainda que eventuais decisões pudessem contrariar interesses da Casa Branca – sem que tal liberdade implicasse a desconsideração da hegemonia estadunidense; e, por fim, uma terceira linha mais inclinada a divisar as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina como um impedimento à independência destes últimos, devendo, então, ser superada com vistas à emancipação social, política e econômica das sociedades latino-americanas (IANNI, 1976, p.

²³ Na sequência da viagem de Nixon pela América Latina, determinadas manifestações populares demonstraram o recrudescimento do ressentimento regional em relação aos Estados Unidos e o seu apoio aos diversos ditadores na região – a despeito da violência com que estes conduziam seus respectivos governos. Alguns, a exemplo de Carlos Castillo Armas, presidente da Guatemala, Anastasio Somoza, ditador da Nicarágua, e Jose Alberto Remón, àquela altura mandatário do Panamá, chegaram a ser assassinados por indivíduos ligados à esquerda e contrários à política repressiva praticada na América Latina com o apoio norte-americano. Conferir em: SCHOULTZ, 2000, p. 387-8.

79-80). Mais do que os dois primeiros, este último grupo revelaria os limites da hesitação norte-americana em oferecer respostas adequadas aos anseios regionais.

Em Cuba, um movimento insurgente de teor nacionalista, intensamente influenciado por um antiamericanismo secular, suscitaria uma transformação desta postura vacilante dos Estados Unidos em relação aos seus vizinhos no contexto da Guerra Fria. A Revolução Cubana de 1959, portanto, apresentar-se-ia como o maior empecilho à dominação incontestada norte-americana na região, requerendo da administração estadunidense a delimitação de novas estratégias políticas junto ao continente. E dada a sua crescente importância ao longo dos conflitos entre Washington e Moscou no sistema internacional, assim como suas implicações para a dinâmica das relações interamericanas, tal acontecimento merecerá atenção particular no curso deste trabalho – tendo em vista o fato de Havana ter se convertido, àquela altura, em um ponto de inflexão para o curso da Guerra Fria no continente americano.

No dia 2 de janeiro de 1959, Fidel Castro realizara, em Santiago de Cuba, o seu primeiro discurso após a vitória do movimento revolucionário por ele liderado. Na oportunidade, buscou reafirmar o caráter nacionalista que orientara o processo insurrecional cubano, ligando a vitória da Revolução às lutas independentistas do século XIX e a um inimigo comum aos dois períodos da história nacional, a saber, os Estados Unidos. Assim, em tom desafiador, afirmara: “[...] desta vez não será como em 1898 quando os norte-americanos vieram e tomaram conta do nosso país. Desta vez [...] a Revolução irá realmente chegar ao poder” (GOTT, 2006, p. 190). Tal frase, em alusão à intervenção militar perpetrada por tropas estadunidenses na ilha ao fim da guerra contra a Espanha²⁴, indicara a existência de um antiamericanismo latente e exibira indícios acerca das relações entre Havana e Washington dali em diante, cujas animosidades reverberariam por todo o sistema internacional durante a Guerra Fria.

Tal ressentimento em relação aos Estados Unidos seria alimentado por diversas gerações de políticos e personalidades cubanas, frustradas pela interdição da independência almejada nos conflitos do século XIX e pelo apoio prestado por Washington aos governos ditatoriais próprios do período que sucedera a retirada das tropas norte-americanas da ilha, em 1902. Ao longo das décadas de 1930 e 1950, estes afetos manifestar-se-iam com maior ímpeto no cotidiano político do país – em especial contra o regime de Fulgêncio Batista, proeminente liderança militar, eleito

²⁴ Utilizando como subterfúgio o afundamento do navio *Maine*, em 1898, o governo dos Estados Unidos declararia, naquele mesmo ano, guerra à Espanha, contra a qual movimentos independentistas em Cuba vinham lutando desde 1868. A entrada norte-americana no conflito apenas consolidaria uma situação que já se apresentava favorável aos insurgentes cubanos, tendo servido mais aos propósitos de Washington do que àqueles de Havana. Isso porque, ao término da guerra, Cuba seria ocupada por tropas estadunidenses que ali instalariam uma administração provisória até meados de 1902, outorgando ao país uma independência meramente nominal, atravessada por instrumentos de dominação política, econômica e militar, a exemplo da Emenda Platt, um dispositivo constitucional imposto à ilha de forma de possibilitar a intromissão norte-americana nos assuntos internos do país. Conferir mais em: AYERBE, 2004, p. 21-5; BANDEIRA, 2009, p. 64-5; GOTT, 2006, p. 100-3; McPHERSON, 2003, p. 40.

presidente em 1940 e reconduzido ao governo, em 1952, mediante um golpe de Estado subscrito pela Casa Branca. A contínua usurpação do poder em Cuba, portanto, conduziria à radicalização de determinados setores políticos, sobretudo entre aqueles que percebiam as eleições golpeadas por Batista como uma oportunidade institucional para a realização de transformações estruturais na ilha – com destaque para a liderança emergente de Fidel Castro, que mobilizaria a oposição cubana ao regime *batistiano* até a vitória do projeto revolucionário em 1959, tendo iniciado seu percurso com a tentativa de assalto aos quartéis de *Moncada* e *Bayamo*.

Em 26 de julho de 1953, um grupo com cerca de 130 homens, entre operários, estudantes e profissionais liberais, partira em direção ao quartel em *Moncada* em uma ação que não tardaria a se revelar um verdadeiro equívoco estratégico – ao menos do ponto de vista militar. O conflito entre os insurgentes liderados por Castro e o exército de Batista terminaria com a morte de pelo menos noventa rebeldes e a prisão das principais lideranças do movimento – entre elas o próprio Fidel e seu irmão caçula, Raul Castro. Contudo, as reverberações políticas deste episódio fariam do ocorrido um verdadeiro marco na história cubana. Além de servir como alicerce à instituição de uma organização revolucionária – o Movimento 26 de Julho (M-26-7) –, o malogrado ataque também transformaria Fidel Castro em uma figura conhecida por toda a ilha, assim como levaria a opinião pública a contestar o regime de Batista, haja vista a violência com que repreendera a tentativa de sublevação (AYERBE, 2004, p. 30; GOTT, 2006, p. 171-4).

Levado a julgamento, Fidel Castro, advogado de formação, realizaria sua própria defesa, com um documento intitulado *A história me absolverá*, no qual discorrera sobre a ilegitimidade do governo de Batista e denunciara o subdesenvolvimento e a dependência econômica de Cuba, cujos principais serviços encontravam-se sob o domínio do capital norte-americano (AYERBE, 2004, p. 32-3). Ainda, apresentara um programa político revolucionário que logo tornar-se-ia a pedra de toque do movimento que dali a menos de seis anos alcançaria o poder. Não obstante o impacto do discurso, Castro fora condenado a quinze anos de prisão, dos quais cumpriria menos de dois anos, sendo liberto em 15 de maio de 1955 devido a uma anistia concedida pelo governo em virtude de um processo de liberalização restrita do regime e de mobilizações populares pela soltura dos prisioneiros políticos (Idem, p. 34). Uma vez em liberdade, não tardaria mais do que dois meses para partir em direção ao México, onde reorganizaria o movimento insurgente para, no ano seguinte, regressar à ilha e retomar a guerra revolucionária.

Assim, ao amanhecer do dia 2 de dezembro de 1956, um pequeno iate intitulado *Granma* desembarcaria na província de Oriente, em Cuba, trazendo consigo Fidel Castro, seu irmão Raul e outros oitenta guerrilheiros – entre os quais figurava o médico argentino Ernesto *Che* Guevara. A estratégia do agrupamento consistia em conflagnar sublevações articuladas junto a elementos do M-26-7 localizados em Santiago, de forma a desconcertar a resistência do exército *batistiano*

aos rebeldes. Contudo, o mau tempo atrasaria em dois dias a chegada dos insurgentes, tornando-os alvos fáceis para a reação das forças armadas – que já haviam debelado os levantes locais no fim de novembro. E o grupo vindo do México logo fora reduzido a escassos doze sobreviventes (AYERBE, 2004, p. 35; GOTT, 2006, p. 179-80). Os poucos remanescentes logo fugiriam rumo às montanhas em *Sierra Maestra*, onde, outra vez, buscariam reorganizar o movimento – agora, mediante a execução de uma prolongada guerra de guerrilhas.

Foi também a partir da *Sierra* que os insurgentes liderados por Fidel Castro alcançariam o crescimento da oposição ao regime por meio da unificação entre os movimentos urbanos e as ações armadas efetuadas no campo – não obstante as contradições e conflitos internos existentes neste arranjo político. Tal configuração alarmara não apenas o entorno de Batista, mas também o governo norte-americano, que passara a conferir maior atenção aos conflitos ocorridos na ilha àquela altura. Neste sentido, Washington decidira substituir seu embaixador em Havana, Arthur Gardner, por Earl Smith, com a expectativa de que este último adotasse uma postura mais neutra em relação ao cenário político local do que aquela empregada por seu antecessor – cuja amizade com Batista incluía mesmo jogos de cartas semanais com o ditador cubano (BANDEIRA, 2009, p. 183). Apesar deste movimento, o governo norte-americano continuaria a fornecer ao exército de Batista considerável apoio militar em sua campanha contra os insurgentes – tanto os urbanos quanto àqueles escondidos nas montanhas (Idem, p. 184-5).

A violência com que as forças de Batista utilizaram tal apoio na repressão ao movimento revolucionário, no entanto, gestaria uma identificação cada vez mais estreita e explícita entre a ditadura cubana e a Casa Branca, fazendo recrudescer o antiamericanismo entre os guerrilheiros e demais líderes políticos do período.²⁵ Daí em diante as incursões rebeldes contra propriedades e indivíduos norte-americanos tornar-se-iam habituais no cotidiano político da ilha. Assim, uma série de sabotagens contra usinas, refinarias de petróleo e plantações de cana-de-açúcar, em sua maioria controladas pelo capital estadunidense, somada ao sequestro de habitantes estrangeiros, utilizados como escudo contra os bombardeios do exército *batistiano* (Idem, p. 188-9), definiria o teor do percurso insurgente cubano, levando o governo norte-americano a reavaliar a utilidade do apoio a Batista naquilo que dizia respeito à manutenção da ordem política e, por conseguinte, à salvaguarda dos interesses econômicos de Washington em Cuba.

Sendo assim, em meados de 1958, o governo dos Estados Unidos conjecturara a retirada de Batista do governo como resposta à radicalização que tomara conta da ilha àquela altura. Em

²⁵ Em 1958, durante o período de luta nas montanhas em *Sierra Maestra*, Fidel Castro declarou, após presenciar a destruição da casa de um amigo por foguetes fornecidos pelos Estados Unidos ao exército de Batista, seu repúdio ao auxílio norte-americano prestado à repressão cubana: “*When I saw rockets firing at Mario’s house, I swore to myself that the North Americans were going to pay dearly for what they are doing. When this war is over, a much wider and bigger will commence for me: the war that I am going to wage against them. I am aware that this is my true destiny*”. Conferir: McPHERSON, 2003, p. 46.

seu lugar deveria assumir uma junta de caráter transitório – composta por elementos moderados e próximos à administração norte-americana –, capaz de inviabilizar a ascensão de Fidel Castro e seus guerrilheiros ao poder. As seguidas derrotas impostas pelos insurgentes às forças armadas de Batista ao longo daquele ano apenas consolidariam as convicções da Casa Branca no tocante à reformulação da política *vis-à-vis* Cuba (BANDEIRA, 2009, p. 190-3; GOTT, 2006, p. 189). Sem o apoio norte-americano e com um exército exaurido militar e psicologicamente, restara a Batista fugir em direção à República Dominicana ainda durante o *réveillon*. Aos Estados Unidos e elites locais, somente fora possível observar o avanço das colunas rebeldes que fragmentaram a ilha, marchando sobre Havana nos primeiros dias de 1959 (BANDEIRA, 2009, p. 195-6). Sob a liderança de Castro, iniciar-se-ia um novo momento da história cubana – sobretudo em relação ao papel desempenhado por Washington no país.

E ainda que o governo norte-americano tenha fracassado em estabelecer uma alternativa moderada aos guerrilheiros liderados por Castro – àquela altura ainda insuspeito de vinculações comunistas, apesar de alegações extraoficiais, e gozando de notável popularidade entre cubanos e cidadãos estadunidenses (McPHERSON, 2003, p. 48-9) –, cerca de uma semana após a vitória dos rebeldes, Washington reconheceria a nova administração cubana, em um gesto diplomático que intentava tanto dirimir a imagem dos Estados Unidos enquanto apoiador de ditaduras região afora quanto expressar a confiança ianque sobre a dependência estabelecida entre os dois países. Acreditava-se, portanto, que a subordinação político-econômica que marcara o relacionamento entre Washington e Havana até então constituiria um elemento de moderação para Castro e seus partidários (BANDEIRA, 2009, p. 217-22).

No entanto, as primeiras medidas empreendidas pelo governo revolucionário, orientadas pelo teor nacionalista radical inerente ao projeto insurrecional, logo evidenciariam a inexatidão da avaliação norte-americana. Nos primeiros meses, os revolucionários expuseram uma agenda de reformas sociopolíticas destinada aos setores mais pobres da população – tidos como alicerce para o novo regime – de forma a processar uma política ativa de mobilização de massas. Assim, funcionários subalternos do serviço público receberam aumento em seus vencimentos, alugueis e taxas hipotecárias foram reduzidas mediante uma reforma habitacional; serviços de telefonia e energia tiveram seus custos controlados pelo governo; e o valor dos remédios caíra já ao longo do quarto mês de revolução (GOTT, 2006, p. 196; PETTINÀ, 2018, p. 92). E Castro, ao assinar, em maio daquele ano, uma lei de reforma agrária – moderada em seus efeitos, embora inflamada retoricamente – alteraria definitivamente a visão em Washington acerca do novo regime cubano e suas lideranças, dando margem à incompatibilização entre os dois Estados.

Se as providências adotadas em âmbito urbano atingiram superficialmente os interesses econômicos dos Estados Unidos em Cuba, tendo acometido apenas as empresas estadunidenses

vinculadas aos setores de telefonia e energia, as mudanças propostas para o campo mostrar-se-iam ameaçadoras aos proprietários de terra estrangeiros, em sua maioria norte-americanos. Isso porque a reforma assinada por Castro restringira a 400 hectares a propriedade de terras na ilha, exceção feita às plantações de cana-de-açúcar, de tabaco e arroz, assim como àquelas destinadas a criação de gado – que poderiam chegar a aproximadamente 1.400 hectares, em função de suas excepcionalidades produtivas (BANDEIRA, 2009, p. 227-9; GOTT, 2006, p. 196-8). No mais, a lei também previa a exclusividade de posse das terras por cidadãos e empresas locais, em um futuro próximo, o que certamente alarmara ainda mais os norte-americanos – cujas companhias estendiam-se por todos os setores estratégicos da economia cubana.

Assim, cerca de um mês após a promulgação da reforma agrária, o governo dos Estados Unidos decidira pela destituição de Fidel Castro, estimulando a composição de um governo que ocupasse seu lugar e empregasse medidas favoráveis aos interesses de Washington na ilha. Com a conflagração estabelecida, restara a Castro decidir entre recuar das posições radicais definidas em seu programa revolucionário ou resistir às vindouras investidas do governo norte-americano contra os desdobramentos da Revolução de 1959. Diante desta encruzilhada, o líder das colunas insurgentes optaria pela segunda alternativa.

E buscando algum respaldo contra a ameaça ianque, por assim dizer, Castro orientara a política externa cubana em direção ao desenvolvimento de acordos político-econômicos mundo afora, estabelecendo contatos comerciais e militares com nações do Terceiro Mundo, a exemplo da compra de armamentos negociada por Raul Castro junto à Checoslováquia e as incursões de *Che* Guevara ao Egito, Índia, Indonésia e Iugoslávia. Neste sentido, também interessava a Cuba incluir-se em uma espécie de perímetro defensivo formado pelos países do bloco socialista, com o qual esperava resguardar-se das ingerências norte-americanas. Sendo assim, em 1960, o novo governo cubano reatava relações com a União Soviética e reconheceria a República Popular da China (BANDEIRA, 2009, p. 237; GOTT, 2006, p. 207-8; PETTINÀ, 2018, p. 93) – mostrando, ainda, a disposição cubana em escapar às lógicas de subordinação e circunscrição características da presença estadunidense na América Latina.

Os primeiros resultados destas movimentações não tardariam a aparecer, corporificados pela visita do vice-presidente do Conselho de Ministros soviético, Anastas Mikoyan, ainda em fevereiro daquele ano. Na oportunidade, fora assinado um convênio para a aquisição de milhões de toneladas de açúcar cubano, ao passo que o Kremlin também oferecera uma linha de crédito, estimada em US\$100 milhões, para a compra de produtos e a instalação de equipamentos russos na ilha (BANDEIRA, 2009, p. 238; GOTT, 2006, p. 209-10). E ainda que tal contrato parecesse modesto em comparação àqueles subscritos em anos anteriores, a aproximação entre Havana e Moscou inquietaria Washington mais por suas repercussões políticas do que mesmo por aquelas

de natureza econômica. Temia-se que o estabelecimento de relações definitivas entre soviéticos e cubanos pudesse comprometer a dependência da ilha em relação aos Estados Unidos, ao passo que também permitiria ao Kremlin alicerçar um ponto de apoio estratégico a aproximadamente 150 quilômetros do litoral estadunidense em plena Guerra Fria.

O possível avizinhamento da União Soviética junto à principal área de influência norte-americana, facultado pela alteração das diretrizes estratégicas internacionais de Moscou após a morte de Stalin²⁶, contribuiria sobremaneira para que Washington decidisse atuar de forma mais enérgica contra o regime revolucionário em Cuba. Assim, o governo norte-americano dedicaria-se a destituir Fidel Castro mediante o emprego de *covert actions* e sanções econômicas voltadas à desestabilização sociopolítica da ilha. Neste sentido, a Casa Branca orientara suas companhias em Cuba a não realizarem o refino do petróleo soviético que chegara à ilha em razão dos acordos firmados com o Kremlin. Tal atitude levaria Castro a reagir com uma intervenção nas refinarias norte-americanas, nacionalizando-as e confiscando seus respectivos patrimônios (BANDEIRA, 2009, p. 256-8). Ato contínuo, o governo estadunidense intensificaria a pressão, avançando em direção ao núcleo da dependência econômica cubana: a indústria açucareira.

Sendo assim, em julho de 1960, o presidente Eisenhower anunciara uma redução de 700 mil toneladas na cota de importação do açúcar cubano pelos Estados Unidos, tentando, assim, lançar a ilha em uma grave crise econômica. No entanto, a absorção do açúcar pelos soviéticos, somada à resposta de Castro à sabotagem norte-americana, nacionalizando diversas companhias estadunidenses por todo o país, não apenas impedira o colapso da economia local como também favorecera o recrudescimento das tensões existentes entre Washington e Havana (BANDEIRA, 2009, p. 259; GOTT, 2006, p. 211-2). A entrada da União Soviética nesta já complexa equação em nada contribuiria para a dissuasão dos espíritos. Pelo contrário, implicaria um deslocamento da Revolução Cubana – e, por conseguinte, de toda a América Latina – para a dinâmica belicosa da Guerra Fria entre as duas superpotências. O rompimento de relações entre os dois países, em janeiro de 1961, ajudaria a aprofundar sobremaneira tal dinâmica.

²⁶ Após a morte de Stalin, em março de 1953, e a ascensão de Nikita Krushev ao poder, a União Soviética romperia uma postura isolacionista adotada, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial – justificada a partir da ideia de um mundo capitalista hostil e disposto a destruir a experiência soviética. Em seu lugar, retornariam os princípios internacionalistas inerentes à Revolução de 1917 e somar-se-ia a doutrina de coexistência pacífica – idealizada por Krushev, em 1956, prescrevendo a competição entre os modelos soviético e capitalista ocidental aos níveis sociais e econômicos, em detrimento das disputas militares entre Washington e Moscou. Neste sentido, o Terceiro Mundo apresentar-se-ia como o ambiente mais favorável às pretensas demonstrações de superioridade soviética, em razão do subdesenvolvimento de seus Estados, os quais, acreditava-se, seriam melhor atendidos a partir da modernização impulsionada pela ação do Estado, tal como fora apregoado por Moscou, do que pelo receituário liberal difundido em Washington. Daí a aproximação entre a União Soviética e os movimentos nacionalistas que emergiram naquela porção do globo, em especial após a Segunda Guerra, dentre os quais inseria-se o exemplo cubano. Ver: PETTINÀ, 2018, p. 94-8; RUPPRECHT, 2015, p. 1-2.

Contudo, após a chegada de John Fitzgerald Kennedy à presidência dos Estados Unidos, poucas semanas após a ruptura diplomática definitiva *vis-à-vis* o regime revolucionário cubano, a política estadunidense para o continente americano no âmbito da Guerra Fria sofreria algumas mudanças programáticas. No lugar do intervencionismo que caracterizara sobretudo o mandato de Eisenhower, seria adotada uma postura reformista e crítica aos resultados negativos oriundos de uma política que preconizava o alinhamento político nos limites da disputa entre Washington e Moscou em detrimento das demandas socioeconômicas dos Estados latino-americanos – ainda que não prescindisse de medidas repressivas gestadas em administrações anteriores (AYERBE, 2004, p. 46-7). Em resumo, o governo de John Kennedy procuraria reformular a própria disputa internacional no interior da América Latina, a fim de exaurir o alegado potencial revolucionário proveniente do subdesenvolvimento da região.

Para tal, o presidente norte-americano lançara mão de um programa de desenvolvimento econômico intitulado Aliança para o Progresso. Já em 13 de março de 1961, Kennedy anunciara a intenção de sua administração em coordenar esforços junto aos países latino-americanos a fim de sanar suas respectivas necessidades socioeconômicas, tais como moradia, trabalho, educação e saúde (RABE, 2003, p. 46; TAFFET, 2007, p. 11-2). No entanto, a disposição enunciada pelo novo governo estadunidense expressara mais a evolução das apreensões em Washington quanto ao espriamento da influência cubana no continente americano do que mesmo preocupações de natureza estritamente humanitárias. Portanto, a Aliança apresentar-se-ia como um instrumento para a disputa da Guerra Fria na região, contrabalanceando possíveis capitalizações comunistas diante das mazelas latino-americanas (RABE, 2003, p. 48).

Assim, o programa proposto por Kennedy prometera um aporte de US\$20 bilhões, entre recursos públicos e privados, no curso de uma década, direcionados à promoção de uma agenda desenvolvimentista no continente americano. Não obstante, o recebimento destes recursos seria condicionado ao acolhimento de determinadas medidas por parte dos Estados beneficiários, tais como a formulação de planos nacionais de desenvolvimento, estabilização monetária, equilíbrio das contas públicas e a instituição de metas para a atração de investimentos internos. Outrossim, estes países deveriam perseguir objetivos comuns àqueles definidos em Washington, a exemplo da justiça social promovida por intermédio de instituições e iniciativas nos limites democrático-capitalistas (TAFFET, 2007, p. 22-3).

Neste sentido, a vitória dos insurgentes liderados por Fidel Castro em Cuba, assim como a manutenção de um projeto revolucionário com forte conotação nacionalista – alimentada por um ressentimento antiamericano –, constituiria não apenas um desafio à hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, mas também representaria um novo nível de dificuldade aos projetos de política externa daqueles países da região inclinados a trafegar com maior independência por

uma conjuntura internacional cada vez mais enrijecida ideologicamente. Isso porque o governo norte-americano passaria a exigir maior comprometimento político destes Estados em razão das alegadas ameaças de subversão comunista – supostamente corroboradas pela aproximação entre Havana e Moscou efetuada àquela altura.

E a exemplo do que ocorrera em outras regiões do Terceiro Mundo, as iniciativas latino-americanas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico da região seriam preteridas em função de acordos políticos e militares mais alinhados aos interesses estadunidenses. Quaisquer desvios às diretrizes estabelecidas por Washington, então, seriam tomadas como oportunidades à infiltração soviética no continente, algo que deveria ser prontamente desestimulado. Em 1961, a chegada de Jânio Quadros à presidência do Brasil marcaria o princípio de um período no qual o país procuraria responder a este desafio com uma nova orientação diplomática, buscando fugir às restrições políticas e comerciais decorrentes da ortodoxia ideológica norte-americana durante a Guerra Fria. Os alicerces e a aplicação desta política, intitulada Política Externa Independente, serão objetos de análise do capítulo subsequente.

3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART

O Brasil não escapara à lógica latino-americana dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, tendo diante de si um cenário internacional fraturado pelas disputas entre Washington e Moscou durante a Guerra Fria, num contexto em que as demandas internas de cada Estado vinham sendo menosprezadas em função dos imperativos político-ideológicos e militares das superpotências. Notadamente, a presença hegemônica dos Estados Unidos na América Latina circunscrevera de tal forma a capacidade de atuação dos países da região no que dizia respeito aos seus interesses, com ênfase para o desenvolvimento econômico e a industrialização, que determinados governos passaram a articular-se internacionalmente a partir de políticas externas avessas ao monolitismo apregoado pela Casa Branca.

Neste particular, a Política Externa Independente (PEI) empreendida por Jânio Quadros e por seu sucessor, João Goulart, apresentara-se como espécime destas iniciativas ao demandar maior liberdade de ação e autonomia decisória para o Brasil em busca de seus objetivos. Esteada em um nacionalismo econômico e, ainda, numa ideologia desenvolvimentista progressivamente engendrada no pensamento político local desde a década de 1930, a PEI tornar-se-ia o arquétipo da diplomacia brasileira e de sua atuação em favor do interesse nacional durante a Guerra Fria, a saber, a superação do subdesenvolvimento e a modernização industrial. Assim, vale examinar seus princípios, bases históricas, desafios e limitações na arena mundial de então.

3.1. *Fundamentos e evolução da Política Externa Independente*

Em um artigo publicado na *Foreign Affairs* pouco antes de sua renúncia, intitulado *Nova política externa do Brasil*, Jânio Quadros sintetizara o interesse proporcionado pela diplomacia brasileira ao longo de sua administração como resultado do despontamento nacional como uma nova força no cenário mundial, não em termos militares, mas como ator naquilo que denominara como o “jogo de pressões” internacionais. De acordo com Quadros, tal emergência fora tornada possível a partir do abandono de uma diplomacia “subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros” (QUADROS *apud* FRANCO, 2007, p. 145-6), ou seja, por intermédio da renúncia a uma política externa voltada ao alinhamento exclusivo em relação aos Estados Unidos. Ainda, apontara para tal movimento em direção à independência internacional como um elemento imprescindível ao alcance dos interesses e das necessidades do Brasil àquela altura, haja vista sua avaliação quanto ao fracasso norte-americano em auxiliar as nações latino-americanas em seus projetos de desenvolvimento econômico e social.

Em conformidade com o presidente brasileiro, Afonso Arinos de Melo Franco, nomeado Ministro das Relações Exteriores, destacara, em seu discurso de posse, a importância de conferir maior versatilidade à política externa do Brasil diante de um “ambiente mundial e histórico em constante e imprevisível movimento”, evocando, ainda, um “sentimento inato da independência nacional” como propriedade da formação brasileira, e, portanto, constitutiva também da posição ocupada pelo país junto ao quadro internacional (FRANCO, 2007, p. 33). Cada um à sua própria maneira, tanto Quadros quanto Arinos procurariam interpretar estas ideias durante a concepção e implementação da PEI, em um período que antecederia a vitória nas eleições de 1960, atuando em frentes diversas para o estabelecimento da nova diplomacia brasileira.

Ainda durante a campanha presidencial, ciente do caráter inoportuno de um alinhamento exclusivo à política norte-americana nas circunstâncias em que a Guerra Fria projetara o sistema internacional e, também, da necessidade de ampliação do apoio popular à sua candidatura, Jânio Quadros passara a indicar algumas das diretrizes fundacionais daquela que viria a ser conhecida como a PEI, objetivando atrair a atenção e o apoio de setores nacionalistas e progressistas. Com o suporte conservador da União Democrática Nacional (UDN) assegurado, restaria atrair, ainda, uma parcela do eleitorado mais à esquerda, cujo aceno seria realizado com pautas caras à agenda destes grupos – a exemplo da regulamentação sobre a atividade empresarial estrangeira no país, em especial no que dizia respeito à remessa de lucros para o exterior. A vitória com 44,8% dos votos, contra os 30,6% arregimentados por seu adversário, marechal Lott, confirmaria o sucesso da estratégia janista e lhe ofereceria a oportunidade de pleitear uma diplomacia que se propunha independente em meio aos embates da Guerra Fria.

No entanto, uma vez eleito, Quadros teria de equilibrar-se entre as divergências viscerais existentes no interior do arranjo político que o alçara à presidência, ora adotando medidas mais conservadoras, especialmente no tocante à economia e aos costumes, ora explorando iniciativas simpáticas à esquerda, entre as quais se destacavam os enunciados da política internacional. Tal postura ambivalente do presidente brasileiro fora sinalizada ainda durante a cerimônia de posse, realizada em Brasília, no dia 31 de janeiro de 1961, quando este anunciara as condições em que recebera o país das mãos de seu antecessor Juscelino Kubitschek. O infausto cenário econômico pintado por Quadros condicionaria a atuação interna de seu governo e forneceria indícios acerca do posicionamento internacional do país.

De acordo com o mandatário, o déficit orçamentário aguardado para aquele ano de 1961 ultrapassava a casa dos 100 bilhões de cruzeiros, algo em torno de $\frac{1}{3}$ da receita nacional prevista para o exercício, enquanto a dívida externa alcançara exorbitantes US\$3.800 milhões – devendo US\$600 milhões serem quitados já no primeiro ano de seu mandato (PIERUCCI et al., 2007, p. 125). Assim, o discurso janista assemelhar-se-ia a um chamado ao sacrifício em nome dos feitos realizados pela administração anterior²⁷, à medida que receitava um programa de austeridade a ser empregado dali em diante, de forma a remediar a situação financeira na qual se encontrava o país. Daí a aplicação de um rígido plano de estabilização baseado em desvalorização cambial, na contenção de gastos públicos – incluindo subsídios de incentivo à exportação – e no controle sobre a expansão monetária e a oferta de crédito (Idem, p. 126).

Tais medidas, somadas à avaliação do presidente norte-americano John Kennedy quanto à importância do Brasil para o êxito da Aliança para o Progresso – não apenas em seus aspectos materiais, mas sobretudo em relação ao estabelecimento de um contrapeso regional à influência da Revolução Cubana na América Latina –, pavimentaram o caminho para a renegociação junto aos credores internacionais do país e a celebração de novos acordos de empréstimo, necessários ao saneamento econômico nacional, tendo o governo dos Estados Unidos exercido considerável pressão sobre Estados e organismos financeiros em favor da administração Quadros. Ainda em junho de 1961, o Brasil concluíra diversos acordos, angariando algo em torno de US\$1,6 bilhão, entre refinanciamentos e novos créditos – o que certamente contribuía para tornar superavitária em US\$115 milhões a balança global de pagamentos daquele exercício (LOUREIRO, 2013, p. 560-1; PIERUCCI et al., 2007, p. 126).

²⁷ O governo JK (1956-1961), marcado na memória coletiva como período repleto de grandes realizações – a partir do Plano de Metas e da construção de Brasília – foi responsável direto por um desequilíbrio econômico de grandes proporções, legando ao seu sucessor um panorama de grave crise financeira. Neste particular, Jânio Quadros, em seu discurso, apontara: “O que se fez, acresço, o que logrou retumbantes repercussões publicitárias, cumpre agora saldar, amargamente [...] Hoje, faz-se mister, nesta nação de fachada nova, mas de economia exangue, que esse povo, oprimido pelo subdesenvolvimento, roído pela doença e pelo pauperismo, se despoje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil”. Conferir: FRANCO, 2007, p. 24-5.

No entanto, ainda que o cenário internacional fosse progressivamente desanuviado pelas medidas econômicas empreendidas pelo governo de Jânio Quadros, seus resultados domésticos fomentaram um grande polo de contestação interna em relação à nova administração. A política de desvalorização promovida no início de 1961 e o corte de subsídios para produtos de consumo básicos agiram sobre a inflação, elevando os valores em aproximadamente 6,5% na comparação com o primeiro semestre do ano anterior – fato que fez crescer o custo de vida, em especial para as camadas mais empobrecidas da população (PIERUCCI et al., 2007, p. 127; QUELER, 2019, pos. 7295), ao passo que ultrajava os interesses da indústria nacional, que se via ameaçada pelo crescimento da atividade de companhias estrangeiras em diversos setores econômicos. A fim de mitigar estas pressões, Quadros iniciou algumas políticas de restrição ao capital internacional e à sua atuação no país, conforme expresso em uma mensagem enviada ao Congresso Nacional durante a abertura da sessão legislativa, em março de 1961.

Segundo Quadros, a situação econômica do país àquela altura não o permitiria prescindir da contribuição econômica internacional, fosse ela por meio de empréstimos ou investimentos. No entanto, a absorção destes recursos deveria subordinar-se aos interesses do desenvolvimento brasileiro, não devendo ser incorporados sem a devida garantia ao empresariado nacional acerca das condições efetivas de concorrência (QUADROS, 1961, p. 84-5). Assim, também em março daquele ano, o presidente brasileiro enviou ao Congresso um projeto de lei antitruste, incluindo a criação da Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE); e em julho remeteu novo projeto para regulamentação da remessa de lucros para o exterior (QUELER, 2019, pos. 7302). Ambas as iniciativas, não obstante a contestação de elementos associados ao capital estrangeiro, assinalariam uma espécie de síntese daquilo que o governo brasileiro almejava realizar a partir da PEI: estabelecer uma posição autônoma em face da política e dos propósitos de outras nações em favor do alcance de seus próprios objetivos.

Na mensagem enviada ao Congresso, para além do panorama econômico, Jânio Quadros também dedicara um capítulo exclusivo à delimitação das diretrizes diplomáticas propostas por sua administração. Conforme o presidente brasileiro, esta deveria plantear as características que julgava serem inerentes à formação histórica e social do país, a exemplo da democracia política e racial; da cultura amparada sob a ausência de preconceitos e na tolerância; o empenho integral no combate à pobreza e o subdesenvolvimento econômico; e a liberdade quanto ao acolhimento de compromissos externos inoportunos (QUADROS, 1961, p. 91). Em suma, a política externa do Brasil deveria espelhar tanto suas responsabilidades e condições de atuação junto ao sistema internacional, como também a defesa de uma agenda própria e soberana, não mais limitada por acordos e encargos inconvenientes ao desenvolvimento socioeconômico interno e à posição do Brasil no mundo.

Foi esta a tomada de consciência que levou Quadros a pleitear uma postura internacional autônoma mesmo em meio a Guerra Fria, sem com isso deixar de reafirmar a posição ideológica do país, alinhada ao Ocidente e aos ideais democrático-capitalistas. Para o presidente brasileiro, no entanto, tal posicionamento ideológico não deveria obstruir ou condicionar a atuação do país na arena mundial. Neste sentido, buscara alinhar a política externa nacional não aos imperativos característicos do conflito entre Washington e Moscou, mas em função das demandas históricas comuns ao Brasil e demais países subdesenvolvidos – a saber, a promoção do desenvolvimento e a conseguinte superação da pobreza e injustiça sociais (Idem, p. 92).

Portanto, buscar-se-ia deslocar o embate ideológico entre Leste-Oeste, entre capitalismo e socialismo, para o antagonismo econômico Norte-Sul, que contrapunha países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na perspectiva de Quadros, apenas a superação deste último possibilitaria a redução das tensões internacionais e a coexistência entre nações ideologicamente divergentes. Para tanto, recomendava-se uma maior articulação entre os países do chamado Terceiro Mundo, tendo em vista seus anseios quanto ao desenvolvimento econômico, independente de quaisquer circunscrições de natureza ideológica. O que se propunha, então, era uma atuação internacional marcada pela autonomia e pelo pragmatismo, em defesa dos direitos e dos interesses brasileiros, sem a subordinação aos desígnios de outros Estados ou às limitações ideologicamente impostas pela conjuntura mundial (CERVO; BUENO, 2012, p. 336).

A diplomacia brasileira, portanto, passara a reclamar o reposicionamento internacional do país, a fim de obter independência e uma liberdade decisória até então inédita. Tratava-se da recusa ao papel secundário que lhe fora imposto na arena mundial, muito em função da política externa praticada por Washington em prol da alienação do continente americano em relação aos demais Estados do globo – responsável por obstruir as relações políticas e econômicas do Brasil para além de determinados limites regionais e, ainda, interditar seu ímpeto desenvolvimentista (RODRIGUES, 1966, p. 71). E embora o governo brasileiro não aspirasse prescindir da aliança com a Casa Branca, tal movimento buscara questionar o ordenamento hierárquico ocidental que comprometia a perseguição de interesses particulares à realidade nacional.

E aqui, entende-se o conjunto destas aspirações como o resultado de objetivos históricos que projetaram na consciência nacional o ímpeto pela independência em face do domínio ou da interferência de outros Estados; por uma posição digna junto ao sistema mundial, que permitisse ao país defender seus direitos; e pelas garantias quanto ao bem-estar da população, ainda que o assim denominado interesse nacional não comportasse a totalidade dos anseios populares – haja vista a sub-representação característica do sistema político brasileiro (Idem, p. 76-9). A política externa, por sua vez, deveria, então, valer-se desta soma para determinar a atuação internacional de acordo com o interesse nacional, a despeito de restrições impostas por outras nações. É neste

quadro que a política externa proposta por Jânio Quadros buscara inserir-se àquela altura, contra as exigências dogmáticas da política norte-americana e em razão daqueles objetivos associados à realidade e aos desafios do Brasil em meio a Guerra Fria.

No entanto, não obstante o ineditismo de alguns itens da agenda programática enunciada com a PEI²⁸, tais ideias simbolizavam a evolução de um debate político existente já há algumas décadas na América Latina. Neste particular, a política externa estabelecida por Quadro atestara a emergência de um novo padrão de inserção internacional: o assim denominado paradigma do Estado desenvolvimentista, almejado pelo menos desde a década de 1930, e segundo o qual os governantes latino-americanos deveriam atribuir novas funcionalidades ao Estado, empregando a diplomacia como um vetor para o desenvolvimento nacional. Portanto, haveriam de estimular uma política externa econômica em razão das negociações internacionais e, ainda, realizar uma transição da subserviência na arena mundial para uma autonomia decisória que lhes permitisse auferir dividendos político-econômicos capazes de responder aquelas demandas sociais de seus respectivos países (CERVO, 2008, p. 72). Em resumo, buscar-se ia atender, por meio da política externa, as necessidades de uma ideologia desenvolvimentista estruturada durante o período de maior crise do capitalismo internacional.

Antes, vale delinear conceitualmente estas ideias e sua absorção pelo imaginário político nacional. Por desenvolvimento, conforme os termos apresentados anteriormente, compreende-se um processo de transformações econômicas, políticas e sociais por meio das quais se executa um crescimento automático e autônomo dos padrões de vida da população, seguindo um trajeto linear historicamente situado – a saber, a ultrapassagem de uma economia de base agrícola para uma economia moderna alicerçada na industrialização (BRESSER-PEREIRA, 1994, p. 19-22). No Brasil, este processo se desenrolou a partir da depressão econômica proveniente da Crise de 1929 e da chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930 – eventos que propulsaram o país rumo à modernização devido a uma série de pressões externas e internas que culminaram, já em 1935, em um aumento de 90% em relação à produção industrial dos dez anos anteriores (Idem, p. 35). A cognição daí decorrente acerca da necessidade de ampliação do papel atribuído ao Estado no

²⁸ Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, Quadros sintetizara a PEI em quinze itens programáticos, sendo: o respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre; a ampliação dos contatos com todas as nações do globo, incluindo aquelas pertencentes ao bloco socialista; a contribuição contínua e objetiva à redução das tensões internacionais; a expansão do comércio externo brasileiro; o apoio decidido ao anticolonialismo; a luta contra o subdesenvolvimento econômico; o incremento das relações com a Europa; o reconhecimento de interesses e aspirações comuns entre o Brasil e os países da África e Ásia; o estreitamento das relações com Estados africanos; fidelidade ao sistema regional; o fortalecimento da Operação Pan-Americana (OPA); o apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); a cooperação junto aos países da América Latina; relação de colaboração com os Estados Unidos em vista do progresso econômico e político do continente americano; e o apoio ativo à Organização das Nações Unidas (ONU) enquanto instituição garantidora da paz e da justiça econômica em âmbito internacional. Ver: QUADROS, 1961, p. 100-1.

dirigismo econômico, assim como o posterior endosso varguista²⁹, definiriam a hegemonização de uma ideologia do desenvolvimento junto à *intelligentsia* do país.

Soma-se a isso, também em função da depressão econômica mundial e seus efeitos sobre a economia nacional, o advento de um nacionalismo econômico que identificava o Estado com a defesa e a promoção dos interesses nacionais – substanciados a partir do conceito de sociedade complexa que decorria das transformações experienciadas pelo país (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 251; CERVO, 2008, p. 74). Tais circunstâncias assentaram as bases para a formulação de um nacional-desenvolvimentismo caracterizado pela confiança em um desenvolvimento autônomo, que atribuía ao Estado o planejamento referente a tal processo e a demarcação dos antagonismos presentes entre os interesses e ideias da nação e aqueles de outros grupos ou países (BRESSER-PEREIRA, 1994, p. 178). Concomitantemente, esta noção seria instrumentalizada para adversar os interesses do Brasil, enquanto país subdesenvolvido, aos objetivos de países industrializados, sobretudo no que dizia respeito aos Estados Unidos.

Portanto, a questão do desenvolvimento nacional atrelara-se à operacionalização de uma autonomia decisória que permitiria ao país superar, ou, ao menos, negociar a dependência diante da política norte-americana. Segundo Hélio Jaguaribe (2017, p. 24), tal processo corresponderia a capacidade de deliberar sobre decisões relevantes nos campos político, econômico e social de acordo com os interesses e iniciativas nacionais – não se limitando a acompanhar os imperativos de determinada potência ou grupo hegemônico no interior do sistema internacional. Atingir este nível de autonomia, no entanto, dependeria de duas premissas essenciais: a viabilidade nacional e a permissividade junto ao cenário mundial, ambas atreladas às condições históricas do Estado em sua busca por independência (JAGUARIBE, 1979, p. 96; TASCA, 2018, p. 90).

Enquanto esta primeira dizia respeito aos recursos humanos e materiais à disposição do país em razão de um determinado objetivo, *i.e.*, a quantidade de elementos comprometidos com o alcance do interesse nacional, a última guardava relações com o próprio cenário internacional, estruturado àquela altura já nos termos da Guerra Fria, na qual as relações deveriam orientar-se pela neutralização de potenciais cerceamentos político-econômicos por algum dos dois campos contendores (TASCA, 2018, p. 91-2). Neste sentido, a procura por autonomia implicava atender aos anseios por maior liberdade de ação internacional com vistas ao cumprimento de demandas inerentes à realidade nacional. Para o Brasil, este movimento equivaleria a uma reavaliação das

²⁹ Vale ressaltar que tanto as lideranças políticas da chamada Revolução de 1930 quanto o próprio Getúlio Vargas não eram adeptos convictos do impulso à industrialização em seu início. Neste particular: “A interpretação corrente sobre o significado da Revolução de 1930 é que ela teria quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais [...] Não há, segundo nos consta, nenhuma interpretação de que tenha sido uma revolução de cunho industrialista. [...] De resto, predomina até mesmo a opinião de que foi inexpressiva a participação efetiva dos industriais nos acontecimentos nacionais do período. [...] Vargas teria sido, inclusive, hostil para com os interesses industriais até 1937...”. Conferir: BIELSCHOWSKY, 2000, p. 249.

relações com os Estados Unidos, com o intuito de mitigar sua dependência *vis-à-vis* Washington e, conseqüentemente, superar o estancamento político, econômico, social e cultural proveniente da estratégia norte-americana para a América Latina àquela altura (JAGUARIBE, 2017, p. 25). Em suma, tratava-se de contrabalançar o relacionamento com a Casa Branca com a necessidade de promover o desenvolvimento econômico nacional.

O primeiro movimento nesta direção fora dado já durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, o qual intentara valer-se da diplomacia brasileira enquanto um instrumento de apoio ao desenvolvimento nacional à medida que buscara reestruturar o padrão de inserção internacional do país – àquela altura voltado ao estabelecimento de uma relação privilegiada com os Estados Unidos; e, em termos econômicos, à manutenção do modelo agroexportador como o paradigma do comércio exterior local (CERVO, 2008, p. 44-5; SARAIVA, 2014, p. 25; VIZENTINI, 1994, p. 24-5). Sendo assim, Vargas procurara, sobretudo a partir de 1935, tirar proveito da conjuntura mundial com vistas a incrementar o poder de negociação brasileiro em face de Washington, *i.e.*, transfigurar a relativa aliança de outrora em efetiva cooperação econômica; e, também, aprestar a política externa nacional à serviço da industrialização do país, tida como protótipo do interesse nacional. Neste sentido, os anos que antecederam a eclosão da Segunda Guerra Mundial, assim como o conflito em si, apresentaram ao presidente brasileiro – e aos seus homólogos na América Latina – circunstâncias favoráveis ao lançamento de tais iniciativas.

Isso porque a deflagração de uma disputa entre dois centros de poder *vis-à-vis* a América Latina, a saber, Estados Unidos e Alemanha, ampliara a capacidade de articulação internacional dos países da região. Para o Brasil, devido às suas particularidades geoestratégicas, este cenário representou a possibilidade de empreender uma política de equidistância pragmática no período anterior à guerra (MOURA, 1980, p. 62-3), *i.e.*, de relacionar-se a ambos os centros a partir dos seus próprios interesses, que correspondiam, àquela altura, à obtenção de recursos para o projeto de industrialização nacional. Em resumo, a disputa entre estadunidenses e germânicos em torno da edificação de um emergente sistema de poder no continente americano possibilitara ao Brasil auferir ganhos em suas relações com Washington, ainda que estes não representassem o fim da dependência brasileira em relação aos vizinhos do norte.

Com o conflito em curso, uma eventual indefinição do Brasil quanto ao alinhamento em favor dos Estados Unidos já seria o suficiente para mobilizar o governo norte-americano e fazê-lo dispor de recursos voltados à manutenção do país como elemento fundamental para o sistema de poder que a Casa Branca almejava instaurar na América Latina. Este poder de barganha, vale dizer, conhecera determinados limites, também em função da posição geográfica brasileira e da retração da presença comercial alemã junto aos países da região após a eclosão da guerra (Idem, p. 65-6). No entanto, a postura adotada pelo governo Vargas àquela altura imprimira ao Brasil,

nos termos de Gerson Moura (1980), uma certa autonomia na dependência – oferecendo ao país ganhos estratégicos em sua empreitada rumo ao desenvolvimento econômico nacional, entre os quais destacara-se a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, com ampla participação logística e financeira norte-americana.³⁰

Portanto, o padrão de inserção internacional inaugurado pelo regime varguista assentara, também, as bases para a consolidação do desenvolvimentismo como um horizonte comum, *i.e.*, como arquétipo do interesse nacional brasileiro àquela altura – sendo este perseguido pelas mais diversas estratégias político-econômicas ao longo das décadas seguintes. Desde então, exceção feita aos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e Café Filho (1954-55), que retomaram o alinhamento automático da diplomacia brasileira ante a Casa Branca em nome de uma aventada relação especial entre Brasil e Estados Unidos; e um liberalismo econômico, apoiado no capital internacional, que expatriara a industrialização da agenda política nacional (CERVO; BUENO, 2012, p. 289-90; VIZENTINI, 1994, p. 26-7), a política internacional brasileira fora direcionada a um projeto de desenvolvimento econômico interno que reclamara certa autonomia, a despeito dos imperativos norte-americanos para a América Latina.

Mesmo a administração de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961) que, em um primeiro momento, apoiara sua política externa no alinhamento ao governo norte-americano e na atração de investimentos estrangeiros como motor do desenvolvimento nacional, a partir de 1958, dadas as circunstâncias do cenário internacional, adotara uma espécie de barganha nacionalista *vis-à-vis* Washington. Isso porque o contínuo descaso dos Estados Unidos em relação às necessidades socioeconômicas latino-americanas, somado à percepção do apoio prestado pela Casa Branca a ditaduras recém destituídas na região, impunham uma revisão do relacionamento entre os países da América Latina e o governo estadunidense. O antiamericanismo produzido por estas relações – consubstanciado na tempestuosa viagem do vice-presidente Richard Nixon mencionada ainda no capítulo anterior – apresentar-se-ia como uma oportunidade para negociar o engajamento da administração norte-americana com o impulso desenvolvimentista latino-americano em termos de efetiva cooperação econômica.

A este cenário, somava-se, ainda, uma conjuntura econômica desfavorável aos países da América Latina em razão da deterioração dos termos de troca, *i.e.*, o desequilíbrio entre o valor de matérias-primas e produtos agrícolas exportados pelos Estados da região em relação àqueles produtos industrializados importados junto às grandes potências. Este processo, além de exaurir

³⁰ O ambiente internacional gestado pela Segunda Guerra Mundial possibilitou ao governo Vargas barganhar junto aos Estados Unidos a construção da usina siderúrgica em Volta Redonda como forma de frear a emergente presença comercial, política e militar da Alemanha no Brasil. Com a edificação, Washington almejava resguardar o território brasileiro, geograficamente essencial para a estratégia mundial norte-americana, contra a ofensiva germânica, bem como aumentar a demanda nacional por bens de produção estadunidense, tida como o resultado da industrialização decorrente do projeto siderúrgico. Ver: CERVO; BUENO, 2012, p. 278-81.

o valor das exportações latino-americanas, também contribuía para deter a industrialização local e frustrar o crescimento econômico destes países (CERVO; BUENO, 2012, p. 309; OLIVEIRA, 2005, p. 76). Neste sentido, JK procurou contornar este quadro a partir de uma maior integração político-econômica em termos regionais. Diante da omissão norte-americana, tornara-se crucial romper com uma política subsidiária aos interesses de Washington e multilateralizar as relações internacionais do Brasil em função de seus próprios objetivos.

No entanto, vale ressaltar, as orientações propostas por JK visavam reestruturar a ordem econômica internacional sem com isso alterar o equilíbrio de poder político já existente, ou seja, não pretendia se contrapor à hegemonia norte-americana no sistema interamericano e tampouco ao seu status de superpotência mundial. Esperava-se, na verdade, agrupar o conjunto dos países latino-americanos em torno de suas demandas por desenvolvimento – por meio da cooperação técnica e financeira internacional – e conferir um sentido econômico ao pan-americanismo, que então servira somente a questões de natureza ideológica e militares (CALDAS, 1996, p. 37-9). Daí o lançamento, em 1958, da Operação Pan-Americana (OPA), como tentativa de obter junto ao governo norte-americano maior direcionamento de seus investimentos para o Brasil e para a América Latina, a exemplo do que fizera na Europa com o Plano Marshall; e de congregar todo o continente na luta contra o subdesenvolvimento.

Assim, buscava-se transformar o relacionamento existente entre Washington e os países da região a partir de demandas multilaterais pelo compromisso estadunidense não somente com a segurança em termos político-jurídicos, mas também em vista do desenvolvimento econômico continental. De acordo com os enunciados da OPA, a superação do subdesenvolvimento latino-americano seria a maneira mais eficaz de impedir que a miséria da região estimulasse o ingresso de ideologias exóticas no interior da comunidade interamericana – podendo estas apresentarem-se como respostas aos problemas socioeconômicos daqueles países. Em correspondências entre JK e o presidente norte-americano Dwight Eisenhower, o mandatário brasileiro condensara tais pensamentos ao caracterizar sua iniciativa como o alerta emanado do continente para os perigos inerentes à manutenção de uma política que proporcionava, em seus termos, “boas razões a uma causa que reputamos má” (CERVO; BUENO, 2012, p. 312). Neste sentido, atrelava a causa do desenvolvimento à questão da segurança continental.

E o advento da Revolução Cubana de 1959 parecera corroborar os prognósticos da OPA acerca da vulnerabilidade político-ideológica em que o subdesenvolvimento econômico lançara toda a América Latina, demonstrando a necessidade de revisão quanto à política estadunidense em relação ao continente americano durante a Guerra Fria. A aceitação de Washington, mesmo que de forma ambivalente, quanto às propostas de JK também indicavam certo reconhecimento das questões postas pelos países da região diante de suas dificuldades e, ainda, de possibilidades

abertas pelo cenário internacional. Sendo assim, a modificação da postura norte-americana, até então resumida à exortação do capital privado enquanto motor do desenvolvimento continental, para uma maior aquiescência quanto à utilização de investimentos públicos junto às empreitadas desenvolvimentistas latino-americanas demonstrara o êxito da OPA em organizar politicamente os Estados da América Latina, aproveitando-se de uma conjuntura favorável à capitalização do antiamericanismo que, àquela altura, constrangia o sistema de poder construído por Washington em torno de difusos ideais pan-americanistas.

Como resultado da Operação surgiram, ainda, o Comitê dos 21 – um fórum constituído por 21 repúblicas americanas –, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Plano Eisenhower – com aporte inicial de US\$500 milhões destinados ao desenvolvimento econômico regional. *A posteriori*, as proposições da OPA pavimentariam a fundação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o lançamento da Aliança para o Progresso, programa de cooperação econômica promovido pela administração de John F. Kennedy (CALDAS, 1996, p. 40-1; CERVO; BUENO, 2012, p. 314-5). Em suma, a operação idealizada por JK tornara nítida a indispensabilidade da cooperação regional e do multilateralismo enquanto instrumentos para a promoção do desenvolvimento latino-americano *vis-à-vis* Washington.

Entretanto, vale ressaltar que a OPA não produziu os efeitos que propunha e que dela se esperavam. Talvez o seu principal mérito tenha sido o de incitar questionamentos contra o *status quo* de então, sobretudo em relação aos interesses antagônicos que marcavam as relações entre Estados Unidos e América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento desta última – muito embora a própria hegemonia norte-americana não tenha sido contestada, mas instada a assumir o combate ao subdesenvolvimento regional. Isso porque a Operação circunscrevera sua atuação ao continente, limitando as possibilidades internacionais do país, tendo em vista a continuidade do alinhamento a Washington, ainda que em novos termos (OLIVEIRA, 2005, p. 86-7). Assim, também evidenciara a impossibilidade de o Brasil ver suas expectativas serem atendidas apenas por meio das relações que mantinha com a Casa Branca.

Tal constatação tornara imperativa a expansão das relações político-econômicas do país para além de limites regionais, bem como a busca por maior autonomia no cenário internacional em detrimento da relação de dependência construída em torno dos Estados Unidos. Em resumo, tornara-se necessário redirecionar a política externa brasileira. E coube a Jânio Quadros o papel de intérprete deste novo direcionamento a partir do estabelecimento da PEI, cuja antessala havia sido ocupada pelo pan-americanismo enunciado por JK nos anos anteriores. O exercício prático desta nova diplomacia nacional, tanto no curso do breve período em que Quadros esteve à frente da presidência brasileira quanto no tocante ao mandato de seu sucessor João Goulart, bem como

suas relações com o cenário internacional de então, dados os desafios particulares à Guerra Fria, serão os objetos de análise da seção subsequente.

3.2. *Discursos e execução da diplomacia brasileira diante da Revolução Cubana*

No dia 17 de setembro de 1963, durante a abertura da XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Augusto de Araújo Castro, discursara sobre o estado de coisas do ambiente internacional àquela altura, salientando, como não poderia deixar de ser, as implicações da Guerra Fria para a realidade política mundial. Evocando a participação daqueles Estados recém tornados independentes, cujo posicionamento no conflito bipolar caracterizava-se pelo não alinhamento exclusivo a nenhum dos dois campos, o chanceler brasileiro destacara a existência de uma luta comum no interior da Organização das Nações Unidas (ONU), encabeçada por pequenas e médias potências³¹, entre as quais se incluía o Brasil (FRANCO, 2008, p. 188-90). Tal movimento, de acordo com Araújo Castro, orbitara em torno de três tópicos fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização. O discurso dos três D's, como fora denominada a exposição de Castro, sintetizara em um trinômio a agenda idealizada pela diplomacia brasileira até aquele momento.

Ao censurar a corrida armamentista perpetrada por Estados Unidos e União Soviética – tida como desperdício de recursos que poderiam ser destinados ao desenvolvimento econômico – e a continuidade dos empreendimentos coloniais mundo afora, o chanceler brasileiro expusera as instruções a partir das quais o país vinha orientando-se no cenário internacional. Com o olhar voltado aos seus interesses particulares, embora compartilhados com outras nações do chamado Terceiro Mundo, a política externa operacionalizada no decorrer dos governos de Jânio Quadros e João Goulart procuraria responder aos limites econômicos, ideológicos e militares da Guerra Fria com a busca por independência e poder de ação sobre a conjuntura mundial. Portanto, neste período, o Brasil perfaria os grandes temas da agenda política internacional, tentando moldá-la aos seus propósitos e necessidades.

Neste sentido, para além das medidas econômicas de caráter interno mencionadas ainda na seção anterior, vale destacar as diligências adotadas por Jânio Quadros na arena internacional à aurora da PEI. Isso porque, calcado no esvaziamento do pan-americanismo e da possibilidade de lograr o desenvolvimento econômico e social almejados por meio do tradicional alinhamento exclusivo aos Estados Unidos, o novo mandatário brasileiro procurara orientar a política externa do país em função da recusa a quaisquer “fronteiras ideológicas” e da multiplicação de parcerias

³¹ Vale ressaltar, neste particular, que a referência às pequenas e médias potências não dizia respeito especialmente à extensão geográfica ou ao tamanho das populações destes Estados, e sim em relação às suas respectivas posições no interior da sociedade internacional. Portanto, é possível entender tal estratificação em termos de poder, *i.e.*, pela capacidade política, econômica e militar de agir sobre o cenário mundial. Ver: WIGHT, 2002, p. 45-6.

político-econômicas em âmbito internacional. Em resumo, projetava auferir maior liberdade de ação no cenário mundial por meio da universalização das relações diplomáticas do país. E ainda que este movimento não implicasse o abandono da posição ideológica do Brasil, historicamente associado ao Ocidente, nos marcos da Guerra Fria esta equivaleria ao “desengajamento” no que diz respeito aos embates entre Washington e Moscou, *i.e.*, a fuga ao alinhamento com o governo norte-americano e a reaproximação com os países do leste europeu, Ásia e África – assim como a retomada das relações interrompidas em função de restrições ideológicas inerentes ao conflito (FONSECA Jr, 1998, p. 298; OLIVEIRA, 2005, p. 89-90).

No supracitado artigo de Jânio Quadros na *Foreign Affairs*, tais ideias foram difundidas pelo presidente brasileiro a partir da constatação de semelhanças existentes entre os desafios e aspirações de países subdesenvolvidos na América Latina e os Estados recém emancipados nos continentes africano e asiático – assim como a percepção quanto a uma espécie de anacronismo entre as proposições políticas de outrora, *i.e.*, a circunscrição político-ideológica ao continente americano, e os interesses materiais de então, notadamente no que se refere ao desenvolvimento econômico do país (QUADROS *apud* FRANCO, 2007, p. 148-50). Tais simetrias, identificadas por Quadros antes do período eleitoral, quando de suas viagens mundo afora³², direcionariam a diplomacia brasileira em prol do estabelecimento de relações comerciais e da abertura de novos mercados para além de limites regionais, indispensáveis à agenda contra o subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2005, p. 92).

Sendo assim, Jânio Quadros iniciara seu mandato solicitando ao Ministério das Relações Exteriores o estabelecimento de um grupo de trabalho voltado ao estudo acerca da abertura de missões diplomáticas e repartições consulares no continente africano, bem como da proposição de medidas em face do desenvolvimento de relações econômicas e culturais junto àquela região, cujo processo de descolonização interessava ao Brasil também por razões comerciais³³. Ainda,

³² No início de 1959, quando seu nome já vinha sendo considerado por algumas legendas para a campanha eleitoral do ano seguinte, Jânio Quadros iniciara um périplo internacional, visitando países como Japão, Índia, Irã, Paquistão e Síria, além de Egito, Turquia, Israel, Itália, França, Inglaterra e União Soviética. Na oportunidade, impressionara-se, sobretudo, com as figuras do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e do primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru, que àquela altura empreendiam uma espécie de terceira posição em relação ao conflito entre Estados Unidos e União Soviética, numa atitude “neutralista” que procurava explorar as tensões entre Washington e Moscou a fim de angariar recursos para seu próprio desenvolvimento socioeconômico. Para Quadros, tal postura poderia conferir ao Brasil a dignidade internacional que ainda escapava ao país. Sendo assim, Quadros projetara de forma prematura os fundamentos da política externa que inauguraria dali a menos de um ano, alicerçados pela autonomia de atuação internacional e o estabelecimento de contatos diplomáticos e comerciais com todos os Estados do globo – incluindo àqueles pertencentes à esfera de influência soviética –, orientando-se pelos interesses de seu próprio país. Conferir: BANDEIRA, 2007, p. 546-7; STORRS, 1973, p. 242-4.

³³ O posicionamento brasileiro em favor da descolonização do continente africano, mais do que um simples recurso teórico de apelo à independência daquela parcela do globo, constituiria, ainda, um elemento de interesse econômico para o Brasil. Quadros, em seu artigo à *Foreign Affairs*, destacara a desigualdade de competição comercial derivada da exploração do continente africano pelo capital europeu, caracterizando-a como um obstáculo à constituição dos Estados africanos e, por conseguinte, à abertura de novos mercados para consumo da produção industrial brasileira. Ver: QUADROS *apud* FRANCO, 2007, p. 152-3.

determinara a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), através do qual o Brasil procuraria incrementar suas relações com os Estados recém instituídos no Terceiro Mundo (CERVO; BUENO, 2012, p. 342-3; GARCIA, 2018, p. 139-40). Ambas as iniciativas, para além de aspectos retóricos, atendiam ao anseio brasileiro pela expansão dos seus mercados de consumo, intuito sintetizado, também, pela instituição do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (Sepro) – criado para promover as vendas do país mundo afora e diminuir a dependência nacional em relação à agroexportação.

Consoante a estas medidas encontrava-se também a busca pelo desenvolvimento de um relacionamento menos subserviente, embora ainda cordial, aos Estados Unidos e a retomada de contatos com países pertencentes ao bloco socialista. Neste sentido, já em meados de março de 1961, o Brasil reestabelecera as relações diplomáticas com Hungria e Romênia e criara legações na Bulgária e Albânia. No mais, também enviara o jornalista João Dantas em missão especial à Europa oriental, com o intuito de aprofundar as relações comerciais, culturais e científicas junto àqueles Estados. Ato contínuo, Jânio Quadros determinara, ainda, o início de estudos e medidas voltadas ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947, e veiculara a pretensão brasileira de apoiar a admissão da China Popular na ONU (BANDEIRA, 2007, p. 556-7; CATERINA, 2019, p. 210-2; GARCIA, 2018, p. 140).

Contudo, dada a personalidade pitoresca³⁴ do mandatário brasileiro e a maneira com que este conduzira tais iniciativas, o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos não escapara a um tensionamento naquilo que dizia respeito à arena internacional, muito embora Washington respaldasse as medidas de caráter econômico empreendidas por Quadros no cenário doméstico. Neste particular, a questão cubana, *i.e.*, as tensões decorrentes do conflito entre Estados Unidos e Cuba após a Revolução de 1959, exercera uma pressão considerável sobre a diplomacia janista e seus enunciados a respeito da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Um primeiro exemplo desta dinâmica ocorrera já em fevereiro de 1961, quando da visita do diplomata Adolf Berle Jr. ao Brasil. Na oportunidade, Berle intentara angariar o apoio brasileiro a uma operação militar contra o regime cubano, tendo recebido do chanceler Afonso Arinos imediata recusa. E Quadros, que sequer recebera o emissário estadunidense no Rio de Janeiro, obrigando-o a viajar até Brasília, se resumira a repetir a negativa, dispensando a este, ainda, um tratamento “no limite da descortesia” (BANDEIRA, 2007, p. 557-8; RICUPERO, 2017, p. 415).

³⁴ Apresentada como um moralista carismático, a personagem política de Jânio Quadros fora construída sob a aura de uma figura burlesca, muito em função de suas performances histriônicas e das iniciativas de caráter conservador que empreendera durante seu mandato, sobretudo naquilo que dizia respeito à agenda de costumes. Para além das aparições nas quais ostentava cabelos despenteados e ternos amarrotados, e dos momentos nos quais brandia uma vassoura com a qual prometera limpar a sujeira da corrupção existente nas repartições públicas, Jânio também fora o responsável pela proibição do uso de biquínis nas praias, do consumo de lança-perfume e da realização das rinhas de galo. Ver: FAUSTO, 2015, p. 241; QUELER, 2019, pos. 7262-7268.

Diante da decisão norte-americana de realizar uma investida unilateral contra Cuba, com a malsucedida invasão à Baía dos Porcos – evento que será pormenorizado no capítulo seguinte –, ainda em 17 de abril de 1961, o mandatário brasileiro esboçara um telegrama, endereçado ao Embaixador do Brasil na ONU, Ciro de Freitas, condenando a agressão estadunidense a Havana e fomentando uma reação conjunta do continente americano em face das iniciativas armadas de Washington. Ciente do caráter propagandístico e temerário de tal documento, o ministro Afonso Arinos convencera Quadros a emitir um novo comunicado, expondo a apreensão brasileira com os acontecimentos em Cuba, reforçando a posição contrária a quaisquer atitudes que agredissem os princípios de autodeterminação ou a soberania das nações americanas, mas retirando do texto o teor belicoso da primeira minuta (BANDEIRA, 2007, p. 558-9). Contudo, a continuidade das conversações acerca de Cuba envolvendo os governos norte-americano e brasileiro não tardaria a evocar o estilo ríspido e imprevisível de Jânio Quadros.

Assim, receoso de que o governo norte-americano pudesse estar condicionando o apoio econômico ao Brasil à colaboração nos esforços contrarrevolucionários *vis-à-vis* Cuba, Quadros recusara uma oferta de crédito, estimada em US\$100 milhões, realizada por John Moors Cabot, àquela altura embaixador dos Estados Unidos no país. Ademais, também censurara o diplomata estadunidense por críticas tecidas à política externa brasileira, advertindo-o sobre a intolerância local contra quaisquer ingerências externas em sua posição internacional. Tais episódios somar-se-iam às descortesias de Quadros no trato com diversos dos emissários da administração norte-americana, que, por vezes, tinham de esperar horas por um encontro com o presidente brasileiro, não recebiam as medidas diplomáticas habituais e sequer eram acompanhados no embarque de volta aos Estados Unidos (Idem, p. 560).

Nestas circunstâncias, no entanto, o comportamento janista atribuíra ao seu governo não apenas certo estranhamento junto às lideranças políticas norte-americanas, mas também atizara a reação conservadora interna, que passara a criticar a administração brasileira por uma suposta guinada à esquerda – muito devido à defesa à autodeterminação cubana no quadro dos conflitos entre Washington e Havana, bem como em relação à própria Guerra Fria. Assim, tanto o envio de uma missão oficial, capitaneada pelo vice-presidente João Goulart, rumo à China comunista, quanto as condecorações entregues a integrantes da Missão de Boa Vontade da União Soviética e ao cosmonauta Iuri Gagarin, que haviam desembarcado no Brasil em julho de 1961, ajudariam a arregimentar certa oposição interna à política externa engendrada por Quadros (CATERINA, 2019, p. 219-21; STORRS, 1973, p. 255).

Outrossim, a concessão da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção brasileira, a Ernesto *Che* Guevara também concorrera para a efervescência do ambiente político

interno.³⁵ Após a cerimônia de entrega da medalha, ocorrida em meados de agosto, militares de diversas patentes, manifestando-se contrários à homenagem dirigida a um dos principais líderes da Revolução Cubana, abdicariam de suas próprias condecorações. Uma semana depois, no dia 24 de agosto, o outrora apoiador – posteriormente convertido a opositor ferrenho – e governador da Guanabara pela UDN, Carlos Lacerda, reunira a rede de rádio e televisão para denunciar um hipotético golpe de Estado urdido por Jânio Quadros (BANDEIRA, 2007, p. 563; RICUPERO, 2017, p. 416). Diante da crise, o mandatário brasileiro reagira de forma inesperada, renunciando à presidência e lançando o país em uma crise política sem precedentes.

Sem o apoio decidido da cúpula militar ou qualquer reação popular de maior relevância, a manobra bonapartista de Quadros naufragara junto a seu timoneiro. De imediato, o Congresso Nacional, presidido pelo senador Auro de Moura Andrade, acolhera a renúncia, alegando tratar-se de uma decisão unilateral da qual o parlamento apenas tomaria conhecimento, sem apresentar quaisquer recursos. E a célere investidura de Ranieri Mazili, àquela altura presidente da Câmara dos Deputados, como chefe do Executivo de forma interina apenas sacramentaria o afastamento e o caso de Jânio Quadros (BANDEIRA, 2007, p. 565).

Menos de oito meses após a cerimônia de posse, a administração janista se desfizera sob a oposição de uma parcela expressiva do arranjo político que lhe permitira chegar ao poder. Em que pese a composição ministerial amplamente conservadora do governo Quadros e as medidas de saneamento econômico empreendidas em âmbito interno, a postura internacional decorrente dos enunciados da PEI suscitara, no contexto político-ideológico da Guerra Fria, a excitação de setores reacionários da sociedade brasileira. E isso a despeito do caráter incipiente com que esta fora conduzida em sua gênese. Ainda que representasse uma ruptura dos paradigmas de inserção internacional até aquele momento, a PEI – sobretudo durante o breve mandato de Jânio Quadros – apresentara-se muito mais como um discurso do que mesmo como prática concreta de política externa, muito em função das limitações inerentes à posição do Brasil junto ao sistema mundial e à sua própria realidade política interna.

Neste particular, as negociações inconclusivas empreendidas pelo governo Quadros em relação ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e ao suporte à admissão

³⁵ Apesar das reações internas, a condecoração de Guevara não tivera o caráter provocativo atribuído pela oposição, constituindo mais um ato protocolar do que mesmo uma afirmação ideológica. Um ano antes, outros três membros do governo revolucionário cubano haviam recebido a honraria brasileira – incluindo o presidente Osvaldo Dorticós e o chanceler Raúl Roa – sem que este gesto suscitasse maiores controvérsias. A concessão da medalha, na verdade, obedecera aos normativos estabelecidos para a visita de um dignitário estrangeiro ao Brasil. Outrossim, durante as pouco mais de 15 horas em que permanecera em Brasília, *Che* Guevara nem sequer recebera um tratamento excelso por parte das autoridades brasileiras, tendo em vista a recusa do Ministério das Relações Exteriores em ofertar um almoço de boas-vindas ao homenageado ou a ausência de quaisquer figuras oficiais no embarque do argentino de volta a Havana. Portanto, a repercussão negativa em torno do episódio refletira a capitalização política da oposição diante da política externa empreendida por Jânio Quadros naquelas circunstâncias. Ver: BEZERRA, 2012, p. 123-4; BARBOSA, 2007, p. 318-22.

da China Popular na ONU, assim como a postura vacilante do Brasil no tocante ao envio de um observador à Conferência dos Países Não-Alinhados, sediada em Belgrado, Iugoslávia, naquele ano³⁶, constituíam alguns dos exemplos acerca das limitações brasileiras na arena internacional. É evidente que a postura diplomática de Jânio Quadros também servira ao mandatário brasileiro como instrumento para a conquista de apoio popular, sobretudo à esquerda, o que pode justificar a predileção performática em detrimento de realizações efetivas. No entanto, há de se ponderar, ainda, os limites estabelecidos pela oposição entre os enunciados da PEI e os objetivos político-econômicos do governo dos Estados Unidos no âmbito das disputas ideológicas contra a União Soviética – e da conformação do sistema internacional.

Isso porque a recusa brasileira em submeter-se exclusivamente aos critérios estratégico-militares da Guerra Fria, *i.e.*, aos imperativos de alinhamento difundidos por Washington acerca da segurança continental em face de uma alegada campanha subversiva fomentada por Moscou, lançara a política externa nacional em rota de colisão contra os interesses norte-americanos. Ao promover um desvio em direção ao estabelecimento de uma ordem internacional mais favorável ao acolhimento de demandas socioeconômicas próprias à realidade de países terceiro-mundistas em detrimento do engajamento beligerante à rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, o governo Jânio Quadros suscitara o estranhamento da Casa Branca – exasperado pela condução histriônica do presidente brasileiro em diversas oportunidades.

No entanto, nem mesmo a ojeriza norte-americana ou as reações internas à PEI, entre as quais se destacavam os movimentos reacionários que inflamaram o ambiente político nacional, foram capazes de suplantar a nova posição internacional do país, sendo esta, àquela altura, mais a manifestação das necessidades do Estado brasileiro do que um imperativo ideológico. Assim, resistira mesmo após a solução parlamentarista que possibilitara a posse do vice-presidente João Goulart – ainda que esta tenha mutilado os seus poderes, obrigando-o a reparti-los com a insólita figura de um Primeiro-Ministro, a saber, o deputado mineiro Tancredo Neves – e a despeito da

³⁶ Iniciadas ainda no curso do governo Quadros, as gestões para o envio de um observador brasileiro à reunião dos países não-alinhados em Belgrado, em setembro de 1961, representaram um ponto de discordância entre o governo dos Estados Unidos e o Brasil – expondo, na oportunidade, os limites da atuação internacional deste último. Tendo sido alvo de uma campanha de dissuasão norte-americana a respeito de eventual participação na conferência, assim como acontecera com outros países latino-americanos, o Brasil adotara uma posição claudicante – ora confirmando a intenção de enviar um emissário à Iugoslávia, ora apelando às demais chancelarias da região em favor da presença de observadores argentinos, chilenos, peruanos, entre outros, com o intuito de angariar alguma proteção, por assim dizer, dos olhares desconfiados em Washington quanto à política externa empreendida pelo país àquela altura. Em resumo, o governo brasileiro temera restar isolado em Belgrado, comprometendo as relações com o governo norte-americano, do qual ainda dependia economicamente. Às vésperas do encontro, com o país ainda submerso no caos político provindo da renúncia de Jânio Quadros, fora confirmada a participação do Brasil com a presença do então embaixador na Suíça e irmão do chanceler brasileiro, Afrânio de Melo Franco Filho. T tamanha fora a indecisão em torno de seu envio, no entanto, que, durante a realização da Conferência, este sequer obtivera um assento ou mesmo uma placa com seu nome. Outrossim, a delegação brasileira afirmaria estar representada no evento apenas por um observador não-oficial. Ver: HERSHBERG, 2007, p. 374-383.

resistência de setores das forças armadas e elementos conservadores ao seu nome³⁷, assim como das suspeições nutridas em Washington acerca de sua investidura.

Tal continuidade fora expressa ainda durante a cerimônia de posse do novo Ministro das Relações Exteriores, o advogado carioca Francisco Clementino de San Tiago Dantas, no dia 11 de setembro de 1961. Cômico das atribuições que recebera da nova administração, reiterara em discurso a “parcela diminuta de inovação” que sua chegada àquela pasta implicaria à condução da diplomacia brasileira, ratificando a sujeição da política externa aos interesses nacionais, com destaque para o desenvolvimento social e econômico; o entendimento quanto à posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional, assim como suas respectivas responsabilidades em relação à promoção da paz mundial; e a defesa dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos (FRANCO, 2007, p. 159-62). Consoante à exposição de Dantas, também o Programa de Governo apresentado por Tancredo Neves à Câmara dos Deputados sublinhara a manutenção de uma posição independente no sistema internacional, sobretudo em relação a quaisquer blocos político-militares – ainda que enfatizasse a formação nacional associada aos valores ocidentais, dos quais o Brasil não deveria distanciar-se (Idem, p. 170).

Na prática, a manutenção da política externa brasileira manifestar-se-ia a partir da busca pela universalização de suas relações internacionais – consubstanciada nos movimentos em prol da expansão comercial – e das iniciativas orientadas à promoção da paz e da distensão da Guerra Fria tanto no cenário mundial quanto no plano hemisférico. Assim, em cerca de três meses após a posse do novo governo, em 23 de novembro de 1961, o Brasil concluiria as negociações acerca do reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, firmada após uma troca de notas entre San Tiago Dantas e o Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, Andrei Gromyko (CATERINA, 2019, p. 240; STORRS, 1973, p. 289). No mais, continuaria a escudar, em termos estritamente políticos, o governo revolucionário cubano diante das investidas norte-americanas, sob o argumento de que este, a despeito da incompatibilidade político-ideológica com os demais países do continente, deveria ter o seu direito à autodeterminação resguardado. Entendia-se que qualquer intervenção externa nos assuntos daquela ilha apenas contribuiria para sua dissociação definitiva em relação à comunidade interamericana.

Não obstante a cizânia doméstica envolvendo a questão, o reestabelecimento de relações com Moscou não alimentara controvérsias materiais ao nível internacional, nem mesmo naquilo que dizia respeito às relações com o governo dos Estados Unidos. Washington, embora temesse

³⁷ Ainda à época de sua nomeação como Ministro do Trabalho no segundo governo Vargas, em 1953, João Goulart já despertara reações contrárias à sua figura política junto aos núcleos conservadores nacionais, tendo sido alvo de campanhas difamatórias que o imputavam uma alegada associação ao comunismo internacional, práticas corruptas, incitação à indisciplina e subversão dos valores profissionais – sendo esta última decorrente de uma sugestão sobre a elevação do salário mínimo em até 100%. Conferir: BANDEIRA, 2001, p. 57-8.

eventual influência soviética junto ao Brasil – e à América Latina –, reconhecera a conveniência do movimento brasileiro em direção ao bloco socialista, tido como a expressão das necessidades econômicas do país em relação à expansão de seus mercados e comércio exterior (BANDEIRA, 2001, p. 69; CATERINA, 2019, p. 242). Contudo, a posição do Brasil acerca da questão cubana não disporia da mesma condescendência por parte da administração norte-americana, tornando-se, àquela altura, matéria de divergência entre os dois governos.

Assim, quando da realização da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, em Punta del Este, no Uruguai – convocada após longa trama elaborada pelo governo dos Estados Unidos, associado a países como a Colômbia, o Peru e a Venezuela, com o objetivo de isolar diplomaticamente o governo revolucionário de Cuba – a posição brasileira, oposta ao emprego de sanções econômicas ou militares contra o regime de Castro, instalara a administração de João Goulart a uma distância considerável das expectativas norte-americanas, cujo governo desejava transformar os conflitos bilaterais com Havana em um problema para todo o sistema regional (AVILA, 2011, p. 54; BANDEIRA, 2009, p. 376). Tendo apresentado a aproximação entre Cuba e a União Soviética como um ato de possível intromissão desta última nos assuntos internos do continente americano, a Casa Branca procurara estimular a adoção de medidas coletivas contra aquela ilha, ideando poupar os Estados Unidos do encargo de uma impopular intervenção unilateral, bem como imprimir ares de legitimidade à empreitada contrarrevolucionária em curso àquela altura.

Neste sentido, a abstenção da delegação brasileira em Punta del Este diante da resolução que propusera a expulsão do governo de Cuba da OEA – ratificada por uma maioria simples de 14 dos 21 votos possíveis – demonstraria a discrepância entre os imperativos da política externa nacional e a agenda estadunidense para a instrumentalização da Guerra Fria na América Latina. Na oportunidade, o chanceler San Tiago Dantas defendera a adoção de uma receita conciliatória para estabelecer um *modus vivendi* entre o sistema interamericano e um regime declaradamente socialista – ao menos desde dezembro do ano anterior.³⁸ Para Dantas, neutralizar Cuba em favor da segurança regional seria a única saída possível para assegurar a soberania cubana e, também, contribuir para o arrefecimento das tensões internacionais provenientes do embate entre Havana e Washington (DANTAS, 2011, p. 105). Para tal, recomendara a adoção de algumas obrigações negativas ao governo revolucionário – como a limitação de armamentos, a renúncia a quaisquer

³⁸ No dia 2 de dezembro de 1961, durante cerimônia para a inauguração de uma universidade popular, Fidel Castro declarou publicamente sua adesão ao marxismo-leninismo, provavelmente para conquistar o apoio dos comunistas locais ao seu governo e, ainda, para assegurar a continuidade do auxílio econômico e político proveniente da União Soviética. Entretanto, seu discurso também concorrera para o constrangimento daqueles Estados latino-americanos que promoviam gestões diplomáticas em prol da postergação da Reunião de Consulta, de forma a oferecer o tempo necessário à costura de uma saída bilateral para a crise entre Cuba e o governo norte-americano. Ver: BANDEIRA, 2009, p. 377-81.

campanhas subversivas em outros países do continente e, no limite, até mesmo a interrupção de compromissos militares com o bloco socialista – em troca de garantias norte-americanas quanto à não-intervenção nos assuntos da ilha (BANDEIRA, 2009, p. 384-7).

No entanto, a intransigência dos Estados Unidos, decididamente contrários às iniciativas de acomodação com os revolucionários liderados por Fidel Castro, somada à avaliação feita em Washington acerca do papel exercido pela delegação brasileira no esvaziamento da Reunião de Consulta – tendo o Brasil cerrado fileiras com México, Bolívia, Equador, Argentina e Chile em favor de resoluções que não investissem contra o direito à autodeterminação cubana –, majorara as tensões entre os dois países (AVILA, 2011, p. 61; BANDEIRA, 2001, p. 70-1, 2009, p. 393). A desapropriação de uma subsidiária da *International Telephone & Telegraph* poucos dias após o encerramento do encontro em Punta del Este, promovida por Leonel Brizola, cunhado de João Goulart e àquela altura governador do Rio Grande do Sul, suscitara reações do Congresso norte-americano³⁹ e agravara ainda mais o cenário das relações bilaterais entre Brasília e Washington, sobretudo no tocante à política externa empreendida por esta primeira.

Este quadro de conflagração diplomática, todavia, não interessava ao governo brasileiro, cujos objetivos político-econômicos ainda se prendiam à necessidade de não se incompatibilizar definitivamente em relação à Casa Branca. Não obstante as divergências observadas na Reunião de Consulta, àquela altura o Brasil ainda era tido pelos Estados Unidos como uma peça essencial para o êxito da Aliança para o Progresso na América Latina, programa do qual se esperava obter recursos indispensáveis à resolução da crise econômico-financeira herdada do governo Quadros – com uma elevação inflacionária que, em 1961, atingira o patamar de 35% (FERREIRA, 2019, pos. 7576) – e à realização de projetos voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Estado nacional. Nestas circunstâncias, tornara-se imperativo desenvolver relações menos conflituosas *vis-à-vis* a administração norte-americana.

Assim, no início de abril de 1962, o presidente João Goulart viajaria aos Estados Unidos para encontrar-se com seu homólogo John Kennedy, a fim de aparar as arestas provenientes dos desencontros em relação à questão cubana e da tendência brasileira à nacionalização de serviços públicos – em sua ampla maioria controlados pelo capital estrangeiro. No mais, Goulart também aproveitaria o encontro para tentar desatar acordos financeiros que haviam sido suspensos desde a sua assunção por iniciativa do governo norte-americano, que passara a reclamar maior rigidez da administração brasileira na execução de um programa econômico austero, anti-inflacionário,

³⁹ Diante daquilo que considerara confisco brasileiro à propriedade de uma empresa norte-americana, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a emenda do senador republicano Bourke Hickenlooper ao *Foreign Aid Act*, de 1961, que determinara a suspensão de auxílio econômico a qualquer país que nacionalizasse companhias estadunidenses sem promover a devida compensação financeira. Conferir: BANDEIRA, 2007, p. 578-9; CERVO; BUENO, 2012, p. 384; WEIS, 1993, p. 153-4.

e que atendesse as diretrizes do FMI – uma postura menos indulgente do que aquela dispensada a Jânio Quadros, quando do estabelecimento de acordos de cooperação econômica, em maio de 1961 (BANDEIRA, 2007, p. 579; LOUREIRO, 2013, p. 567-8).

Na ocasião, o presidente brasileiro demonstrara a intenção de comprar aquelas empresas estratégicas sob a posse de companhias norte-americanas no Brasil, mitigando as preocupações em Washington sobre futuras desapropriações como a realizada por Brizola. A manifestação de boa vontade, por assim dizer, de Goulart lhe rendera a assinatura – firmada posteriormente entre San Tiago Dantas e o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk – de um convênio para a aplicação de US\$131 milhões em projetos de desenvolvimento no Nordeste brasileiro durante dois anos, dos quais US\$33 milhões seriam concedidos imediatamente, de forma a publicizar a Aliança para o Progresso no país (WEIS, 1993, p. 154-5). No entanto, Goulart não abdicara das posições assumidas pelo Brasil em relação ao direito à autodeterminação de Cuba. Em discurso realizado na OEA, em Washington, defendera a não-intervenção como premissa basilar para a convivência no interior do sistema interamericano – em um movimento de afirmação da política externa nacional em face dos ditames norte-americanos para a América Latina durante a Guerra Fria (DOMINGOS, 2018, p. 528-9). E diante da assertividade brasileira, o governo dos Estados Unidos não tardaria a reagir.

De volta ao Brasil, Goulart, embora tivesse conquistado certo capital político em função do encontro com Kennedy, tivera de enfrentar o acirramento concomitante das crises econômica e institucional, epitomizadas por reivindicações acerca da realização de uma reforma agrária no país – pauta que defrontava interesses da esquerda e do consórcio entre o empresariado nacional e monopólios estrangeiros, tendo em vista a negativa destes primeiros em relação ao pagamento de indenizações prévias à encampação de terras e propriedades dos últimos (BANDEIRA, 2001, p. 75-6; FERREIRA, 2019, pos. 7701). Perante tal óbice, o Conselho de Ministros, liderado por Tancredo Neves, renunciara, em junho de 1962, deflagrando a crise do modelo parlamentarista, cuja indefinição sucessória aprofundara o desgaste da medida empregada para tolher os poderes e atribuições de João Goulart.⁴⁰ À esteira deste episódio, o presidente brasileiro iniciaria gestões para a antecipação de um plebiscito que decidiria sobre a continuidade, ou não, do sistema que, menos de um ano atrás, lhe privara da integralidade de suas prerrogativas.

⁴⁰ Após a renúncia de Tancredo Neves, João Goulart decidira nomear seu chanceler San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro-Ministro, em uma indicação prontamente recusada pelo parlamento em função da reação conservadora à atuação de Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores. Em seguida, Goulart nomeara o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que colhera imediata reação da esquerda, culminando em sua renúncia, realizada antes mesmo da posse. Assim, o terceiro indicado fora o deputado do Partido Social Democrático (PSD), Brochado da Rocha, que permaneceria no cargo por cerca de quatro meses – renunciando diante da antecipação do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Logo após sua saída, Goulart ainda incumbiria Hermes Lima, àquela altura ministro das Relações Exteriores, para ocupar, simultaneamente, a chancelaria e a cadeira de Primeiro-Ministro, de maneira provisória, até o retorno ao sistema presidencialista. Ver: FERREIRA, 2019, pos. 7716-39.

Instada por expressivas mobilizações das classes trabalhadoras, o movimento de retorno ao presidencialismo, contudo, suscitara a reação de parte da burguesia nacional, que daria início a uma campanha de desestabilização do governo federal – auxiliada econômica e logisticamente pela administração norte-americana, a fim de impelir um realinhamento do Brasil aos desígnios políticos e financeiros da Casa Branca. Neste sentido, a oposição a Goulart passara a se articular em torno da fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e da operacionalização do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em associação com a *Central Intelligence Agency* (CIA) estadunidense. Enquanto o primeiro organismo se dedicara a investigar a suposta infiltração de comunistas no governo brasileiro e disseminá-la entre setores das forças armadas, imprensa e demais órgãos de divulgação, entorpecendo a opinião pública, o segundo aproveitara recursos de empresas estrangeiras para subsidiar a candidatura de políticos reacionários durante as eleições legislativas – e em alguns estados da federação, também para o governo – de outubro de 1962 (BANDEIRA, 2001, p. 81-6, 2007, p. 581-2; DREIFUSS, 1981, p. 232-5).

Tal campanha, longe de restringir-se à política institucional, tendo atuado também junto a movimentos sindicais e camponeses, pretendia tanto acuar o governo de João Goulart quanto refrear o fortalecimento das esquerdas no país – consubstanciado na expansão das organizações populares Brasil afora e na expressiva votação obtida por figuras progressistas naquelas eleições de outubro, não obstante as articulações transnacionais do complexo IPES/IBAD (BANDEIRA, 2001, p. 87). Àquela altura, a evolução da política interna brasileira não atendera às expectativas de Washington, constituindo, então, novo foco de tensão entre os dois países.

Mais tarde, naquele mês, a situação agravar-se-ia sobremaneira após a descoberta norte-americana acerca da instalação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba. No dia 22, o presidente Kennedy transmitira à nação grave pronunciamento quanto à transferência de armamentos entre Moscou e Havana e decretara a instauração de um bloqueio naval para vetar a chegada de novos carregamentos bélicos à ilha. Na oportunidade, a fim de conferir legalidade à medida, convocara uma reunião emergencial do Órgão de Consulta da OEA, com a qual esperava angariar tanto a aprovação para o bloqueio quanto para uma eventual intervenção armada contra Cuba. Contudo, instruído por Goulart, o embaixador brasileiro naquele organismo, Ilmar Penna Marinho, diante da proposição norte-americana, abster-se de votar o parágrafo que autorizaria a utilização de expedientes militares – embora tenha acompanhado os demais Estados americanos, deliberando a favor da quarentena naval (BANDEIRA, 2009, p. 489-91).

A posição do diplomata brasileiro ecoava àquela expressa por Goulart em carta remetida a John Kennedy, na qual defendera os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, e, ainda, tecera críticas à instrumentalização da OEA pelo governo norte-americano, que há muito se valia de tal organismo como uma espécie de bastião ideológico (BANDEIRA, 2001,

p. 88-9, 2009, p. 493-4). Estes comentários, pode-se ponderar, não contribuíam para a distensão das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. No entanto, fora a postura errática em face da questão envolvendo os mísseis soviéticos em Cuba que favoreceu o agravamento das tensões àquela altura. Na oportunidade, a tentativa norte-americana de valer-se da embaixada brasileira em Havana como elo para negociações secretas entre a Casa Branca e os líderes revolucionários apresentara-se como síntese deste comportamento claudicante.

Simultâneo ao discurso de Kennedy quanto à descoberta dos mísseis soviéticos em Cuba naquele dia 22 de outubro, o assim intitulado *ExComm* – grupo de conselheiros designados para instruir o presidente norte-americano durante a crise nuclear –, por intermédio do Secretário de Estado Dean Rusk, fomentara a ideia de utilizar o governo brasileiro como veículo para remeter uma mensagem secreta de Washington a Havana – a ser entregue pelo embaixador do Brasil na ilha, Luís Bastian Pinto. Para além da disposição prévia apresentada pela administração de João Goulart de cooperar em função de uma acomodação entre os Estados Unidos e Cuba, tal escolha parece ter sido motivada pela credibilidade conquistada pelo governo brasileiro junto ao regime cubano, assim como pela praticidade representada pelo livre acesso de seu embaixador à cúpula revolucionária em Havana. No limite, até mesmo a avaliação em Washington acerca da posição ideológica de Bastian Pinto – visto como um confiável anticomunista – parecera concorrer para a predileção pelo Brasil enquanto país intermediário (HERSHBERG, 2004, p. 10).

E a despeito da postura brasileira na OEA e da carta enviada por Goulart a Kennedy, em 26 de outubro o presidente norte-americano validara a remessa de um telegrama ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon – orientando-o a transmitir ao Primeiro-Ministro e chanceler Hermes Lima o objetivo de Washington em contar com a cooperação brasileira para iniciar negociações secretas com o regime cubano em função da remoção dos mísseis soviéticos inseridos na ilha. Para tal, o governo de Goulart deveria enviar a Castro uma proposta: a retirada do armamento nuclear trazido de Moscou – que, conforme a mensagem a ser entregue, colocara a revolução em perigo ao utilizar o território cubano como elemento de barganha em sua disputa com os Estados Unidos –, o rompimento de relações políticas e militares com a União Soviética e o abandono dos esforços de espraio revolucionário junto a outros Estados do continente americano em troca de garantias estadunidenses quanto à não-intervenção nos assuntos internos de Cuba (HERSHBERG, 2004, p. 26; LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 56).

De forma a ocultar a origem da iniciativa, contudo, o telegrama enfatizara a importância da discrição no curso das conversações – que deveriam ser apresentadas por Bastian Pinto como resultado de uma diligência exclusivamente brasileira. E a preocupação da Casa Branca em não ser identificada enquanto fomentadora de tal operação era tamanha ao ponto de Lincoln Gordon ter orientado a chancelaria brasileira a evitar o uso de correspondência diplomática, priorizando

a entrega pessoal da mensagem elaborada por Washington (HERSHBERG, 2004, p. 29-30). No entanto, apesar de considerar tal iniciativa uma importante oportunidade para o posicionamento internacional do Brasil nos marcos da Guerra Fria – haja vista a dimensão da crise em curso –, o governo de João Goulart demonstraria não estar disposto a seguir à risca as orientações vindas da administração norte-americana àquela altura.

Assim, no lugar do embaixador brasileiro em Havana, Goulart delegara a tarefa ao Chefe da Casa Militar, o general Albino Silva – taxado como um esquerdista antiamericano pela Casa Branca. Outrossim, a Missão Albino, como ficara conhecida a operação, não atendera ao pedido dos Estados Unidos por discrição – tendo o governo brasileiro publicizado incessantemente seu papel enquanto mediador, fosse por meio de vazamentos à imprensa, pronunciamentos oficiais, informes remetidos aos parlamentares locais ou mesmo de comunicações mantidas com Estados com representação diplomática em Havana (Idem, p. 41-3). E ainda que a participação do Brasil não tenha sido decisiva para a resolução da crise – haja vista o acordo negociado entre Kennedy e Krushev pela retirada dos mísseis –, a negligência do governo brasileiro no curso da operação aprofundara as apreensões em Washington a respeito de João Goulart.

Portanto, uma vez superada a chamada Crise dos Mísseis, as atenções do governo norte-americano se voltaram com maior severidade para o presidente brasileiro, deslocando o governo de Goulart para o núcleo da agenda dos Estados Unidos nos limites da Guerra Fria, situando-o como o mais urgente problema a ser solucionado na América Latina (BANDEIRA, 2001, p. 93; WEIS, 1993, p. 157). E a intransigência da diplomacia brasileira em face das diversas investidas estadunidenses *vis-à-vis* Cuba somar-se ia à inabilidade da administração de Goulart em conter a escalada inflacionária no país; a não resolução quanto ao pagamento das indenizações devidas a empresas norte-americanas expropriadas naquele ano; o aguçamento das contradições sociais; a crescente participação de movimentos populares junto à política institucional; e, também, aos esforços para incrementar as relações comerciais com a União Soviética, para compor o quadro negativo desenhado pela Casa Branca a respeito da manutenção de João Goulart enquanto chefe do Executivo brasileiro. Daí em diante, salvo algumas tentativas de conciliação entre ambos os governos, Washington passara a conspirar abertamente contra o presidente brasileiro – gestando iniciativas voltadas à sua desestabilização definitiva.

Assim, o período que antecederia a eclosão do golpe civil-militar que derrubaria Goulart, em 31 de março de 1964, fora marcado pela deterioração progressiva das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo o governo deste último pressionado incessantemente pela aplicação de uma plataforma econômica austera que, sabidamente, concorreria para a implosão do suporte popular prestado à administração brasileira; distribuído os recursos da Aliança para o Progresso, à revelia do Executivo, a estados governados por lideranças políticas conservadoras e próximas

a Washington – com a assim intitulada política das ilhas de sanidade administrativa⁴¹ –; e, ainda, oferecido apoio logístico à conspirata militar que àquela altura já ganhava forma no interior das forças armadas brasileiras. E embora a urdidura golpista não possa ser atribuída exclusivamente à agência norte-americana, a participação da Casa Branca em toda a campanha – que não findara após o assassinato de John Kennedy, em fins de 1963, sendo, ao contrário, intensificada a partir da investidura de Lyndon Johnson – sintetizara o distanciamento entre os interesses dos Estados Unidos e a política empreendida pelo governo de João Goulart – tanto naquilo que dizia respeito às questões econômicas do país quanto no posicionamento internacional, sobretudo em matérias que envolvessem a situação de Cuba no continente americano.

No entanto, a despeito das divergências entre Brasília e Washington no tocante à questão cubana, antes mesmo da Crise dos Mísseis, a administração norte-americana recorrera aos bons ofícios do governo brasileiro para estabelecer comunicações secretas com o regime cubano. Em face da crise aberta pela eventual execução dos prisioneiros envolvidos com a frustrada invasão à Baía dos Porcos, o Brasil fora instado a mediar de maneira informal – a exemplo do expediente que seria utilizado em outubro de 1962 – as conversações entre a Casa Branca e líderes políticos em Havana, com o objetivo de minorar os riscos provenientes de um acirramento dos conflitos naquelas circunstâncias. No capítulo subsequente, portanto, será pormenorizada a participação do Brasil nas negociações pela não execução dos exilados cubanos aprisionados pelo regime de Fidel Castro, relacionando-a tanto aos interesses do país na arena internacional quanto ao estado das relações bilaterais com os Estados Unidos.

4. O BRASIL COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-CUBA

Entre fins de março e meados de abril de 1962, um agrupamento com aproximadamente 1,2 mil exilados cubanos fora levado a julgamento em Havana, denunciados por traição à pátria, em razão da participação na frustrada invasão à Baía dos Porcos, em abril do ano anterior, numa operação que contou com a orquestração e o financiamento do governo norte-americano. Diante da possibilidade de execução destes prisioneiros, assim como do desencadeamento de uma crise envolvendo não apenas Cuba e os Estados Unidos, mas também a União Soviética, o presidente John Kennedy recorrera ao governo brasileiro, a fim de encetar contatos secretos com lideranças cubanas, tentando aplacar a escalada das hostilidades em curso.

⁴¹ A política das ilhas de sanidade administrativa adotada pelo governo norte-americano consistira no oferecimento de recursos da Aliança para o Progresso a estados como São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, cujos governadores, além da simpatia *vis-à-vis* Washington, também fomentavam a oposição interna à administração de Goulart àquela altura. Tal medida objetivava, a um só tempo, fortalecer os opositores do presidente brasileiro e tolher a capacidade de ação do Executivo, restringindo suas alternativas diante do crescimento político destes primeiros. Neste sentido, esperava-se que o financiamento de “forças amigáveis” contribuísse para o ocaso do governo federal, que não mais disporia do auxílio econômico estadunidense. Conferir: LOUREIRO, 2020, p. 143-5.

E a escolha pelo Brasil enquanto emissário informal de Washington em face de Havana, estima-se, fora motivada pela disposição do país em salvaguardar o direito à autodeterminação cubana diante das investidas norte-americanas contra o governo revolucionário estabelecido na ilha após a Revolução de 1959 – algo que certamente seria ponderado pelos líderes cubanos em possíveis bons ofícios da chancelaria brasileira. Assim, considerando as divergências suscitadas pela política externa do Brasil entre os governos de João Goulart e de John Kennedy, sobretudo em relação à questão cubana, cumpre examinar a atuação brasileira e avaliar as implicações de tal operação para o ambiente político interno e suas repercussões internacionais.

4.1. *Invasão à Baía dos Porcos e os primeiros contatos secretos entre Washington e Havana*

À medida que as tensões entre os Estados Unidos e Cuba recrudesciam, o governo norte-americano decidira tramocar a deposição das lideranças e do novo regime cubano. Ainda em 1959, quando a chegada dos rebeldes ao poder nem sequer completara um ano, a destituição de Fidel Castro – incluindo seu eventual assassinato – tornara-se pauta recorrente entre figuras políticas e militares estadunidenses. Em março de 1960, diante das relações cada vez mais estreitas entre Havana e Moscou, assim como das iniciativas revolucionárias empreendidas em detrimento dos investimentos norte-americanos na ilha, entre as quais sobressaía a reforma agrária promovida no ano anterior, o presidente Dwight Eisenhower aprovou um plano de ação intitulado *Program of Covert Action Against Castro Regime* – que, por sua vez, somar-se-ia aos esforços realizados em Washington para sabotar a economia cubana. Tratava-se, portanto, de um conjunto de ações contrarrevolucionárias, tais como a organização de grupos paramilitares, a serem treinados para futuras operações de guerrilha em Cuba, e a difusão de propagandas subversivas (BANDEIRA, 2009, p. 255-6; GLEIJESES, 1995, p. 5; RABE, 2016, p. 69).

Entretanto, conforme determinação do presidente norte-americano, tais planos deveriam ser executados com a maior discrição possível, haja vista suas ressalvas quanto às repercussões internacionais, caso o governo dos Estados Unidos fosse identificado com atos de agressão *vis-à-vis* Havana. Assim, insuflado pelo êxito da operação PBSUCCESS, com a qual a Casa Branca promovera, por intermédio da CIA, um golpe contra o presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz, em 1954, Eisenhower mais uma vez recorreu às *covert actions* para lidar com um governo que buscava escapar ao domínio norte-americano. Com um orçamento original de aproximadamente US\$4 milhões, o programa idealizado para subjugar o governo revolucionário cubano, portanto, buscava instrumentalizar aquilo que restara da oposição interna ao regime de Castro, com focos guerrilheiros concentrados sobretudo nas cordilheiras de *Escambray*, e organizar, fora de Cuba, uma coalizão dos diversos grupos contrarrevolucionários desordenados pelo exílio. Desta forma

seria possível dissimular a participação norte-americana, uma vez que as ações organizadas pela CIA se confundiriam à atuação de elementos locais, por assim dizer.

Neste particular, em meados de junho de 1960, fora constituída a *Frente Revolucionario Democrática* (FRD), uma organização de fachada que aglutinaria os exilados cubanos, de forma a possibilitar a emergência de uma liderança representativa e coesa, e, ainda, recrutaria, na ilha, indivíduos dispostos a empreenderem táticas de guerrilha e incitarem levantes populares contra o regime revolucionário – viabilizando futuras incursões contra Cuba (GLEIJESES, 1995, p. 6; JONES, 2008, p. 19). Simultaneamente, foram instituídos centros operacionais, tanto no próprio território norte-americano, em locais como Flórida, Louisiana, Texas e Virgínia, bem como em outros países, como México e Panamá, onde aproximadamente 300 voluntários seriam reunidos para a realização de treinamentos militares.

Mais tarde, estes centros seriam transferidos para a cidade de Retalhuleu, na Guatemala, após acordo estabelecido com o presidente daquele país, Ydígoras Fuentes. Em duas plantações de café pertencentes a Roberto Alejos, irmão do embaixador guatemalteco nos Estados Unidos, Carlos Alejos, a CIA estabeleceu um núcleo de treinamentos intitulado *Camp Trax*, no qual os exilados cubanos formariam a Brigada de Assalto 2506 – nomeada após o acidente que vitimara Carlos Rodríguez Santana, um voluntário identificado por aquele número de série (QUESADA, 2009, p. 10-1). Esta unidade, comandada por “Pepe” Pérez San Román, um proeminente militar dos tempos de Fulgêncio Batista, seria responsável pela tarefa de infiltrar seus combatentes em Cuba, articulando-se aos focos guerrilheiros já em operação na ilha.

Não obstante, conforme avaliação da força-tarefa coordenada por Richard Bissel, àquela altura responsável pela Divisão de Operações da CIA, as medidas adotadas até aquele momento seriam insuficientes para a derrubada de Castro e seu regime revolucionário, devendo o governo norte-americano fomentar uma operação de maior monta, incluindo a utilização de aviões B-26 para a criação de uma força aérea clandestina e o aumento expressivo do contingente paramilitar envolvido nas atividades subversivas. De acordo com Bissel, a estratégia original, que pretendia infiltrar 300 combatentes em Cuba, em pequenos grupos, de forma a alimentar as guerrilhas em *Escambray*, deveria ser preterida em função de uma operação anfíbia, na qual aproximadamente 1.500 homens desembarcariam na ilha, impulsionando uma imaginada insurreição generalizada no país (GLEIJESES, 1995, p. 10; JONES, 2008, p. 20). Tais mudanças diziam respeito, estima-se, à ineficácia das ações de infiltração e suprimento das forças guerrilheiras em Cuba, em muito prejudicadas pela cruzada repressiva de Castro.⁴² Cômico das atividades contrarrevolucionárias

⁴² Ainda em setembro de 1960, Fidel Castro se mostrara ciente das operações realizadas na Guatemala, assim como do apoio prestado pela CIA às guerrilhas contrarrevolucionárias localizadas nas montanhas de *Escambray* e demais localidades rurais da ilha. Para reprimir estes grupos e mitigar o espraiamento das atividades subversivas em Cuba, o governo revolucionário armara parte da população, formando milícias atuantes em todo o país. Em 1961, segundo

desenvolvidas pelo governo norte-americano, o líder cubano instituiria os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), ordenando um esquema de vigilância interna capaz de inviabilizar quaisquer atividades subversivas na ilha (BANDEIRA, 2009, p. 272).

Para fazer frente ao aparato militar cubano, portanto, os exilados reunidos na Guatemala deveriam dispor de novos instrumentos para a execução de suas atribuições. Diante da alteração estratégica aventada pela CIA, o presidente Eisenhower autorizara um aporte de US\$13 milhões ao orçamento do programa anticastrista, facultando o emprego de recursos humanos e materiais do Departamento de Defesa durante as operações – exceção feita à participação de combatentes estadunidenses em confrontos militares. Ato contínuo, também ratificara o incremento logístico oferecido aos membros da Brigada 2506 em *Camp Trax* – que passariam a receber treinamentos e insumos para operações armadas convencionais. Entretanto, tal ampliação custaria ao governo Eisenhower a execução imediata de quaisquer diligências contra Cuba, as quais precisariam ser subscritas pelo futuro mandatário norte-americano, o recém-eleito John Kennedy (GLEIJESES, 1995, p. 12-3) – àquela altura já ciente das articulações contrarrevolucionárias.

Ainda ao longo da campanha eleitoral, na qual Cuba adquirira a centralidade dos debates entre Kennedy e o então vice-presidente Richard Nixon, o senador democrata acusara o governo norte-americano de não agir com a firmeza necessária contra o regime revolucionário de Castro. Após a vitória no pleito, fora informado por Bissel sobre a movimentação dos exilados cubanos na Guatemala e aprovava, ainda que de maneira tácita, a continuidade dos exercícios durante os momentos finais do governo Eisenhower (Idem, p. 14). Uma vez empossado, contudo, Kennedy passara a questionar o andamento das operações, sobretudo a crescente implicação de instâncias governamentais junto ao programa – que, esperava-se, conservasse o aspecto de um movimento estritamente operado por indivíduos cubanos fora da ilha. Tais considerações foram tecidas pelo novo presidente estadunidense já nos primeiros dias de seu mandato, quando recebera um aporte maior de informações acerca dos planos em curso.

Em 28 de janeiro de 1961, a força-tarefa da CIA expusera a Kennedy um resumo daquela que fora batizada de operação Trinidad, um plano de invasão baseado no desembarque de forças clandestinas, apoiadas por contingentes aéreos e navais, cujo objetivo consistiria na delimitação de uma cabeça de praia em Cuba – por intermédio da qual seria possível estabelecer um governo provisório e promover uma guerra civil, o que daria margem à intervenção armada dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2009, p. 274; GLEIJESES, 1995, p. 20; GOTT, 2006, p. 221). Conforme o exposto por Bissel e demais agentes, tal operação dispunha de consideráveis chances de êxito em função da localização privilegiada na qual seriam realizados os desembarques, numa região

estimativas oficiais, a campanha repressiva quase que dizimara os focos guerrilheiros na ilha – tanto os já existentes quanto aqueles introduzidos pelos Estados Unidos. Conferir: BANDEIRA, 2009, p. 272-3.

próxima às montanhas de *Escambray* e de difícil acesso para as milícias de Castro. Ademais, a cidade de Trinidad, conhecida por manifestações contrarrevolucionárias, seria o local ideal para o estabelecimento de um centro subversivo na ilha (GLEIJESES, 1995, p. 22; JONES, 2008, p. 37-8). Contudo, a apresentação não convenceria Kennedy, que solicitara estudos sobre métodos para a invasão de Cuba que não dependessem exclusivamente da participação direta dos Estados Unidos – e que não ameaçassem a aparência reformista de sua administração.

A principal queixa do presidente norte-americano dizia respeito às implicações políticas de um ataque ostentoso como aquele idealizado pela CIA. A fim de proteger os combatentes da Brigada 2506, a equipe encabeçada por Bissel projetara a realização de ataques aéreos contra o território cubano antes e durante os desembarques – de forma a neutralizar o potencial defensivo de Havana. Diante da impossibilidade de apresentar estas investidas como movimentos nativos, tendo em vista a inaptidão dos exilados cubanos àquela altura para conduzirem os bombardeiros B-26 cedidos pela administração estadunidense, o *staff* de Kennedy resistira ao plano, alegando que este revelaria a participação de Washington e comprometeria a imagem dos Estados Unidos junto ao cenário internacional (JONES, 2008, p. 41).

E se a administração Eisenhower solicitara discricção no desenvolvimento das operações, o governo de John Kennedy levaria esta demanda às últimas consequências, ainda que para isso tivesse de impor restrições de natureza política aos planos militares em curso. Assim, descartara a operação Trinidad, em favor de um plano de ação alternativo, que privilegiasse desembarques noturnos – evitando que os navios de transporte pudessem ser reconhecidos – e em locais menos populosos. E após encomendar a Bissel uma revisão operacional, Kennedy aprovava, em 29 de março, a operação Zapata, que alterara o local de desembarque para a região da Baía dos Porcos. Não obstante, o presidente vetara a participação de militares norte-americanos na invasão, assim como reservara para si o direito de cancelar a operação até 24 horas antes da chegada das forças exiladas (BANDEIRA, 2009, p. 295; GLEIJESES, 1995, p. 35-6; JONES, 2008, p. 55-6). Logo após a escolha da nova área de desembarque – a despeito das complicações geográficas⁴³ – fora definida a data para o início das investidas contra o regime revolucionário cubano, previsto para as primeiras horas do dia 17 de abril de 1961.

⁴³ Escolhida por ser uma região remota, a Península de Zapata, que abrigava a Baía dos Porcos, apresentara-se aos estrategistas estadunidenses como uma área favorável à realização de desembarques seguros, nos quais os exilados cubanos encontrariam pouca ou nenhuma reação por parte das milícias de Castro. Dada sua constituição pantanosa, estimava-se que a área representasse uma defesa natural para a Brigada 2506. No entanto, esta avaliação não levava em conta as melhorias realizadas pelo governo cubano naquela região, tampouco as dificuldades que uma zona tão inóspita apresentaria aos próprios invasores. Caso estes precisassem recolher-se às montanhas para o soerguimento de guerrilhas, precisariam percorrer um pântano de aproximadamente 130 quilômetros, repleto de ameaças naturais como cobras, crocodilos, mosquitos e um sem fim de espécies venenosas que formavam uma verdadeira armadilha geográfica. Não obstante, a região fora selecionada para atender as exigências políticas feitas pelo *staff* de Kennedy àquela altura. Consultar: GOTT, 2006, p. 221; JONES, 2008, p. 56-60.

Sendo assim, já no dia 9 daquele mês houve o início das mobilizações para o lançamento da operação. A base de comando em *Camp Trax* recebera ordens para transferir os combatentes da Brigada 2506 para uma base em Puerto Cabezas, na Nicarágua, de onde seriam transportados junto aos seus equipamentos em direção a Cuba (BANDEIRA, 2009, p. 298; QUESADA, 2009, p. 18). Lá, os exilados cubanos receberiam orientações de funcionários norte-americanos – tanto da CIA quanto de outras instâncias governamentais – acerca dos desembarques e da articulação diante dos contingentes contrarrevolucionários ainda em operação na ilha. Na ocasião, também seriam informados sobre a cobertura militar que seria oferecida por Washington – incluindo um outrora indeferido ataque aéreo e uma expedição de reconhecimento aos locais de desembarque. Tais iniciativas, apesar das resistências do presidente Kennedy, tinham por intuito salvaguardar a ação dos combatentes em território cubano, ao inutilizar as defesas aéreas de Castro e bloquear o acesso de suas tropas aos locais de chegada dos exilados. Para convencer o mandatário norte-americano, entretanto, fora necessário fazer com que estas ações parecessem ser resultado direto da agência cubana e não um empreendimento estadunidense.

Neste particular, estipulara-se um primeiro ataque aéreo, conduzido por pilotos cubanos, dois dias antes da invasão. Conforme o planejado, o atentado deveria ser seguido pelo pouso de duas aeronaves nos Estados Unidos – onde os seus condutores deveriam identificar-se enquanto desertores das forças castristas, assumindo a autoria dos ataques movidos contra as bases aéreas de *San Antonio de Los Baños* e *La Libertad*, bem como ao aeroporto *Antonio Maceo*, na manhã do dia 15 de abril (JONES, 2008, p. 72; QUESADA, 2009, p. 20). Tal diversionismo, estimava-se, resguardaria a administração norte-americana de quaisquer associações ao desembarque dos contingentes exilados em Cuba.

No entanto, os bombardeios não produziram os efeitos aguardados, haja vista a cognição de Fidel Castro a respeito das operações norte-americanas. Assim, o governo cubano dispersara suas aeronaves pela ilha e protegera os campos de aviação com canhões antiaéreos, preservando a maior parte de sua frota. Outrossim, o ataque aéreo também servira a Havana como prenúncio para as invasões, impelindo o regime a desencadear uma nova onda repressiva no país, de forma a inviabilizar o curso contrarrevolucionário. Dali em diante, aproximadamente 150 mil pessoas [sic] foram detidas em Cuba – acusadas de participação em ações subversivas – e outras dezenas de lideranças opositoras seriam fuziladas nos dias seguintes, o que praticamente desmontara a rede de apoio constituída para aguardar o desembarque da Brigada 2506 e somar forças contra o exército nacional (BANDEIRA, 2009, p. 304-5). E Kennedy, receando a repercussão negativa que um segundo ataque poderia exercer sobre a imagem política de sua administração, cancelara a execução de novos bombardeios e o oferecimento de cobertura aérea aos invasores, relegando-os à própria sorte diante da presumida reação castrista. O governo norte-americano, por sua vez,

limitar-se-ia a acompanhar os desembarques e reconhecer, uma vez constituída, a administração provisória da ilha, liderada pelo Conselho Revolucionário Cubano, na figura de Manuel Artime. Só aí Washington passaria a sustentar militarmente – e de forma oficial – a sublevação (JONES, 2008, p. 92; QUESADA, 2009, p. 22-3).

Assim, embora não conhecesse com exatidão o local onde ocorreriam os desembarques, previstos para *Playa Larga* e *Playa Girón* – ao sul da Baía dos Porcos –, Castro não encontraria grandes dificuldades para combater o avanço dos invasores. A milícia estacionada naquela área, como parte dos esforços de defesa da Revolução, conseguira não apenas refrear o deslocamento da Brigada 2506, ainda que com baixas consideráveis, mas também acautelar Havana acerca do início das operações contrarrevolucionárias na ilha. Ato contínuo, o líder cubano mobilizara um expressivo aparato de artilharia contra o grupo de exilados, incluindo a utilização do que restara da frota aérea e de companhias de tanques, e saíra da capital em direção ao *front* de batalha. Em razão da resposta rápida aos ataques, as forças de Castro lograram, já no dia 17 de abril, afundar dois dos navios que transportavam material humano e bélico das tropas anticastristas, bem como neutralizar as demais embarcações, negando a possibilidade de fuga aos rebeldes (BANDEIRA, 2009, p. 305-6; GOTT, 2006, p. 222).

Sem o amparo militar norte-americano, as tropas lideradas por “Pepe” San Román foram esfaceladas pelo exército cubano em apenas dois dias de combate. Dispersos pela ilha, os grupos contrarrevolucionários tornar-se-iam alvos fáceis para a repressão de Fidel Castro, que vitimara por volta de uma centena de invasores no curso dos confrontos e capturara, já nos dias seguintes, outros 1.189 insurgentes – incluindo as lideranças políticas e militares do movimento, tais como Manuel Artime e o próprio San Román (BANDEIRA, 2009, p. 310; QUESADA, 2009, p. 46). Destes, apenas cinco oficiais foram condenados à morte devido às suas atividades ainda à época da ditadura de Batista, enquanto os demais seriam recolhidos às fortificações coloniais e prisões espalhadas pelo país, sobretudo em Havana.

E a derrota da Brigada 2506 em Cuba constituiria elemento de grande preocupação para Washington – implicado e identificado com o movimento contrarrevolucionário –, não somente pelo caráter humilhante de tamanho revés diante de uma diminuta ilha do Caribe, mas sobretudo devido aos desdobramentos que a capitalização política promovida pelo governo revolucionário em relação àqueles prisioneiros poderia acarretar para a imagem e a posição dos Estados Unidos na arena internacional. Enquanto estes serviam a Havana como símbolos da resistência nacional às investidas norte-americanas e espólio de guerra, também representariam, para a Casa Branca, verdadeiras insígnias da vergonha.

Os erros estratégicos que conduziram ao fracasso da operação, entre os quais sobressaía a avaliação equivocada e persistente acerca do apoio popular desfrutado pelo governo de Castro,

tornar-se-iam um fardo político para a administração recém empossada de John Kennedy – cujo ânimo para angariar uma vitória prematura no curso da Guerra Fria o fizera ignorar advertências a respeito das dificuldades e custos de uma empreitada como aquela. E insuflado pelas garantias oferecidas pela CIA e demais elementos militares quanto ao soerguimento de uma rebelião local no instante em que as forças contrarrevolucionárias obtivessem o domínio de parte do território cubano, o mandatário norte-americano assentira, ainda que de forma hesitante, com a realização de uma aventura destinada ao fracasso em função de suas próprias contingências (BANDEIRA, 2009, p. 311-2; RABE, 2003, p. 32-4). Não obstante, sendo ele a figura de proa em Washington, não seria possível tergiversar sobre equívocos e culpabilidades. Só restaria a Kennedy expressar publicamente sua responsabilidade pela malograda invasão à Baía dos Porcos.

E assim o fizera ao assumir à imprensa a participação dos Estados Unidos na articulação e no fiasco da operação – referindo-se a um antigo ditado: “*Victory has a thousand fathers, and defeat is an orphan*”, ao qual acrescentaria a afirmação de ser o responsável direto pelo governo. Tamanha responsabilização também abarcaria as matérias envolvendo a vida dos rebeldes feitos prisioneiros em Cuba, quando Kennedy comunicara a Richard Goodwin, um de seus assessores, a pretensão de encetar negociações pela libertação dos membros da Brigada 2506: “*They trusted me. And they’re in prison now because I fucked up [...]. I have to get them out*” (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 43). No entanto, em face das implicações políticas quanto à abertura de contatos *vis-à-vis* Havana – haja vista uma prevista repercussão negativa junto à opinião pública interna e o fato de os dois países estarem rompidos diplomaticamente àquela altura –, o governo norte-americano procuraria estabelecer comunicações secretas com o regime revolucionário em prol de um entendimento quanto à situação daqueles prisioneiros e da fundação de uma eventual trilha de reaproximação diplomática.

Margem para tais manobras havia, inclusive junto às próprias lideranças revolucionárias em Cuba. No curso da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), sediada em Punta del Este, entre os dias 5 e 17 de agosto de 1961, na qual seria discutida a distribuição de recursos da Aliança para o Progresso na América Latina, Ernesto *Che* Guevara, enquanto Ministro da Indústria cubano, embora proferisse críticas ao programa norte-americano e seus objetivos, ensejara um encontro privado com Richard Goodwin após o encerramento da conferência. Providenciada pelos diplomatas Horácio Rodríguez Larreta, argentino, e Edmundo Barbosa da Silva, brasileiro, a reunião ocorrera no dia 18 daquele mês e representara a primeira iniciativa para o restabelecimento de contatos entre Washington e Havana após a invasão à Baía dos Porcos – a qual Guevara agradecera ironicamente, afirmando que esta apenas fortalecera o governo revolucionário, à medida que igualara aquela diminuta ilha ao seu portentoso agressor estadunidense (BANDEIRA, 2009, p. 348).

Na ocasião, o revolucionário cubano ainda expressaria a Goodwin a intenção de assentar uma espécie de *modus vivendi*, i.e., uma dinâmica de coexistência entre os dois países. Para tal, propusera uma agenda a ser seguida pelo governo cubano em favor das negociações com a Casa Branca, incluindo o pagamento de indenizações às companhias norte-americanas expropriadas; garantias quanto ao não estabelecimento de alianças políticas com o bloco socialista – a despeito de suas afinidades ideológicas –; a convocação de eleições livres, mediante a institucionalização da Revolução e de seu partido único; a suspensão das atividades subversivas em outros Estados da América Latina; e, ainda, o compromisso de não atacar a base estadunidense em Guantánamo (BANDEIRA, 2009, p. 348-9; LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 45).

A disposição de *Che* Guevara em estabelecer algum entendimento com o governo norte-americano, contudo, fora interpretada por Goodwin como manobra decorrente das dificuldades econômicas enfrentadas pelo regime àquela altura – as quais a União Soviética não se mostrara capaz ou disposta a contornar. Ao menos fora esta a avaliação por ele apresentada ao presidente Kennedy quando de seu retorno aos Estados Unidos. E ainda que não se possa afirmar que estas considerações determinaram a resposta da Casa Branca à iniciativa cubana, é possível especular sobre a concorrência destas para a escolha de Kennedy em aprofundar as operações subversivas contra Fidel Castro – consubstanciadas na assim titulada operação *Mongoose*⁴⁴ – em detrimento do estabelecimento de canais de comunicação e articulações políticas *vis-à-vis* Havana, tal qual aventado por Guevara em Punta del Este.

No entanto, meses antes, o próprio Kennedy, tentando mitigar possíveis reverberações internacionais provenientes dos conflitos em curso entre os Estados Unidos e Cuba, recorrera a intermediários para realizar contatos secretos com o regime cubano. E o primeiro exercício para tais iniciativas se desenvolveu justamente a partir da prisão dos integrantes da Brigada 2506. É bem verdade que o governo revolucionário se dispusera de imediato a negociar a libertação dos prisioneiros, fosse pelos custos políticos e econômicos de mantê-los indefinidamente no país – ou, em última instância, de executá-los – ou, também, pela oportunidade de barganha que aquele contingente representara para Havana em face de Washington, podendo esta primeira demandar da última o pagamento de indenizações em favor da liberdade dos invasores. E assim, ainda em maio de 1961, Fidel Castro propusera uma permuta ao governo norte-americano: os “*imperialist soldiers*” por tratores de fabricação estadunidense (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 48).

⁴⁴ Após a derrota na Baía dos Porcos, o presidente John Kennedy estimulava a manutenção de políticas subversivas *vis-à-vis* o governo revolucionário cubano, delegando ao seu irmão e Procurador-Geral, Robert Kennedy, a elaboração de um grupo especial destinado ao estudo de medidas contrarrevolucionárias a serem aplicadas contra a ilha. E em meados de novembro de 1961, aprovava um plano de ação intitulado operação *Mongoose*, coordenado por Edward Landsdale – especialista em contra insurgência, área na qual se destacara quando de sua atuação nas Filipinas e no Vietnã –, que procuraria, por meio de atos de terrorismo, sabotagem e propagandas de guerra, insuflar uma rebelião em Cuba – a fim de desestabilizar o regime de Fidel Castro e ocasionar a sua destituição. Consultar: FREEDMAN, 2000, p. 153-60; GOTT, 2006, p. 223; RABE, 2003, p. 35-6.

De forma a evitar o contato direto entre as duas administrações, o presidente Kennedy instituiria uma organização de fachada, o assim intitulado *Tractors-for-Freedom Committee*⁴⁵, que ficaria responsável por negociar a troca sugerida pelo líder cubano.

Para iniciar as conversações, Castro libertara e enviara aos Estados Unidos dez membros da Brigada, orientando-os a se encontrar com o Comitê instituído por Kennedy e apresentar as reivindicações do regime revolucionário, sendo: 500 tratores de grande porte – ou maquinário semelhante – e peças em quantidade suficiente para pelo menos cinco anos de manutenção dos equipamentos. Em solo estadunidense, a delegação seria acompanhada por José Miró Cardona, ex-Primeiro Ministro cubano à aurora da Revolução de 1959, e Manuel Antonio de Varona, que exercera posto semelhante no início da década de 1950, de forma a encobrir a iniciativa norte-americana em prol das negociações e apresentá-la como diligência do Conselho Revolucionário Cubano e entes da comunidade exilada nos Estados Unidos – muito embora o próprio Kennedy apoiasse publicamente a realização das tratativas.

De imediato, as demandas de Fidel Castro foram avaliadas em aproximadamente US\$20 milhões, o que motivara a realização de campanhas beneficentes para arrecadação desta quantia, mas também suscitara a oposição de elementos conservadores, contrários ao pagamento daquilo que entendiam como uma chantagem do líder cubano. Na imprensa norte-americana, a aventada troca dos prisioneiros por tratores chegara a ser comparada com a proposição de Hitler, ao longo da Segunda Guerra, que oferecera prisioneiros judeus em razão do recebimento de caminhões.⁴⁶ Outrossim, lideranças do Partido Republicano no Congresso também contestariam o apoio dado por Kennedy às negociações, afirmando que qualquer concessão feita ao regime cubano poderia concorrer para perda de prestígio dos Estados Unidos na arena internacional.⁴⁷ No limite, houve mesmo quem apontasse as solicitações de Castro como uma ameaça à segurança nacional norte-americana, uma vez que este poderia utilizar o maquinário para fins militares – o que fortificaria um governo hostil aos interesses de Washington (TRIAY, 2001, p. 133).

Diante da resistência interna, o Comitê enviara uma contraproposta a Havana, sugerindo a remessa de 500 tratores de menor porte, a serem despachados esporadicamente à ilha, e dando um prazo de cinco dias para que o governo cubano respondesse àquela oferta. Como presumido, Castro rejeitara a proposta norte-americana, destacando a incapacidade daquela organização de conduzir as negociações em direção a resultados concretos. No mais, admoestara a Casa Branca, em tom de ameaça, reafirmando o direito do regime revolucionário de aplicar penas exemplares

⁴⁵ O comitê organizado pessoalmente por Kennedy contara com a participação de personagens de destaque da vida política norte-americana, a exemplo da ex-primeira dama Eleanor Roosevelt, de Milton Eisenhower, irmão do ex-presidente, de Joseph Dodge, responsável pelo orçamento durante a administração de Eisenhower, e, por fim, do líder da União dos Trabalhadores Automobilísticos, Walter Reuther.

⁴⁶ CORREIO Braziliense. Brasília, 23 de mai. 1961, ed. 327, 1º cad., p. 2.

⁴⁷ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de mai. 1961, ed. 122, 1º cad., p. 2.

aos implicados na invasão à Baía dos Porcos – classificados traidores da pátria à serviço de uma nação estrangeira (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 48-9). Não obstante, Fidel convidara a direção do Comitê para uma viagem até Cuba, com o objetivo de realizar negociações pessoais e diretas. Assim, em 13 de junho de 1961, desembarcara em Havana uma equipe técnica enviada por aquela entidade para discutir o modelo dos tratores envolvidos na operação de troca. E salvo o desapontamento com a ausência das principais figuras do Comitê, as conversações evoluíram para novas possibilidades de resolução.

De forma a viabilizar as negociações, Castro solicitara US\$28 milhões em dinheiro, em créditos ou mesmo em tratores de menor porte do que aqueles inicialmente demandados. Ainda, sugerira, suplementarmente, uma troca entre os três principais líderes da Brigada 2506 – a saber, “Pepe” San Román, Manuel Artime e Rafael Bolívar Fuentes – por presos políticos sob custódia do governo estadunidense – especificamente, o líder nacionalista porto-riquenho, Pedro Albizu Campos, o ativista por direitos civis e comunista Henry Winston e o cubano Francisco Molina.⁴⁸ Entretanto, o Comitê – instruído pela Casa Branca – rechaçara a oferta de Castro, insistindo nos termos de sua contraproposta inicial, a qual Havana deveria responder, no máximo, até o dia 23 de junho. Mais uma vez o líder cubano ignoraria os prazos norte-americanos, propondo, naquela mesma data, novo envio da comitiva de prisioneiros aos Estados Unidos, para que estes dessem seguimento às negociações. Paralelamente, enviara ao governo norte-americano um recado, por intermédio do jornalista Tad Szulc, indicando a importância daquelas conversações para futuros contatos entre Washington e Havana (Idem, p. 49).

A persistência nas negociações e o aceno enviado ao presidente Kennedy demonstravam a disposição de Fidel Castro em arregimentar um *modus vivendi* entre o governo revolucionário cubano e a administração norte-americana. Tamanho ímpeto, no entanto, não seria identificado, àquela altura, no mandatário estadunidense. Mais interessado em não parecer brando em relação à ameaça comunista encarnada pelos revolucionários em Cuba, John Kennedy decidira encerrar as atividades do Comitê em junho daquele ano – e, outra vez, abandonar os membros da Brigada 2506 à própria sorte. Em face do iminente colapso das tratativas, o governo cubano transportara os prisioneiros do hospital naval no qual aguardavam o desenrolar das negociações para *Castillo del Principe* – uma fortificação colonial de condições precárias (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 50; TRIAY, 2001, p. 134). Com a dissolução do Comitê e a nova situação dos membros da Brigada em Cuba, a delegação enviada por Castro aos Estados Unidos se somara a familiares dos prisioneiros para formar o *Cuban Families Committee*, uma entidade que passaria a articular

⁴⁸ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de jun. 1961, ed. 138, 1º cad., p. 7.

de *motu proprio* a arrecadação dos US\$28 milhões demandados por Havana – tendo em vista a possibilidade de seguir com as negociações.⁴⁹

Contudo, o insucesso daquela organização em atender os pedidos do líder cubano levava à suspensão das tratativas no início de 1962. Com efeito, o governo revolucionário retirara todas as ofertas de troca e anunciara a realização de um júri popular, previsto para ter início em 29 de março daquele ano, com o intuito, definido de antemão, de sentenciar os insurgentes pelo crime de traição à pátria – que, supunha-se, lhes valeria a aplicação de penalidades capitais. A possível execução daquele contingente, entretanto, não passaria despercebida pela administração norte-americana – que temia o recrudescimento das tensões internacionais em virtude de suas disputas com Havana. Sendo assim, o governo de John Kennedy reaveria o incentivo ao estabelecimento de contatos secretos com o regime cubano. Para tal, instaria a participação de figuras e governos com relações *vis-à-vis* Cuba – dentre as quais o Brasil se destacava em razão da Política Externa Independente e à atuação diante das questões postas pela Revolução Cubana de 1959 no quadro das relações hemisféricas e da Guerra Fria.

4.2. *Gestões secretas do governo brasileiro pela não execução dos membros da Brigada 2506*

Em um relatório produzido por John McCone, que substituíra Allen Dulles como diretor da CIA, apresentado ao *staff* de John Kennedy em 21 de março de 1962, as ligações entre alguns Estados latino-americanos e o regime revolucionário cubano já despontavam não somente como um entrave às investidas norte-americanas contra a ilha, mas também como possíveis elementos de manobra para as ações diplomáticas secretas aventadas em Washington. Evocando a Reunião de Consulta sediada em Punta del Este no início daquele ano, o documento sublinhara a posição defendida por México, Argentina, Chile, Bolívia, Equador e Brasil no tocante à não-intervenção nos assuntos internos de Cuba, destacando a importância destes para o governo de Fidel Castro, que, em tese, procuraria cultivar boas relações com estes países, de maneira a resguardar-se dos incessantes ataques estadunidenses. Ainda, conforme avaliação expressa por McCone, o regime revolucionário tenderia – à luz destas relações – a evitar iniciativas que servissem de subterfúgio a intervenções unilaterais, por parte dos Estados Unidos, ou mesmo multilaterais, sob patrocínio da OEA⁵⁰ – cenário que custaria considerável capital político aos governos que ainda defendiam a experiência revolucionária cubana em termos jurídicos.

Presumia-se, assim, que o bom relacionamento destes países *vis-à-vis* Cuba constituiria matéria de dissuasão quanto às ações subversivas patrocinadas por Havana no continente, assim

⁴⁹ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 28 de jun. 1961, ed. 149, 1º cad., p. 2; Idem, 7 de jul. 1961, ed. 157, 1º cad., p. 7; e CORREIO Braziliense. Brasília, 8 de jul. 1961, ed. 365, 1º cad., p. 2.

⁵⁰ FOREIGN Relations of United States (FRUS). Washington, 21 de mar. 1962, vol. X, 1961-1963, Cuba – January 1961 – September 1962, Documento n. 315.

como àquilo que dizia respeito a quaisquer iniciativas que concorressem para o acirramento das tensões com o governo norte-americano no âmbito da Guerra Fria. Em resumo, estimava-se que a postura legalista de determinados Estados latino-americanos diante da questão cubana poderia ser convertida – ou operacionalizada – em elemento de moderação para o ímpeto revolucionário conduzido por Castro àquela altura. Neste sentido, estes tornar-se-iam agentes ideais ao objetivo estadunidense quanto à realização de negociações veladas pela libertação da Brigada 2506 junto a Cuba, uma vez que poderiam interceder pela não execução dos prisioneiros e, assim, dificultar uma prevista escalada dos conflitos internacionais.

O Brasil, dado o seu posicionamento diplomático em relação ao regime cubano, oriundo dos enunciados da Política Externa Independente em curso – que preceituava, entre outros itens, a defesa dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos –, bem como o estado de suas relações bilaterais com os Estados Unidos à época – deterioradas pela intransigência do governo brasileiro diante das constantes investidas de Washington contra Havana – despontara, então, como ente de destaque para as articulações políticas da Casa Branca.

No dia 23 de março, José Miró Cardona, na condição de líder do Comitê Revolucionário Cubano – um organização de exilados anticastristas constituída e apoiada pela CIA –, procurara o embaixador brasileiro em Washington àquela altura, Roberto Campos, a fim de que este viesse a transmitir ao presidente João Goulart um apelo em nome dos prisioneiros cubanos. De acordo com o telegrama enviado por Campos ao Ministério das Relações Exteriores, Cardona solicitara a interposição do governo brasileiro junto a Havana para que se adiasse o início dos julgamentos em aproximadamente vinte dias – o que permitiria aos familiares dos membros da Brigada 2506 concluírem as negociações em favor do recebimento de tratores agrícolas em montante próximo àquela solicitado por Fidel Castro.⁵¹ A mediação do Brasil, esperava-se, conferiria maior ênfase ao coro entoado publicamente por aquela entidade em favor do adiamento e posterior libertação dos aproximadamente 1,2 mil detidos pelo regime revolucionário.⁵²

De imediato, o governo brasileiro enviara um comunicado ao seu embaixador em Cuba, Luís Bastian Pinto, informando-o das intenções de Goulart em endereçar um apelo ao presidente cubano Osvaldo Dorticós e a Fidel Castro, para que se realizasse a postergação dos julgamentos em ao menos trinta dias. Outrossim, demandara uma devolutiva urgente do diplomata brasileiro acerca da acolhida em Havana quanto àquela matéria. A celeridade exigida por Goulart naquela ocasião, no entanto, não dizia respeito somente a uma inquietação de natureza humanitária, mas guardava relações especialmente com a agenda política do mandatário brasileiro, que aguardava

⁵¹ ARQUIVO Ministério das Relações Exteriores (AMRE). Brasília, 23 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 213.

⁵² JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de mar. 1962, ed. 68, 1º cad., p. 7.

uma resposta favorável do regime cubano antes de sua ida aos Estados Unidos – no qual passaria os primeiros dias de abril em visita oficial a convite de seu homólogo estadunidense, Kennedy.⁵³ A viagem àquele país, conforme mencionado ainda no capítulo anterior, revestira-se de extrema importância para Goulart e seu ainda trôpego governo, assim como para o conjunto das relações bilaterais entre Brasília e Washington, haja vista as divergências oriundas do antagonismo entre a política externa perseguida pelo Brasil e os interesses norte-americanos no contexto da Guerra Fria e suas disputas – dentre as quais sobressaía, àquela altura, a questão cubana.

Assim, a realização de gestões bem sucedidas junto ao governo revolucionário em favor da protelação dos julgamentos – e de suas potenciais repercussões negativas –, somada a viagem vindoura, se apresentara ao presidente brasileiro como uma oportunidade de apurar algumas das arestas suscitadas pelos enunciados da PEI *vis-à-vis* o governo dos Estados Unidos. Ainda, tais diligências poderiam ajudar a desintrincar as negociações que seriam dirigidas pela comitiva de Goulart em solo estadunidense, em especial àquelas que diziam respeito à concessão de créditos financeiros e melhores condições para os financiamentos do país, bem como angariar a simpatia política da administração norte-americana. Cômico destas considerações, o presidente Kennedy não se furtaria a valer-se da posição brasileira em relação ao regime cubano para assentar canais de comunicação secretos entre Washington e Havana por intermédio de Brasília – àquela altura já em curso devido aos apelos de Miró Cardona.

Entretanto, a primeira resposta vinda de Havana à interposição de Goulart caminhará na direção contrária às expectativas brasileiras. Após uma audiência com Raúl Roa, então Ministro das Relações Exteriores de Cuba, o embaixador Bastian Pinto telegrafara ao Brasil, informando a decisão de Castro e Dorticós quanto à manutenção dos julgamentos para a data inicial prevista, sob alegação de que um eventual adiamento poderia vulnerabilizar a posição do regime em face de seus rivais. Nada obstante, conforme enunciado pelo diplomata brasileiro, os líderes cubanos se dispunham a responder afirmativamente a um apelo público feito por Goulart, desde que este fizesse menções específicas à generosidade do governo revolucionário em relação aos membros da Brigada 2506; à aplicação de penas moderadas; e, por fim, ao fato de o regime não ter levado a julgamento muitos dos demais envolvidos com a operacionalização da malograda tentativa de invasão. Ainda, se comprometiam a não atender a nenhum apelo que não àqueles realizados por iniciativa do chefe de Estado brasileiro.⁵⁴

E manifestações neste sentido haviam. Em 27 de março, o Primeiro-Ministro do Canadá, John Diefenbaker, afirmara ter sido instruído a apelar ao governo cubano em favor da realização

⁵³ AMRE. Brasília, 23 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 56.

⁵⁴ AMRE. Brasília, 27 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 129.

de julgamentos justos – recurso que seria oficialmente declarado após a instauração do tribunal, quando o líder canadense enviara, por intermédio de seu embaixador em Havana, um pedido de clemência pelos prisioneiros, rogando a abstenção do regime revolucionário quanto à aplicação de penalidades capitais.⁵⁵ No entanto, a predileção cubana por gestões realizadas desde Brasília apontara para a tentativa de angariar o entendimento do Brasil a respeito da imprescindibilidade política daqueles julgamentos, assim como para uma certa cognição em Cuba sobre a relevância de tais negociações para a administração de Goulart no âmbito de suas relações com os Estados Unidos. Àquela altura, tanto Washington quanto Havana encaravam o governo brasileiro como um intermediário possível às suas conflituosas relações.

No entanto, conforme se aproximava a data decretada para o início dos julgamentos sem que o governo revolucionário desse qualquer indício de que poderia retardar ou mesmo cancelar a realização do júri, as atenções se voltaram para a OEA – foro no qual o chanceler da República Dominicana, José Bonilla Atilas, requisitara uma sessão extraordinária daquele órgão, a fim de persuadir os países do continente americano a apelar em favor de deliberações justas no tocante àqueles prisioneiros; de medidas que viabilizassem suas respectivas defesas; e da concessão de garantias judiciais reconhecidas por toda a comunidade interamericana.⁵⁶

Para o delegado dos Estados Unidos junto àquela instituição, de Lesseps Story Morrison, o Conselho da OEA deveria mobilizar-se imediatamente para evitar a condenação dos membros da Brigada 2506. Ímpeto semelhante fora enunciado pela representação do Peru, que defendera mesmo a realização de uma intervenção coletiva contra o regime de Fidel Castro. Não obstante, as delegações de alguns países como o México, que ainda mantinha relações diplomáticas com Havana, argumentariam a tese de que uma intervenção daquela ordem – fosse ela discursiva ou militar – poderia causar efeitos contraproducentes devido à deterioração das relações entre Cuba e a OEA – da qual o governo revolucionário fora expulso no início de 1962 – ameaçando a vida dos prisioneiros e as gestões bilaterais já em curso *vis-à-vis* a ilha.⁵⁷ Diante das questões postas, o embaixador Ilmar Penna Marinho despachara ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro um telegrama solicitando instruções acerca de seu posicionamento vindouro.⁵⁸

Na ocasião, o diplomata brasileiro ainda recordara as divergências entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos nos mais diversos cenários envolvendo o regime revolucionário de Cuba. No mais, destacara a dificuldade de opor-se à Casa Branca naquelas condições, tendo em vista o fato de tal objeto dizer respeito à salvaguarda de direitos humanos – razão pela qual não

⁵⁵ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 28 de mar. 1962, ed. 71, 1º cad., p. 7; e Idem, 3 de abr. 1962, ed. 76, 1º cad., p. 2.

⁵⁶ AMRE. Brasília, 29 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 135.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

se manifestara sem antes consultar a chancelaria do país. Por fim, Marinho também endereçara um conselho, a ser transmitido a embaixada brasileira em Havana, recomendando a Fidel Castro maior moderação, conquanto desconfiasse das expectativas de determinados membros da OEA quanto a uma reação violenta do líder cubano, algo que eventualmente poderia justificar alguma ação coletiva daquela entidade contra o governo revolucionário.⁵⁹ As considerações de Marinho expressavam a busca por equilíbrio da diplomacia brasileira diante da questão cubana, buscando um *modus vivendi* entre a defesa do direito à autodeterminação da ilha e o relacionamento com o governo norte-americano, já deteriorado àquela altura.

Assim, Marinho vaticinara que, na falta de instruções provenientes do Brasil, votaria de acordo com o projeto de resolução elaborado pelas representações de Equador, Estados Unidos, Nicarágua e Venezuela, desde que este não apresentasse quaisquer termos ofensivos ao governo de Cuba ou contrários ao princípio de não-intervenção.⁶⁰ Não fora necessário, no entanto, tendo em vista a resposta do chanceler San Tiago Dantas ao diplomata brasileiro, naquele mesmo dia, instruindo-o a abster-se durante a votação daquele projeto. Para tal, Dantas utilizara argumentos semelhantes àqueles empregados pela delegação mexicana – frisando a inexistência de relações entre o regime cubano e a OEA como possível catalisador dos conflitos em curso no continente. Ainda, sublinhara a importância de manejar a questão dos prisioneiros por meio de negociações bilaterais. De acordo com o chanceler brasileiro, tal posição deveria ser mantida mesmo no caso do país se encontrar isolado diante desta matéria.⁶¹

Desta forma, o Brasil – seguido por México e Bolívia – abstivera-se de votar a resolução aprovada por uma ampla maioria de 16 votos no Conselho da OEA, ainda que tenha se mostrado simpático aos princípios humanitários que inspiravam aquele projeto.⁶² Ao representante norte-americano, Penna Marinho justificara a abstenção brasileira como forma de não prejudicar tanto as relações entre Brasília e Havana quanto as gestões em curso junto ao governo revolucionário pela realização de um apelo público do presidente João Goulart. Em resumo, apresentara o voto do Brasil como manobra tática e não necessariamente como o resultado de orientações jurídicas. No entanto, segundo a narração do embaixador brasileiro, o diplomata estadunidense de Lesseps Morrison se mostrara renitente diante de tal posicionamento – sugerindo a possibilidade de este ser mal interpretado em Washington, sobretudo às vésperas da viagem de Goulart àquele país.⁶³ A resposta norte-americana suscitaria alguma apreensão no governo brasileiro, não apenas pelo

⁵⁹ AMRE. Brasília, 29 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 135.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ AMRE. Brasília, 29 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 66.

⁶² JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de mar. 1962, ed. 73, 1º cad., p. 7.

⁶³ AMRE. Brasília, 29 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 137.

iminente encontro entre Goulart e Kennedy, mas também pela indefinição quanto à repercussão daquele voto de abstenção junto à Casa Branca. No fim, o eventual isolamento pronunciado por Dantas afigurara-se mais como recurso discursivo do que mesmo uma possibilidade aceita pela política externa do Brasil àquela altura.

Simultaneamente, em *Castillo del Principe*, tivera início o julgamento dos quase 1,2 mil prisioneiros sob custódia do regime cubano, em um tribunal militar de acesso restrito ao público e à imprensa internacional – exceção feita aos correspondentes de nações amigas, *i.e.*, de países com boas relações *vis-à-vis* Cuba. A Corte, presidida pelo então Ministro do Trabalho, Augusto Martínez Sanchez, ainda proibiria o ingresso de familiares dos detidos nas dependências do júri e lhes negaria o direito de acompanharem as deliberações. Quanto aos prisioneiros, negar-lhes-ia o direito de escolher seus próprios defensores, designando o professor universitário António Cejas como advogado de defesa. E a despeito dos julgamentos não serem transmitidos por rádio ou televisão, sua realização, assim como a possibilidade exposta pelo regime de executar vários dos envolvidos, representariam verdadeiros componentes de propaganda política para Havana⁶⁴ – ainda que esta fosse alcançada à custa de considerável apreensão internacional.

Tal caráter propagandístico induzira o governo norte-americano a mobilizar-se de forma mais ativa em função da contenção dos danos provenientes de um julgamento como aquele. No primeiro dia de trabalho do tribunal revolucionário, Richard Goodwin remetera um memorando ao Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, McGeorge Bundy, transmitindo as ações em curso até ali. De saída, destacara o recurso às representações diplomáticas na América Latina e junto aos países membros da OTAN para que estes sondassem a possibilidade de seus respectivos governos apelarem em favor da realização de julgamentos justos em Cuba. No mais, ressaltara a ênfase atribuída ao Brasil nesta operação, muito devido à boa reputação do país em face do regime cubano e suas lideranças.⁶⁵

No entanto, conforme avaliação do diplomata norte-americano Niles Bond, na condição de embaixador interino no Brasil – substituindo o titular Lincoln Gordon –, a negativa de Castro e Dorticós ao pedido brasileiro quanto à postergação dos julgamentos em pelo menos trinta dias irritara a administração de João Goulart, com destaque para o próprio presidente. E assim, Bond intuía não ser possível – ou propício – valer-se dos bons ofícios do Brasil para assentar contatos entre Washington e Havana à luz dos julgamentos realizados em Cuba.⁶⁶ E ainda que tal análise tenha sido transmitida ao Secretário de Estado norte-americano no dia 30 de março, a apreensão

⁶⁴ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de mar. 1962, ed. 73, 1º cad., p. 7.

⁶⁵ JOHN F. Kennedy Presidential Library. Massachusetts, 29 de mar. 1962, President's Office Files, State – 1962, January – March, caixa 88.

⁶⁶ JOHN F. Kennedy Presidential Library. Massachusetts, 30 de mar. 1962, National Security Files, Brazil: Gener. 3/16/62-3/31/62, caixa 12a, telegrama n. 2306.

da Casa Branca quanto às repercussões dos acontecimentos em Cuba para a arena internacional levaria a administração estadunidense a ignorar as premonições de Niles Bond. Naquela mesma data, Richard Goodwin levou ao embaixador brasileiro Roberto Campos um apelo de Kennedy ao presidente Goulart, solicitando a mediação do país junto a Fidel Castro, de maneira a impedir o julgamento sumário dos membros da Brigada 2506.⁶⁷

O primeiro apelo feito diretamente por John Kennedy não tardaria a produzir resultados. Alegando sua preocupação com os efeitos nocivos que a execução daquele contingente poderia suscitar na opinião pública norte-americana, reavendo pressões internas em favor de iniciativas mais enérgicas contra o regime cubano, o presidente dos Estados Unidos alertara seu homólogo brasileiro acerca das possíveis repercussões catastróficas daquele julgamento para o quadro das relações continentais.⁶⁸ Instado por tais apreensões – e, indubitavelmente, pela iminente viagem aos Estados Unidos – João Goulart acolhera de imediato o pedido de Kennedy. Em 31 de março, o Departamento de Estado norte-americano recebera a confirmação do governo brasileiro, com o anúncio da produção, pelo chanceler San Tiago Dantas, de uma carta a ser enviada por Goulart ao presidente cubano Osvaldo Dorticós a respeito da não execução dos prisioneiros sob custódia do regime revolucionário.⁶⁹

Outrossim, o presidente brasileiro indicara ao mandatário norte-americano sua intenção de realizar um apelo público por clemência aos prisioneiros.⁷⁰ E já no dia 3 de abril daquele ano transmitira a Fidel Castro e Dorticós um telegrama pedindo que se evitasse a aplicação de penas drásticas aos contrarrevolucionários. Enviado em nome de todo o povo brasileiro, o documento fora divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores e evidenciara o atendimento de Goulart a algumas das condições sinalizadas pelo regime cubano para a receptividade de qualquer apelo, a exemplo da referência à magnanimidade dos revolucionários *vis-à-vis* seus inimigos, *i.e.*, para com os aproximadamente 1,2 mil detidos após a incursão à Baía dos Porcos. Ademais, o apelo brasileiro também fortalecera o coro daqueles países que preceituavam gestões bilaterais como única saída possível à crise decorrente daquele julgamento.⁷¹ A pedido de Washington, o Brasil enfim atendera aos requisitos de Havana.

No entanto, a manifestação pública de Goulart pode não ter sido a derradeira mensagem enviada a Fidel Castro por solicitação de John Kennedy naquilo que dizia respeito aos membros da Brigada 2506 em Cuba. Conforme publicação dos jornalistas norte-americanos Robert Allen

⁶⁷ AMRE. Brasília, 30 de mar. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de janeiro a março de 1962, maço 6220, telegrama n. 253.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ JOHN F. Kennedy Presidential Library. Massachusetts, 31 de mar. 1962, National Security Files, Brazil: Gener. 3/16/62-3/31/62, caixa 12a, telegrama n. 2795.

⁷⁰ AMRE. Brasília, 02 de abr. 1962, 600 (24h) – Situação Política – Cuba, de abril a setembro de 1962, maço 6221, telegrama n. 192.

⁷¹ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de abr. 1962, ed. 77, 1º cad., p. 3.

e Paul Scott, o mandatário brasileiro supostamente enviara um comunicado ao líder cubano, por intermédio da embaixada do país em Havana, instando-o a poupar as vidas dos prisioneiros em julgamento. Na oportunidade, Goulart transmitira a Castro um recado de Richard Goodwin, em nome do presidente estadunidense, quanto aos potenciais desdobramentos de uma execução dos invasores cubanos. Segundo Goodwin, sentenciar aquele contingente à morte desencadearia um sem fim de pressões da opinião pública nos Estados Unidos, o que compeliaria Kennedy a adotar medidas mais enérgicas contra o regime revolucionário cubano. Em contrapartida, caso optasse por não justificar os prisioneiros, o governo de Castro disporia de garantias da Casa Branca acerca da não-intervenção nos assuntos internos da ilha⁷² – ainda que as conspirações permanecessem ativas em Washington mesmo após o fracasso da invasão à Baía dos Porcos.

Ademais, Goulart também teria advertido Fidel Castro acerca das implicações negativas que a aplicação de penas capitais poderia suscitar para as relações entre Cuba e os demais países do sistema interamericano – com os quais Havana tencionara estabelecer uma espécie de *modus vivendi*, a fim de eventualmente reanimar suas relações tanto diplomáticas quanto comerciais.⁷³ No limite, o fuzilamento dos membros da Brigada 2506 poderia mesmo comprometer as gestões de alguns Estados como o Brasil, México, Chile, entre outros, em favor do assentamento de um padrão de coexistência pacífica entre o regime revolucionário de Cuba e as nações democrático-liberais do continente americano.

Tal manifestação privada de Goulart, entretanto, carece de confirmação oficial, uma vez que nenhum dos jornalistas publicizara a origem de suas informações, *i.e.*, suas fontes. Contudo, o relato apresenta-se em consonância com a linha estratégica adotada pelo governo de Kennedy – de recorrer a intermediários para estabelecer contatos secretos com Havana, valendo-se destes tanto para barganhar quanto para ameaçar o regime revolucionário cubano e seus líderes –, bem como em relação à disposição da própria administração brasileira em oferecer seus bons ofícios em prol da acomodação de Cuba no interior da comunidade interamericana – de forma a mitigar os efeitos perniciosos da Guerra Fria para a América Latina e o cenário internacional como um todo. Em suma, é crível supor que o presidente brasileiro tenha realmente apelado a Fidel Castro em nome de John Kennedy, ainda que não se possa afirmar que tal recurso tenha impactado, ou não, o resultado dos julgamentos em curso àquela altura.

Para todos os efeitos, no dia 5 de abril de 1962, Castro e Dorticós enviaram ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil uma resposta ao apelo público feito por Goulart cerca de dois dias antes, afirmando que seu protesto seria ponderado pelo tribunal quando do pronunciamento

⁷² SARASOTA Herald-Tribune. Florida. 14 de abr. 1962, n. 192, p. 6.

⁷³ Idem.

das penas.⁷⁴ Já no dia 8 daquele mês, o júri revolucionário sentenciara os quase 1,2 mil invasores a trinta anos de prisão pelo crime de traição à pátria – contrariando até mesmo as recomendações da Promotoria, que chegara a solicitar a aplicação de penas capitais.⁷⁵ Nada obstante, outra vez fora aventada a possibilidade de libertação dos detidos mediante pagamento de indenizações ao regime cubano, que passara a pleitear valores individuais por cada invasor – demandando desde US\$25 mil por soldado até US\$500 mil pelos líderes da Brigada –, inflando para US\$62 milhões a quantia total estabelecida para o resgate.⁷⁶ Desta forma, Havana conseguira atender aos apelos de Goulart – o único chefe de Estado com o qual se comprometera – e reassumira a oportunidade de capitalizar política e economicamente com a troca dos prisioneiros.

E a despeito da majoração dos valores requisitados, a proposta de Castro recebera pronto acolhimento junto ao Comitê das Famílias, que se lançara a uma nova campanha de arrecadação e enviara uma delegação a Cuba para negociar diretamente com as lideranças do regime. Assim, já nos dias seguintes ao julgamento, uma comitiva de exilados cubanos iniciara reuniões na casa de Berta Barreto – mãe de um dos prisioneiros –, no subúrbio de Miramar, tentando consolidar um arranjo para a libertação dos membros da Brigada 2506. Diante das dificuldades em angariar a quantia demandada por Fidel Castro, os familiares dos prisioneiros passaram a oferecer alguns produtos, como gêneros alimentícios e medicamentos, em uma sugestão bem recebida tanto em Havana quanto em Washington – ainda que o governo norte-americano se recusasse a participar publicamente das negociações.⁷⁷ E de forma a dar tração aos acordos, o regime cubano libertara 60 prisioneiros – escolhidos por seus pares – mediante a promessa de pagamentos posteriores.⁷⁸ A administração estadunidense, entretanto, participara recorrendo a um novo intermediário para representar seus interesses de forma secreta junto à ilha.

Na ocasião, o governo Kennedy recomendara aos familiares o assessoramento de James Britt Donovan – um célebre advogado com participação em notórias negociações internacionais após a Segunda Guerra Mundial⁷⁹ –, que passara a representar o Comitê das Famílias de maneira pública e, informalmente, também a Casa Branca, já em junho de 1962. E antes de viajar a Cuba para encetar as conversações com Castro, Donovan recebera instruções do *staff* político de John Kennedy e da própria CIA – que chegara a batizar sua empreitada de *Project Mercy* – no sentido

⁷⁴ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro. 6 de abr. 1962, n. 79, 1º cad., p. 7.

⁷⁵ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro. 05 de abr. 1962, ed. 78, 1º cad., p. 2.

⁷⁶ SARASOTA Herald-Tribune. Florida. 9 de abr. 1962, ed. 188, p. 1.

⁷⁷ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro. 12 de abr. 1962, ed. 84, 1º cad., p. 7.

⁷⁸ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro. 14 de abr. 1962, ed. 86, 1º cad., p. 2.

⁷⁹ Tendo atuado como Promotor Assistente nos julgamentos de Nuremberg, após o término da Segunda Guerra, o advogado e oficial da Marinha norte-americana James Donovan ganhara notoriedade em fevereiro de 1962 quando de sua mediação nas negociações entre Estados Unidos e União Soviética pela troca dos prisioneiros Rudolf Abel, espião russo sob custódia do governo estadunidense, e Frances Gary Power, piloto norte-americano capturado após sobrevoar o território soviético sem autorização. Ver: LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 51.

de reduzir ao máximo as demandas do regime cubano e chegar a um acordo para o fornecimento de alimentos e medicamentos como parte da quantia solicitada (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 50-1). Com tais incumbências, o advogado desembarcara em Havana ainda em meados de agosto daquele ano, iniciando um longo período de negociações em função da libertação do contingente de exilados detidos pelo regime revolucionário.

De saída, Donovan propusera a Castro o pagamento de US\$5 milhões em dinheiro, com o acréscimo de aproximadamente US\$25 milhões em alimentos. A oferta, contudo, fora negada sem maiores considerações pelo líder cubano, que demandara apenas as quantias acordadas pela libertação dos 60 prisioneiros e o restante em produtos equivalentes aos US\$62 milhões fixados pelo tribunal revolucionário. Assim, o advogado norte-americano passara a organizar a remessa de produtos farmacêuticos e medicamentos – itens de maior valor, tamanho reduzido e menores taxas de transporte – para Cuba, dispondo do suporte legal e logístico em Washington, que logo se mobilizara para oferecer benefícios tributários às empresas daqueles setores em favor de suas contribuições para a arrecadação e envio dos insumos. No mais, a Casa Branca também acertara os trâmites para o deslocamento daqueles itens até Havana, instigando até mesmo a participação da Cruz Vermelha na coordenação das operações de transporte (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 52; TRIAY, 2001, p. 136).

O contencioso das negociações ficara por conta das divergências a respeito do cálculo a ser empregado para a definição dos valores; o pedido cubano por uma carta de crédito estipulada em US\$16 milhões, de forma a assegurar a entrega dos insumos; e, sobretudo, a forma pela qual o regime colocaria em liberdade os prisioneiros – haja vista a preferência de Havana em realizar o desencarceramento ao ritmo dos desembarques com os produtos, ao passo que Donovan, *i.e.*, o governo dos Estados Unidos pretendia resgatar todos os membros da Brigada 2506 no instante seguinte à chegada do primeiro navio. Discordâncias à parte, as negociações evoluíram em bons termos e um acordo parecera iminente àquela altura, com o próprio presidente Kennedy anuindo a continuidade das tratativas (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 52-3). Contudo, a eclosão da Crise dos Mísseis em outubro daquele ano eclipsara as transações, relegando toda a operação de resgate dos exilados cubanos a um segundo plano. Desmantelar a ameaça nuclear decorrente da instalação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba tornara-se a prioridade àquela altura para a administração dos Estados Unidos.

Uma vez superada a crise, entretanto, as negociações foram prontamente retomadas. Em novembro de 1962, Donovan informara a Casa Branca a respeito da disposição de Fidel Castro em assinar o acordo pela libertação dos prisioneiros mediante o envio de insumos farmacêuticos e medicamentos. No mês seguinte, o advogado regressara a Cuba para reiniciar as conversações e alcançar – a pedido do presidente Kennedy – a soltura da Brigada 2506 antes do Natal daquele

ano (Idem, p. 59). E salvo algumas discordâncias acerca da qualidade dos produtos selecionados para o envio a Havana, ainda no dia 21 de dezembro oficiais do governo cubano e representantes do Comitê das Famílias, assessorados por Donovan, celebraram um acordo para a libertação do contingente de exilados – firmado após a anuência de ambas as partes quanto ao envio de US\$53 milhões em produtos e equipamentos. Assim, dois dias depois, os primeiros prisioneiros saíram de *Castillo del Principe* em direção ao aeroporto de *San Antonio de los Baños*, de onde partiriam para Miami, nos Estados Unidos. Com o pagamento da quantia acordada pela libertação dos 60 detidos, ainda em abril, um segundo grupo de exilados fora autorizado a deixar a ilha – seguidos por seus familiares residentes em Cuba àquela altura –, deixando para trás apenas alguns poucos implicados com a frustrada invasão à Baía dos Porcos (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 160; TRIAY, 2001, p. 136-7).

Ao encontrar os prisioneiros em solo norte-americano, no *Miami Orange Bowl Stadium*, em 29 de dezembro, Kennedy – que dias antes realizara encontros com as lideranças da Brigada 2506 – congratulara os invasores e lhes afiançara uma Havana livre muito em breve, sinalizando o apoio tácito dos Estados Unidos a quaisquer movimentos contrarrevolucionários orquestrados contra o regime de Fidel Castro (BANDEIRA, 2009, p. 525; TRIAY, 2001, p. 137). Tal postura, acentuadamente política para efeitos de convencimento da opinião pública doméstica, contudo, caminhava na direção contrária daquela estabelecida por Donovan em seus contatos com o líder cubano. O êxito das negociações pela libertação da Brigada 2506, seguida por tratativas em prol da troca de prisioneiros políticos entre os dois países, parecera preconizar uma disposição mútua ao estabelecimento de uma acomodação entre Washington e Havana e, no limite, a um posterior reestabelecimento de suas relações (BANDEIRA, 2009, p. 526; LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014, p. 62) – ainda que este último estivesse condicionado a um eventual afastamento político, econômico e militar de Cuba *vis-à-vis* a União Soviética.

O intuito de alcançar um *modus vivendi* entre Estados Unidos e Cuba era compartilhado também por outras nações do sistema interamericano, a exemplo do Brasil, cujo posicionamento internacional demandava o arrefecimento das tensões internacionais decorrentes da Guerra Fria. As incessantes investidas da administração norte-americana contra o regime cubano, bem como as reações de Fidel Castro e demais lideranças revolucionárias na ilha, no entanto, prejudicavam quaisquer medidas adotadas em prol de uma aclimatação. Daí as diversas gestões empreendidas por Estados e intermediários de diferentes naturezas em função da resolução dos conflitos entre os Estados Unidos e Cuba – cujo potencial destrutivo chegara mesmo a ameaçar a sobrevivência do sistema internacional e da humanidade como um todo.

Neste sentido, a participação do governo brasileiro diante das disputas entre Washington e Havana fora movida pela busca de uma distensão regional como parte de uma ampla estratégia

internacional voltada ao desengajamento da Guerra Fria. Sendo assim, a atuação em função da libertação dos membros da Brigada 2506 capturados pelo governo cubano após a mal sucedida invasão à Baía dos Porcos procurava atender a tal objetivo à medida que tencionava obstar uma prevista escalada dos conflitos causada pela possível execução daqueles prisioneiros. É verdade que esta não fora a única matéria a suscitar o comportamento brasileiro, cujos interesses diziam respeito também ao estado de suas relações bilaterais com o governo norte-americano, de quem partira a iniciativa para a utilização dos bons ofícios de Brasília *vis-à-vis* Havana. Contudo, não seria possível dissociar a mediação do governo João Goulart dos enunciados da Política Externa Independente em curso àquela altura.

CONCLUSÃO

Quase que de forma paralela às primeiras conversações entre os governos estadunidense e brasileiro a respeito do estabelecimento de contatos secretos com Havana, o Brasil participara, em meados de março de 1962, da Conferência do Desarmamento das Nações Unidas – após ser incorporado ao Comitê daquela organização em agosto do ano anterior. Na ocasião, o país tivera a oportunidade de apresentar suas demandas em favor de um ordenamento internacional seguro e regido por termos que não aqueles intrínsecos à corrida armamentista deflagrada entre Estados Unidos e União Soviética (PATTI, 2021, p. 50; WROBEL, 1993, p. 196-7). Em suma, a reunião possibilitara ao Brasil demonstrar ao conjunto das nações uma substância basilar de sua Política Externa Independente, a saber, o desengajamento em relação às disputas da Guerra Fria em prol de uma agenda internacional alternativa – voltada às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos Estados terceiro-mundistas.

Neste sentido, o chanceler brasileiro San Tiago Dantas enfatizara em seu discurso diante do Comitê de Desarmamento das Dezoito Nações da ONU a importância da mediação de países não nuclearmente armados, a exemplo do Brasil, no curso das negociações pela paz no ambiente internacional (FRANCO, 2007, p. 319-20). Tal participação, no entanto, não seria orientada tão somente por princípios humanitários – ou, no limite, utópicos –, mas sobretudo por uma questão material: a reconversão de uma economia mundial atrelada à produção de armas pelas potências nucleares para o atendimento de demandas sociais e econômicas dos Estados subdesenvolvidos, *i.e.*, a mobilização dos recursos despendidos com fins bélicos em favor de uma agenda positiva, relacionada à superação da desigualdade mundo afora (Idem, p. 321).

Nos limites do arranjo internacional pós-Segunda Guerra Mundial – no qual Washington e Moscou progressivamente se lançaram em um conflito intersistêmico com vistas à supremacia de uma superpotência em relação à sua contraparte –, no entanto, os princípios enunciados pela diplomacia brasileira encontrariam uma série de resistências, sobretudo junto ao governo norte-

americano. A alegada impossibilidade de coexistência entre os sistemas capitalista e comunista, que fracionara o cenário mundial em dois blocos antagônicos e em constante confrontação, seria tomada enquanto o elemento motor para as relações interestatais àquela altura, impelindo países das mais diversas regiões ao redor do globo à participação no decorrer das disputas entre a Casa Branca e o Kremlin. A renúncia de qualquer Estado a este esforço de guerra não raramente seria interpretada como uma heresia *vis-à-vis* sua respectiva esfera de influência.

Entretanto, o giro cartográfico, por assim dizer, iniciado por nações recém emancipadas do jugo colonial e demais países terceiro-mundistas, que procurara alterar o centro de gravidade do sistema internacional, deslocando-o da disputa militar entre Leste e Oeste, entre Washington e Moscou, em direção à desigualdade econômica existente entre Estados do Norte e Sul globais, *i.e.*, entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, não apenas inspirara, mas também ensejara o posicionamento diplomático adotado pelo Brasil a partir da Política Externa Independente, de forma que este pudesse navegar pelas novas fissuras da arena mundial.

A emergência destes atores ditos não-alinhados intentara escapar à agenda programática tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, visando auferir maior autonomia junto ao cenário internacional em função de seus próprios interesses e desafios, entre os quais sobressaía a superação do subdesenvolvimento. E a própria dinâmica da Guerra Fria constituía um entrave aos objetivos socioeconômicos do Terceiro Mundo, uma vez que o empuxo à destruição oriundo dos conflitos entre as superpotências – no que Thompson (1985) intitulara exterminismo – fazia com que estas engendrassem todo o sistema mundial em um ordenamento belicista, responsável por exaurir recursos materiais e humanos em favor de uma corrida armamentista em direção ao predomínio de um sistema pelo outro.

Neste sentido, a rejeição dos Estados terceiro-mundistas à racionalidade mundial fixada pela Guerra Fria dizia respeito a uma tentativa de horizontalização da agenda internacional. Em suma, pleiteava-se não a concorrência entre as superpotências e seus satélites, mas a cooperação do conjunto das nações em função de iniciativas voltadas à suplantação das mazelas econômicas e sociais existentes naquele contingente da humanidade. Este ímpeto, por sua vez, levaria alguns destes países a se posicionarem como árbitros da disputa entre Washington e Moscou, buscando uma espécie de acomodação capaz de distensionar o cenário mundial – e, por conseguinte, criar as condições para um ambiente propício à luta contra o subdesenvolvimento.

Para o Brasil, a emergência da Revolução Cubana e seus desdobramentos no âmbito das relações com os Estados Unidos e da aproximação com a União Soviética, apresentara-se como *test case* aos enunciados da Política Externa Independente e, também, como uma oportunidade de ação diplomática nos marcos da Guerra Fria. A assim denominada questão cubana envolveria toda a América Latina – sobretudo após a multilateralização dos conflitos promovida pela Casa

Branca – em controvérsias políticas, com implicações para o estado das relações bilaterais entre os países da região e o governo norte-americano. No entanto, muito em razão do avizinhamo do regime revolucionário com o Kremlin, esta também ameaçara reverberar nos demais centros da arena internacional, constituindo um considerável eixo de tensão no curso das confrontações bipolares. Mitigar seus efeitos, portanto, tornar-se-ia um dos objetivos da diplomacia brasileira àquela altura, uma vez que o país ambicionava redirecionar as atenções do continente americano para os seus próprios desafios socioeconômicos.

Em Punta del Este, durante a Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o Brasil defendera nestes termos a sua posição *vis-à-vis* a questão cubana. Ao advogar o estabelecimento de um *modus vivendi* entre o sistema interamericano – sobretudo naquilo que dizia respeito aos Estados Unidos – e o regime liderado por Fidel Castro, a delegação brasileira apresentara o eixo pelo qual a diplomacia do país intentaria orbitar no tocante aos assuntos da Guerra Fria. Com a Política Externa Independente, o governo de João Goulart amplificaria sua atuação em face das questões regionais suscitadas pela Revolução Cubana, entendendo-a também enquanto produto da confrontação entre Washington e Moscou. Não obstante, a posição conciliatória e de respeito aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos aprofundara a desconfiança em relação ao presidente brasileiro no interior da Casa Branca, que almejava contar com o apoio de Brasília em sua campanha contra Havana.

Portanto, as relações entre os Estados Unidos e o Brasil – progressivamente deterioradas pelo cenário político-econômico brasileiro – encontraram na triangulação com Cuba um núcleo catalisador de discordâncias, por meio do qual suas diferentes abordagens a respeito do governo revolucionário e suas implicações para o sistema internacional seriam explicitadas e, por vezes, postas em rota de colisão.

No entanto, também a questão cubana apresentara aos governos de John Kennedy e João Goulart uma trilha de reaproximação – ou, ao menos, possibilitara alguma margem de manobra para a manutenção de suas relações bilaterais. Isso porque a ruptura político-diplomática *vis-à-vis* Cuba levada a cabo ainda no curso da administração Eisenhower, bem como o receio quanto a eventuais retaliações soviéticas em outras áreas do globo em razão das iniciativas perpetradas pelo governo norte-americano com vistas ao ocaso do regime revolucionário cubano, incitaram a Casa Branca a conduzir contatos secretos com lideranças políticas em Havana, com o objetivo de evitar desdobramentos aterradores para o cenário internacional e para as respectivas posições interna e externa dos Estados Unidos. Neste sentido, a diplomacia brasileira posicionaria o país como mediador ideal às futuras negociações recônditas.

A atuação em favor da não execução dos exilados cubanos implicados com a malograda invasão à Baía dos Porcos, a pedido do governo norte-americano, constituiria a primeira tratativa

de que se tem notícia da chancelaria brasileira enquanto instrumento para o estabelecimento de interações informais entre Washington e Havana. Empreendidas quase que imediatamente após a Reunião de Consulta, as gestões do governo de João Goulart representariam uma espécie de refrigério ao estado contencioso das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, suscitado pela Política Externa Independente e seus enunciados em face da Revolução Cubana e de seus efeitos no interior do sistema internacional àquela altura.

Na oportunidade, a manutenção de relações ditas corretas entre os governos brasileiro e cubano apresentar-se-ia como expediente favorável aos anseios tanto de Washington quanto de Brasília – basta lembrar a viagem de Goulart aos Estados Unidos com o intuito de aparar arestas político-diplomáticas e apurar acordos financeiros de suma importância para sua administração. Se para o primeiro a diplomacia brasileira representara a habilitação de um ator expressivo para agir como procurador de seus interesses junto a Fidel Castro, para o segundo este papel também simbolizara uma chance de capitalização, *i.e.*, um ensejo para que sua postura internacional não o incompatibilizasse de modo irreversível à potência hegemônica no continente, podendo servir de atenuante às discordâncias em torno da questão cubana.

Outrossim, as gestões diplomáticas do Brasil atuariam no sentido de favorecer a redução das tensões internacionais, objetivo motor da diplomacia nacional no âmbito dos conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Atender este imperativo dizia respeito à própria agenda brasileira contra o subdesenvolvimento socioeconômico mundial – e sobretudo nacional – tendo em vista o caráter nefasto que a continuidade da conflagração representara para as propostas de reconversão da economia internacional. Portanto, tornara-se condição *sine qua non* à defesa dos interesses nacionais obstruir o incessante dispêndio de recursos com as campanhas militares em curso àquela altura, arbitrando estas questões de forma a reorientar o conteúdo programático do cenário internacional. Sendo assim, a mediação de contatos secretos entre Washington e Havana com vistas à distensão de seus conflitos se relacionara em especial às questões de ordem interna da realidade político-econômica brasileira.

Em resumo, a participação do Brasil enquanto elo de contato entre os Estados Unidos e Cuba evidenciara não apenas a disposição da chancelaria brasileira em figurar como um ator de destaque nas relações internacionais de então, mas também uma possível instrumentalização da Política Externa Independente enquanto motor das relações com Washington para além de todas as discordâncias que esta suscitara entre as administrações de João Goulart e John Kennedy nos limites da Guerra Fria. A atuação em favor da não execução dos membros da Brigada 2506 em Cuba, portanto, constituíra também uma tentativa de acomodação entre a diplomacia executada pelo Brasil e o governo norte-americano.

Ao se apresentar enquanto intermediário possível às propostas de contatos secretos entre os Estados Unidos e o regime revolucionário cubano, o governo de Goulart intentara, ao mesmo tempo, cumprir um enunciado basilar da Política Externa Independente que herdara do governo de Jânio Quadros, a saber, a busca pela redução das tensões internacionais e o conseqüente giro cartográfico da agenda internacional, e assentar uma plataforma de equilíbrio para suas relações bilaterais com Washington.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.

AVILA, C. F. D. A Conferência de Punta del Este cinquenta anos depois: um estudo da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas (1962). **Carta Internacional**, v. 6, n. 1, p. 53–66, 2011.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BANDEIRA, L. A. M. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARBOSA, C. A. L. **Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros**. São Paulo: Atheneu, 2007.

BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. The postwar conjuncture in Latin America and its consequences. In: BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. (Orgs.). **Latin America between the**

- Second World War and the Cold War, 1944-1948.** New York: Cambridge University Press, 1992.
- BEZERRA, G. H. M. **Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986).** Brasília: FUNAG, 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BISSIO, B. A Guerra Fria vista a partir do Sul. **Diálogos**, v. 22, n. 1, p. 115–125, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil (1930-1983).** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CALDAS, R. W. **A política externa do governo Kubitschek.** Brasília: Thesaurus, 1996.
- CARDWELL, C. **NSC 68 and the political economy of the early Cold War.** New York: Cambridge University Press, 2011.
- CATERINA, G. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985).** Rio de Janeiro: Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, mar. 2019.
- CERVO, A. L. **Inserção internacional: formações dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil.** 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- DANTAS, S. T. **Política externa independente.** Brasília: FUNAG, 2011.
- DINKEL, J. **The Non-Aligned Movement: genesis, organization and politics (1927-1992).** Leiden: Brill, 2019.
- DOMINGOS, C. S. M. Ligações perigosas: a deterioração das relações entre os governos de João Goulart e John Kennedy no ano de 1962. **Tempo**, v. 24, n. 3, p. 525–545, 2018.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUROSELLE, J.-B. **Todo império perecerá.** Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2015.
- FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
- FONSECA Jr, G. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRANCO, Á. DA C. (Org.). **Documentos da Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1
- FRANCO, Á. DA C. (Org.). **Documentos da Política Externa Independente.** Brasília: FUNAG, 2008. v. 2

- FREEDMAN, L. **Kennedy's Wars: Berlin, Cuba, Laos and Vietnam**. New York: Oxford University Press, 2000.
- GADDIS, J. L. **Strategies of Containment: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2005.
- GADDIS, J. L. **História da Guerra Fria**. São Paulo: Novas Fronteiras, 2006.
- GARCIA, E. V. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.
- GLEIJESES, P. Ships in the Night: the CIA, the White House and the Bay of Pigs. **Journal of Latin American Studies**, v. 27, n. 1, p. 1–42, 1995.
- GOTT, R. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- HERSHBERG, J. G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 2). **Journal of Cold War Studies**, v. 6, n. 3, p. 5–67, 2004.
- HERSHBERG, J. G. “High-Spirited Confusion”: Brazil, the 1961 Belgrade Non-Aligned Conference, and the Limits of an “Independent” Foreign Policy during the High Cold War. **Cold War History**, v. 7, n. 3, p. 373–388, 2007.
- HITCHCOCK, W. I. The Marshall Plan and the creation of the West. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Orgs.). **The Cambridge History of the Cold War - Volume I: Origins**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HOGAN, M. J. **The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- HOGAN, M. J. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the origins of the National Security State, 1945-1954**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- IANNI, O. **Imperialismo e Cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- JABLONKA, I. **La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- JAGUARIBE, H. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, v. 12, n. 46, p. 91–130, 1979.
- JAGUARIBE, H. Dependencia y autonomía en América Latina. Em: JAGUARIBE, H. et al. (Eds.). **La dependencia político-económica de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- JONES, H. **The Bay of Pigs**. New York: Oxford University Press, 2008.
- KOLKO, G. **Confronting the Third World: United States foreign policy, 1945-1980**. New York: Pantheon Books, 1988.
- LaFEBER, W. **The American Age: United States Foreign Policy at Home and Abroad since 1750**. New York: W. W. Norton & Company, 1989.
- LaFEBER, W. **America, Russia, and the Cold War, 1945-1992**. New York: Cornell University Press, 1991.

- LEFFLER, M. P. National Security and US foreign policy. In: LEFFLER, M. P.; PAINTER, D. S. (Orgs.). **The origins of the Cold War: an international history**. London: Routledge, 1994.
- LEFFLER, M. P. The emergence of an American grand strategy, 1945-1952. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Orgs.). **The Cambridge History of the Cold War - Volume I: Origins**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- LEOGRANDE, W. M.; KORNBLUH, P. **Back channel to Cuba: the hidden history of negotiations between Washington and Havana**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.
- LOUREIRO, F. P. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 547–576, 2013.
- LOUREIRO, F. P. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**. São Paulo: UNESP, 2020.
- McGWIRE, M. National Security and Soviet Foreign Policy. In: LEFFLER, M. P.; PAINTER, D. S. (Orgs.). **The origins of the Cold War: an international history**. London: Routledge, 1994.
- McPHERSON, A. **Yankee No!: Anti-Americanism in U.S.-Latin American Relations**. Massachusetts: Harvard University Press, 2003.
- MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- MOURA, G. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MUNHOZ, S. J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.
- OLIVEIRA, H. A. DE. **A Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PATTI, C. **Brazil in the Global Nuclear Order, 1945-2018**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2021.
- PECHATNOV, V. O. The Soviet Union and the world. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD ODD ARNE (Orgs.). **The Cambridge History of the Cold War - Volume I: Origins**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- PETTINÀ, V. **Historia Mínima de la Guerra Fría en América Latina**. Ciudad de México: El Colegio del México, 2018.
- PIERUCCI, A. F. DE O. et al. (Orgs.). **A História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 11. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- QUADROS, J. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, Biblioteca da Presidência da República, 1961. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-janio-quadros-1961/view>>. Acesso em: 13 maio. 2023.

- QUELER, J. J. O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
- QUESADA, A. DE. **The Bay of Pigs: Cuba, 1961**. Oxford: Osprey Publishing, 2009.
- RABE, S. John F. Kennedy and the World. Em: **Debating the Kennedy presidency**. Debating twentieth-century America. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- RABE, S. **The Killing Zone: the United States Wages Cold War in Latin America**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2016.
- RENOUVIN, P. (Org.). **Historia de las Relaciones Internacionales: siglos XIX y XX**. 2. ed. Madrid: AKAL, 1990.
- RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- RODRIGUES, J. H. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RUPPRECHT, T. **Soviet Internationalism after Stalin: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War**. Cambridge: Cambridge University, 2015.
- SARAIVA, J. F. S. Autonomia na inserção internacional do Brasil: um caminho histórico próprio. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 1, p. 9–41, 2014.
- SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000.
- SCHWELLER, R. L. **Unanswered Threats: political constraints on the balance of power**. New Jersey: Princeton University, 2006.
- SOARES, J. A. DE M. **História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia histórica de interesse para informação diplomática**. Brasília: FUNAG, 1992.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STORRS, K. L. **Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath**. New York: Cornell University, jan. 1973.
- TAFFET, J. F. **Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York: Routledge, 2007.
- TASCA, T. G. O Brasil na Guerra Fria: autonomia heterodoxa e a Política Externa Independente. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, p. 83–108, 30 dez. 2018.
- THOMPSON, E. et al. (Orgs.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TRACHTENBERG, M. **The craft of International History**. New Jersey: Princeton University, 2006.
- TRIAY, V. A. **Bay of Pigs: an oral history of Brigade 2506**. Gainesville: University Press of Florida, 2001.

VIZENTINI, P. F. **Os paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VIZENTINI, P. G. F. O nacionalismo desenvolvimentista e a Política Externa Independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, p. 24–36, 1994.

WEIS, W. M. **Cold warriors and coups d'état: Brazilian-American relations, 1945-1964**. Albuquerque: University of New Mexico, 1993.

WESTAD, O. A. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.

WIGHT, M. **A política do poder**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

WILLIAMS, W. APPLEMAN. **The tragedy of American diplomacy**. New York: Delta, 1972.

WROBEL, P. S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 191–209, 1993.